



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**O CLIMA DO AMAZONAS: UMA INTERPRETAÇÃO
DOS DISCURSOS DE ADMINISTRADORES PROVINCIAIS
(1850-1890)**

Pedro Henrique Maia Braga

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Telma Cristina Delgado Dias Fernandes

Linha de Pesquisa: Ensino de História e Saberes Históricos

João Pessoa-PB
2015

O CLIMA DO AMAZONAS: UMA INTERPRETAÇÃO DOS DISCURSOS DE ADMINISTRADORES PROVINCIAIS (1850-1890)

Pedro Henrique Maia Braga

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciência Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História, na área de concentração História e Cultura Histórica.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Telma Cristina Delgado Dias Fernandes

Linha de Pesquisa: Ensino de História e Saberes Históricos

João Pessoa-PB
2015

RESUMO

Entre 1850 e 1890, administradores vinculados à província do Amazonas (médicos, engenheiros, bacharéis em direito, presidentes de província) defenderam o clima do Amazonas de discursos considerados detratores que afirmavam que em lugares situados próximos a zona equinocial a civilização não alcançaria gradientes evoluídos. Esses discursos se relacionavam a teses que remontavam a meados do século XVIII, tendo em Buffon e De Pauw seus principais formuladores; bem como ao sentido geográfico-determinista da “escola ratzeliana” de Geografia, que teve em Thomas Buckle, no século XIX, um dos principais intérpretes do clima brasileiro. O recorte temporal deste trabalho foi feito em virtude das transformações políticas, econômicas e culturais por que passou a província durante a segunda metade do século XIX. A perspectiva teórica está ancorada na História das Ideias, e nossas fontes são documentos de Estado: relatórios, mensagens, e exposições.

Palavras-Chave: administradores; clima do Amazonas; discursos; civilização.

ABSTRACT

Between 1850-1890, administrators tied to province of Amazonas (physicians, engineers, lawyers, president of province) defended the Amazonas climate from detractor and calumnious speeches of european's philosophers theses. So, each administrator defended the climate from detractor thesis which dates back to mid-XVIII century, with Buffon and De Pauw as its major inventors; as well as the geographical deterministic sense of "raztelian school" of Geography, with Thomas Buckle, in the XIX century, as its major interpreter of brazilian's climate. These theses said that in places near to the equinoctial zone the civilization doesn't reached evolved gradients. The time frame of this study was done because of political, economic and cultural upheaval that has transformed the province during the second half of the nineteenth century. The theoretical perspective is anchored in the History of Ideas, and our sources are state papers: reports, messages, and exhibitions.

Key-words: administrators; Amazonas climate; speeches; civilization.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à bolsa concedida pelo CAPES

À amizade dos colegas da minha turma, das interessantes discussões sobre metodologia e teoria da História, bem como às sugestões ao meu trabalho.

Deixo um agradecimento especial a Fabiana Gonçalves de Lima: você é uma pessoa muito especial.

Agradeço especialmente ao Professor João Azevedo Fernandes (*in memoriam*), pela sua orientação ao projeto durante todo o primeiro ano do curso.

À Professora Carla de Oliveira, segunda orientadora do projeto, e pela cessão de documentação importante para mim.

Agradeço especialmente à Professora Telma Fernandes, terceira orientadora do projeto, por me ajudado a finalizar o trabalho. Faltam-me palavras para agradecê-la. Aqui deixo meu muito obrigado!

Às Professoras Serioja Mariano e Nayana Mariano, pelas críticas que fizeram ao trabalho na banca de defesa.

À esposa mais linda do mundo das esposas: Karina Paula Seraglio. Por toda sua compreensão e cumplicidade.

Agradeço a todos os familiares que estiveram ao meu lado nesta jornada.

Deixo um abraço aos amigos da época da graduação: João F. Braga e Jeffrey Miller.

*Dedico este trabalho ao meu
irmão Paulo,
com perpétuo amor.*

SUMÁRIO

CAPÍTULO I	10
Uma discussão metodológica e historiográfica sobre o clima do Amazonas	10
1.1) Natureza e civilização: questões historiográficas e metodológicas sobre o clima do Amazonas..	11
1.2) Entre a defesa e a detração: o clima do Amazonas no discurso dos administradores da província do Amazonas (1850-1890).....	18
1.3) Modelos para a pesquisa: uma abordagem da história das ideias.....	22
1.4) Corpo documental e metodologia.....	24
CAPÍTULO II	30
Histórias de um discurso qualificante: a detração do clima da Amazônia como instrumento orientador na elaboração de uma identidade climática do Amazonas	30
2.1) América: antítese física, geográfica e política da Europa.....	30
2.2) Espaços desiguais: a diferenciação interna do continente americano	39
2.3) A ressonância das teses detratoras: o clima do Amazonas enquanto um problema de civilização	56
2.4) Regionalização intelectual: a emergência de políticos e intelectuais como porta-vozes dos interesses da Amazônia.	64
CAPÍTULO III	68
O clima do Amazonas nos discursos dos administradores provinciais (1850-1890)	68
3.1) João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha: alemães para o rio Madeira, soldados de sua Majestade para a fronteira, e naturais de Minas Gerais e Rio Grande do Sul para a região do Rio Branco.....	68
3.2) Antonio José Moreira: do clima como “causa” ao clima como “instrumento” das febres	77
3.3) Clima e economia: Angelo Thomaz do Amaral, o clima quente como enfraquecedor da produção econômica.....	86
3.4) Angelo Thomaz do Amaral: clima, mortalidade e habitabilidade no Amazonas	88

3.5) Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda: inexatas suposições que correm sobre o clima e os níveis de mortalidade no Amazonas	92
3.6) José de Miranda da Silva Reis: o “óptimo” clima amazonense e a ameaça das doenças que vêm de fora da província.....	95
3.7) José Clarindo de Queiroz: a defesa do clima amazônico diante da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.....	98
3.8) Clima e povoamento do Amazonas em Torquato Tapajós: é “necessario esmagar a calúnia, a audacia dos escriptores de francaria”	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
REFERÊNCIAS	115
FONTES.....	120

CAPÍTULO I

Uma discussão metodológica e historiográfica sobre o clima do Amazonas

Esta dissertação apresenta uma interpretação dos discursos de administradores provinciais sobre o clima do Amazonas. O administrador provincial é entendido como aquele funcionário do Império que estava diretamente vinculado a atividades administrativas da província do Amazonas, seja como médico, engenheiro, advogado, presidente de província, etc. Neste sentido, esses personagens contrapuseram-se a teses que, em geral, atribuíam um caráter considerado negativo ao clima do Amazonas. Difundidas na Europa e no Brasil, algumas dessas teses estabeleciam que o europeu sofreria uma degeneração em suas qualidades físicas e morais se habitasse em zonas próximas à Linha do Equador. Entretanto, para a maior parte desses administradores, isso consistia em um engodo, de modo que o povoamento e a fixação do europeu no Amazonas passavam a ser considerados elementos que não poderiam ameaçar o “desenvolvimento” da civilização pela fama de um clima quente e úmido. Os administradores provinciais acreditavam que o imigrante nacional ou estrangeiro encontraria no Amazonas um lugar propício para atuar em suas atividades de trabalho, ao contrário do que acreditavam muitos cientistas da época.

O período cotejado é de 1850 a 1890, e a razão pela qual o escolhemos tem a ver com as transformações políticas, econômicas, sociais e culturais que o Amazonas experimentou nesse tempo. Fundada em 1850, e instalada em 1852, nesse interregno de quarenta anos (década de 1850 a 1890) a província do Amazonas alcançou as últimas décadas do século XIX estruturalmente bastante modificada, o que justifica parte da delimitação do recorte temporal e espacial. As fontes, entretanto, também tiveram influência em nossa escolha. Porque, uma vez que são poucos os fragmentos encontrados, e esparsas as referências ao clima na documentação que dispomos, fomos levados a escolher essa temporalidade com o fim de estabelecermos uma relação entre os discursos encontrados com mais propriedade.¹

Nosso suporte empírico são exposições, mensagens, relatórios dos Presidentes de Província, relatórios dos chefes de outras repartições, isto é, documentos de Estado vinculados à administração da província do Amazonas. Mesmo em se tratando de documentação variada,

¹ Em verdade, referências ao clima podem ser também evidenciadas no discurso sobre outras províncias amazônicas, similarmente categorizadas por possuírem um clima quente e úmido.

podemos encontrar discursos formadores de sentidos em relação ao clima do Amazonas em todo o corpo documental.

Algumas obras nos serviram de inspiração teórica e metodológica. Absorvermos perspectiva de trabalhos como *O Espetáculo das Raças*, de Lilia M. Schwarcz (1993), e *O Novo Mundo*, de Antonello Gerbi (1996). Esses e outros estudos nos ajudaram como balizas para pensarmos a construção da dissertação. Os autores, em geral, preconizam que o conhecimento científico constituído nos *países periféricos* detém dinâmicas próprias e não devem ser confundidos como réplica das produções culturais das grandes metrópoles europeias. Esta relação tem caracterizado a história das ideias e a história da ciência nos últimos anos, e destaca a influência de ambas as disciplinas nos setores que formam a estrutura de uma sociedade, seja o cultural, o político, ou o econômico, e, sobretudo, como são influências recíprocas na construção do conhecimento.

1.1) Natureza e civilização: questões historiográficas e metodológicas sobre o clima do Amazonas.

Estudos sobre a Amazônia demonstram a importância que se tem dado à natureza amazônica enquanto objeto de interpretação em diversas áreas do conhecimento. Nos estudos de disciplinas como a História, Ciências Sociais, Geografia, Medicina, Literatura, Engenharia, Direito, Economia. Atuais ou mais recuados no tempo, tais estudos apontam a natureza amazônica, direta ou indiretamente, vinculada a um discurso civilizatório. A natureza desponta como uma questão que ainda desafia a técnica e a ciência no que se refere à tarefa de controlá-la e dominá-la. Deixam entrever que a característica físico-natural da região desafia e requer de muitos cientistas a compreensão do “mundo amazônico” através de um olhar que traduza sua dinâmica própria. Pois que, quando comparada a outras regiões brasileiras e de outros países, a Amazônia emerge dotada de um cenário natural sem igual, e dependente de uma atenção e ciência próprias (REIS, 1983; FREITAS, 2005).²

²Embora estejamos recuados no tempo, século XVIII e inícios do XIX, para pensarmos questões naturais referentes à região amazônica, apontamos uma prática ainda vigente quando o olhar está posto na Amazônia -, ainda é possível encontrar o receio e referência ao exotismo, como exemplo, vejamos: recentemente, um problema irrompeu na mídia nacional e internacional, que gerou polêmicas envolvendo autoridades públicas do Amazonas e da Inglaterra. Ocorreu que na véspera do sorteio da Copa de Mundo de Futebol de 2014 (para saberem em que sedes os times jogariam), o técnico da seleção inglesa, Roy Hodgson, haveria feito o comentário de que: “*Manaus is the place ideally to avoid and Porto Alegre is the place ideally to get*” [Manaus é o lugar ideal a ser evitado e Porto Alegre é o lugar ideal para pegar]. Esta afirmação, que foi seguida também por outra semelhante do técnico da seleção suíça, denotava a preocupação de ambos com o desempenho dos seus times num clima quente e úmido. E na própria mídia inglesa, não faltaram comentários sobre os diversos animais e

Na História existem trabalhos influenciados por temáticas relacionadas à equação “natureza-civilização”. Esses trabalhos historiográficos contemporâneos privilegiam interpretações em que elementos civilizatórios – imigração, povoamento, saúde pública, habitabilidade, estudo e erradicação de doenças, integração nacional, e ciência – estão ligados aos meios natural e social. No caso específico do nosso estudo, variavelmente (clima, hidrografia, costumes e etc.), as observações e análises giram em torno da natureza amazônica. Pois esta, nas interpretações dos historiadores, aparece como um tipo agente inviabilizador da aplicação dos elementos da civilização. Administradores públicos e cientistas referem-se em diferentes discursos ao “problema” que representava a natureza diante dos projetos idealizados e concebidos, à época, para a Amazônia.

A fala de parte desses agentes do Estado sugere implicitamente ou explicitamente que seria necessário civilizar a natureza amazônica antes de civilizar as sociedades indígenas. Contudo, outra parte sugere que a civilização deveria repousar ao mesmo tempo em ambos os setores, sem hierarquias de um sobre o outro. Termos como “natureza colossal e luxuriante”, “natureza indômita”, “clima quente e úmido”, “inferno verde”, “paraíso perdido” afloram como qualificações construídas em um longo processo histórico, ao atribuírem à região aspectos de um lugar em que o ser humano dificilmente alcançaria o controle da natureza e, por conseguinte, o caminho da civilização.

A temática “natureza-civilização” pode ser encontrada nos escritos de alguns historiadores e outros intelectuais da atualidade. Entretanto, não é predicado da historiografia, nem do conhecimento das demais áreas contemporâneas. Documentações e teses apontam que estudos que problematizaram a natureza amazônica remetem ao início da conquista espanhola e portuguesa. Constou inicialmente nos relatos dos cronistas ibéricos e batavos até, mais ou menos, o final da primeira metade do século XVIII. Os historiadores cronistas do início da conquista elogiaram e detrataram a natureza amazônica ao mesmo tempo. Só que esse posicionamento traduzia as impressões que experimentaram ao conhecerem a região pela primeira vez: de “ver” e “ouvir”, *in loco*, ou através dos relatos de cronistas precedentes (UGARTE, 2009).

doenças que os visitantes poderiam encontrar na Amazônia, que atrapalhariam a estada dos turistas e o próprio evento. Houve, por outro lado, muita reação a essas afirmações por parte dos amazônidas. O então prefeito, pelo que sabemos, fez até uma comissão e dirigiu-se à Inglaterra a fim de esclarecer essas visões equivocadas. Discurso muito similar também poderia ser encontrado entre os brasileiros de outras regiões do país, que diziam, entre outras expressões, não entenderem o motivo pelo qual Manaus, um lugar incivilizado, quente e selvagem, ter sido escolhido, diante de tantos outros, como sede de um evento de porte e projeção internacional. Em: <<http://bleacherreport.com/articles/1876975-mayor-in-brazil-doesnt-want-england-in-city-for-worldcupslams-roy-hodgson/>>. Acesso em 10/01/2014.

O conteúdo da crônica daqueles soldados e clérigos se alicerçava em suas experiências pessoais ou de outrem. Estavam desprovidas de um fundamento que será introduzido nas teses sobre a Amazônia somente a partir da segunda metade do século XVIII: o conceito de evolução da natureza. Depois de 1750, a natureza do Novo Mundo passaria a ser, mais verticalmente, uma questão de ciência natural e de Estado (GERBI, 1996). No modelo das categorizações teórico-evolutivas à Buffon, a natureza amazônica chamaria a atenção de cientistas europeus e administradores do Império de Portugal até a Independência política do Brasil.

Diante dos exemplos que a historiografia amazônica nos mostra, Charles Marie de La Condamine (1701-1774) e Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815) são exemplos emblemáticos. Esses e outros cientistas reproduziram teorias das ciências naturais de seu tempo. O pensamento de ambos esteve influenciado principalmente pelas teorias de Buffon. E contribuíram para a construção e consolidação de conceitos sobre a natureza amazônica no pensamento científico e popular da Europa (COSTA, 2002). Ademais, as impressões sobre a natureza continuariam entre o elogio e a detração. Mas, agora, enredadas pelo conceito de evolução (GERBI, 1996). Durante o século XIX, os discursos dos viajantes, naturalistas estrangeiros, e intelectuais brasileiros, indicam que o conceito de evolução da natureza foi unido também ao de civilização. Neste sentido, a “civilização da natureza”, expressada no seu domínio pela ciência e pela técnica com a finalidade de transformá-la em favor dos projetos civilizadores do Estado, esteve presente no discurso dos cientistas do período (SCHWEICKARDT, 2009).

De acordo com Jean Starobinski, a civilização estava carregada de uma aura, cujo teor, por ser sagrado, tinha de ser assumido por todos. A civilização sobrepunha e representava a antítese dos valores tradicionais. Designava ainda um processo social acompanhado do conceito moderno de progresso. Tanto o refinamento dos costumes, o desenvolvimento técnico-científico quanto o domínio e a visão utilitária da natureza estiveram embutidos no conceito (STAROBINSKI, 2001). A presença destes valores incidiu através de normas e condutas na província do Amazonas. Em verdade, mediante a documentação, a partir da década de 1860 já podemos encontrar membros da elite amazonense repudiando o relacionamento das pessoas com certos elementos da natureza amazônica no contexto interno. Embora as elites tecessem ovações à natureza quando o assunto era propagandar a região – experiência que nos é constatável até os dias de hoje –, no contexto doméstico a natureza é negada e repudiada.

Simone Villanova evidenciou isso, de certo modo, quando interpretou o discurso de viajantes estrangeiros sobre a construção de um teatro de *palha* que encontraram na Manaus de meados do século XIX. O uso da palha pela elite para construir um teatro, ou seja, respectivamente, um elemento que expressa a natureza e outro a cultura civilizada, denotava uma fronteira entre a barbárie e a civilização: a construção de um teatro, mas feito de *palha*. Villanova nos fala também, por exemplo, que os banhos e piqueniques, desfrutes da natureza, foram proibidos no decorrer da segunda metade do século XIX (VILLANOVA, 2011a). Esse e outros elementos da natureza amazonense foram cada vez mais repudiados com a proximidade do final do século XIX. O discurso civilizador intensificou-se de tal modo que o governador Eduardo Ribeiro, ao arquitetar uma “Manaus Moderna”, na década de 1890, a construiu de costas para o rio Negro, rompendo, assim, com um dos principais símbolos da cultura tradicional de Manaus (DAOU, 2000).

O clima representou um entre os demais atributos elencados na discussão em torno da natureza amazônica no século XIX. Mas seu lugar tinha função importante. Ele é um dos principais coadjuvantes na equação “natureza-civilização” e, assim, no “problema da natureza”. E, semelhantemente a outros elementos do mundo natural, o clima figurou ora com repúdio ora com ovações no discurso da elite política do Amazonas. Mas, evidentemente, o clima não era um elemento natural de fácil manipulação ou restrição. Igualmente, a proibição dos banhos em igarapés e ao uso da palha na construção de casas, entretanto, não se podia proibir o clima de ser o que era pelo decreto de códigos de postura. Como quem impõe a uma pessoa, não se podia obrigá-lo a se parecer com os climas temperados dos países civilizados! O discurso civilizador atingiu as pessoas e sua relação com o mundo natural através da imposição de normas de conduta pela elite política. Mas a civilização do clima, se também usou dos artifícios do discurso, revelou outras metodologias para inseri-lo e legitimá-lo nos argumentos de um elemento civilizado.

Ao que temos exposto, evidenciamos a ocorrência de um processo contínuo de intelectuais seduzidos pelo problema na Amazônia. Desde os historiadores cronistas até o século XIX, o clima figura como um entre outros elementos que formam a mixórdia mundo natural amazônico na discussão envolta da natureza enquanto problema.

Existe, pelo menos, uma diferença e uma semelhança entre as gerações de historiadores de outrora e as de hoje com relação a essa temática. Os historiadores atuais se debruçam sobre temas relacionados à natureza e civilização similarmente como os historiadores amazônicos de antanho o fizeram, mais ou menos, até a década de 1980. Pois, em geral, ambas as gerações olham a natureza enquanto um problema ligado à civilização da

Amazônia. A diferença está na maneira como interpretam a documentação. Assim, se chegam a ser inegáveis as abordagens “metódica” e “oficial” como a que se encontram em trabalhos como os de Arthur Cezar Ferreira Reis (1983), nos trabalhos dos Professores Hideraldo Costa (2002) e Julio Schweickardt (2009), por exemplo, encontramos interpretações torneadas, respectivamente, por modelos teóricos e metodológicos oriundos da oxigenação por que tanto a história das ideias quanto a história da ciência tem passado nos últimos anos. Em geral, esses e outros historiadores contemporâneos procuram compreender a maneira como noções e conceitos sobre o mundo natural amazônico se solidificaram no mundo das ideias científicas europeias e brasileiras. A diversidade dos temas circula, por exemplo, da invenção do índio a invenção da natureza.

O clima amazônico, e, especificamente, o clima do Amazonas, aparecem vinculados à miríade de temas que têm aflorado atualmente. Esses temas relacionam-se também à habitabilidade do ser humano na região, e têm ganhado importância crescente nas pesquisas de historiadores atualmente, bem como nas de intelectuais de outras áreas. Pelo que conhecemos e selecionamos para esta dissertação, existem pesquisas que vinculam o clima amazônico aos temas que já mencionamos: civilização, habitabilidade e povoamento. O debate historiográfico destaca o percurso metodológico, o tipo de fonte utilizada, e a forma como o clima foi interpretado por cada autor. Podemos dizer que o clima recebeu tratamento secundário pela maioria desses autores, e aparece associado, no mais das vezes, ao problema central da pesquisa, que é outro.

Expomos primeiramente os estudos com os quais estabelecemos um diálogo neste trabalho. Depois, apontamos a existência de outros estudos em que o clima aparece, primária ou secundariamente, nos objetivos dos autores. Trata-se, no primeiro, de levantar o que existe (e conhecemos) de estudos com tema, espacialidade e temporalidade similares aos nossos. Na segunda situação, trata-se de levantar outros trabalhos igualmente semelhantes ao nosso nestes aspectos, mas com os quais, por ora, não intentaremos estabelecer diálogos. Poderemos, contudo, aproximarmo-nos à proporção que alguns questionamentos ou argumentos, porventura, necessitem ser levantados e discutidos ao longo desta dissertação.

Liviane Azevedo Cativo escreveu *O Povoamento da Amazônia na Obra de Torquato Tapajós* (2009). Esse trabalho, que é um relatório de iniciação científica, interpreta políticas de povoamento projetadas para o Amazonas pelo engenheiro Torquato Tapajós (1853-1897), durante a segunda metade do século XIX. Liviane Cativo tratou, embora superficialmente, o que muitos cientistas da época acreditavam ser um dos maiores entraves ao *povoamento* do Amazonas com europeus: a concepção de que o clima da região ameaçaria o povoamento e

assentamento de colônias agrícolas. Pois certas especialidades da Medicina e da Geografia atribuíam um caráter negativo ao clima quente e úmido, qual o da região: visto como instrumentalizador e produtor de miasmas e doenças; inviabilizaria a colonização do vale do Amazonas.

Ao interpretar a obra de Tapajós, a autora sublinha a contraposição a estas concepções sobre o clima por parte do engenheiro sanitaria; estimulado pelo projeto de *povoar* o vale do Amazonas.³ Para fazer este trabalho, Cativo se baseou em alguns relatórios técnicos de repartições da província do Amazonas. Parte de suas conclusões e afirmativas é, portanto, relevante para esta dissertação. Para nós, sua pesquisa chegou a conclusões bastante fecundas tanto na análise contextual quanto na interpretação da documentação.

Cientista social, o Prof. Renan Freitas Pinto se dedica a pesquisar a “formação do pensamento social sobre a Amazônia” há mais ou menos uma década (PINTO, 2008, p. 7). Sua pesquisa já rendeu, pelo que conhecemos: a) *Viagem das Ideias* (2008); b) *Vozes da Amazônia: investigação sobre o pensamento social brasileiro* (2007); c) *As representações científicas da Amazônia: o lugar das etnociências* (2005), artigo contido na coletânea *Amazônia: a natureza dos problemas e os problemas da natureza*.

Em geral, trata-se de estudo que envolve a interpretação do conhecimento que diversos pensadores deixaram sobre a sociedade e cultura amazônicas: cronistas, viajantes, antropólogos e intelectuais amazônicos do século XVI ao XX. Privilegiam a interpretação de uma série de questões, muitas das quais estão além das pretensões deste trabalho. Através da avaliação da natureza amazônica, esses personagens erigiram noções e conceitos que contribuíram para a invenção da região: “arsenal de ideias e valores com os quais nos percebemos e nos representamos como brasileiros, mexicanos, bolivianos etc. [...] um conjunto restrito de representações, que vem se cristalizando e se transformando ao longo de nossa história até o presente” (PINTO, 2008, p. 14).

Em sua obra, Renan Freitas Pinto mostra que o clima também foi um elemento presente na abordagem que intelectuais europeus e nacionais fizeram sobre a Amazônia. Neste sentido, dirige seu olhar, por exemplo, às teses de filósofos como Buffon, Hegel (1770-1831), La Condamine, Montesquieu (1669-1755), Theodor Koch-Grünberg (1872-1924), bem com ao engenheiro e jornalista Euclides da Cunha (1866-1909).

³Este trabalho resultou de um projeto maior, intitulado “Rios e Homens: história, cultura e natureza na Amazônia”. A execução e conclusões deste trabalho também se devem aos esforços do Prof. Dr. Hideraldo Lima da Costa.

Além de fornecerem bases para a constituição de idéias, conceitos e noções sobre a Amazônia, estes autores lançaram os signos discursivos por meio dos quais a identidade amazônica foi, e, em grande parte, ainda tem sido construída. O clima amazônico também obteve lugar na tese de Julio Schweickardt, *Ciência, Nação e Região: as doenças tropicais e o saneamento no Estado do Amazonas (1890-1930)*. Schweickardt interpreta as “políticas públicas de saúde e atividades de profilaxia (...) práticas médico-científicas e suas relações com as políticas de saneamento (...)” no Amazonas (SCHWEICKARDT, 2009, p. 19,32). Debruçou-se sobre o problema sanitário do Amazonas por meio de relatórios de Estado e livros de cientistas amazônicos. Neste sentido, Schweickardt problematiza o discurso sobre o clima amazônico em detrimento das doenças que reinavam à época na região. E identifica a existência de qualificações que atribuíam ao clima a razão das doenças encontradas na Amazônia estarem revestidas de outras modalidades. Esta relação clima-doença o levou a concluir que, na Amazônia, ideias científicas foram “incorporadas, e muitas vezes reelaboradas, pelo pensamento médico local” (SCHWEICKARDT, 2009, p. 22).

O clima também entra na interpretação do autor, alvejado por discursos, como o de Euclides da Cunha, e pela identificação de discursos de viajantes estrangeiros ou nacionais que o caluniaram quando estiveram na região (SCHWEICKARDT, 2009). O espaço dedicado ao clima não é grande, entretanto, seu trabalho oferece aportes que amparam esta dissertação dentro do que se tem feito atualmente sobre a história da saúde pública na Amazônia, tema com o qual dialogamos.

Os objetivos e conclusões diferentes dos autores não ofuscam a semelhança teórica e metodológica com que estruturaram seus trabalhos. Em geral, duas características são comuns aos autores: o embate de teses científicas sobre um mesmo objeto, o clima da Amazônia; e as bases documentais que reúnem entre relatos de viagem (Freitas Pinto), relatórios técnico-científicos (Cativo), documentos de Estado e livros de intelectuais (Schweickardt).

Atualmente, outros autores enfatizaram o clima como objeto de estudo. Suas obras detêm alguma similaridade em espaço e tempo com esta dissertação. Igualmente às que discutimos acima, o “problema da natureza” está presente, em maior ou menor grau, através da equação “natureza-civilização”.⁴ Por exemplo, os trabalhos de Neil Safier, pesquisador da University of British Columbia, no Canadá, que escreveu *Measuring the New World:*

⁴Contudo, alguns autores atuais têm optado falar em “cultura-natureza” em vez de “natureza-civilização”. Esta escolha tem a ver com a influência teórica da linha “Cultura e Representação” do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Amazonas. Um exemplo de trabalho nesta vertente é o de: LIMA, Carla Oliveira de. **Natureza, Cultura e Imaginário nos Relatos de Alfred Russel Wallace, Louis Rodolph Agassiz e Elizabeth Cabot Cary Agassiz**. Dissertação de Mestrado em História. Manaus: UFAM, 2008.

Enlightenment science and South America (2008). Safier focaliza, entre outras questões, que o relato de viajantes que estiveram na Amazônia, como La Condamine, propagou conceitos e ideias sobre a Amazônia no conhecimento científico e popular de países europeus. Assim, o material confeccionado e destinado para o entretenimento de um público ávido por notícias de mundos exóticos e maravilhosos perpetuou visões sobre o Novo Mundo.

Celdon Fritzen: autor de uma tese em teoria e história literária, *Mito e Luzes em Representações da Amazônia* (2000). Fritzen interpreta o discurso de alguns viajantes que estiveram na região entre os séculos XVIII e XIX. Enfatiza a construção de visões tanto sobre as sociedades indígenas quanto sobre a relação destas com o meio ambiente. Nas narrativas e descrições, os viajantes compõem um cenário no qual a natureza aparece em símbolos contraditórios: o que a historiografia sobre a questão tem chamado de “inferno” e “paraíso”.

Kelson Semerene Costa: pesquisador do Núcleo de Estudos Amazônicos, escreveu *Homens e Natureza na Amazônia Brasileira: dimensões (c. 1616 – c. 1920)*. Nesta tese, Costa interpreta o relato de viajantes estrangeiros e intelectuais nacionais sobre a Amazônia. Mostra que a constituição do conhecimento científico no período dependeu da incorporação da cultura indígena com a natureza pela ciência. Seus trabalhos, entretanto, dialogam mais com a história ambiental, disciplina que atualmente tem angariado atenção notável entre os historiadores brasileiros.

Priscila Faulhauber Barbosa, pesquisadora do Museu Paraense Emílio Goeldi, dedica-se atualmente ao estudo da história da antropologia no Brasil, que a autora chama de “antropologia do clima”. Estudos como os do etnólogo alemão Curt Nimuendaju (1883-1945), interpretam a significação do clima nos mitos e rituais indígenas, estabelecendo uma relação entre clima e cultura. Entre seus trabalhos, veja-se “‘As estrelas eram terrenas’: antropologia do clima, da iconografia e das constelações de Ticuna” (2004), presente na *Revista de Antropologia*.

1.2) Entre a defesa e a detração: o clima do Amazonas no discurso dos administradores da província do Amazonas (1850-1890)

Na busca, leitura e interpretação da documentação, encontramos traços de um problema envolvendo o clima do Amazonas entre 1850 e 1890. A pesquisa exigiu paciência e persistência. Pelo que conhecemos atualmente, não há fonte que traga alusões satisfatórias ao clima. Referências ao clima encontram-se muito fragmentadas e esparsas na documentação do período que escolhemos.

Graças a isto, às vezes, líamos todo um relatório de província e absolutamente nada encontrávamos. Mas, por outras, topávamos com algumas linhas perdidas entre as fontes. Os excertos que encontramos na documentação apresentam diferenças de sentido. Assim, podemos deparar, por exemplo: discursos com sentido de protesto – é incisivo e aponta a existência de eixo-definições sobre o clima e a salubridade do Amazonas; discursos com sentido de argumentação científica – incursiona em argumentação científica com a finalidade de deslegitimar perspectivas que atribuíam, também na ciência, um caráter negativo ao clima do Amazonas; discurso com sentido de apreensão do significado do clima – em geral, não é incisivo, nem incursiona em argumentações científicas em prol do clima, mas deixa transparecer, igualmente, quanto aos aspectos supracitados, apropriações acerca da existência de ideias sobre o clima do Amazonas. No entanto, há um fator que une essas formas de discurso, que são, em geral, tentativas de desfazer o que parte dos administradores provinciais entendiam como injúrias, calúnias e difamações à Amazônia.

De acordo com Sergio Buarque de Holanda – embora este autor tenha direcionado sua afirmação a outro contexto em sua obra *Visão do Paraíso* – trata-se de algo parecido a “uma exaltação enamorada de quem evita a verdade fria, mas ainda uma reação de defesa contra a incredulidade, o despeito ou a malevolência” para desenvolver um “parecer favorável à salubridade, amenidade, gentileza e temperança de lugares tidos por outros como inóspitos e doentios” (HOLANDA, 2000, p. 252, 358).

Deste modo, se parte dos administradores se lançou a críticas a fim de contrapor perspectivas pessimistas através de artifícios como elogios e ovações, outra parte dos administradores condenou o clima. O Amazonas surge como um lugar incivilizado e atrasado diante das outras províncias do Império. Uma floresta ainda bravia, habitada por hordas de nativos e antropófagos, e dotado de um clima inconveniente para o convívio do ser humano.

Do discurso de defesa e de atenuação dos aspectos do clima afloram plurissignificações; uma série de discursos é enredada com a finalidade de contrapor as ditas calúnias, e combater o significado da umidade e do calor da região. No discurso, este exercício coloca o clima na companhia de outros elementos da natureza. Esses demais elementos naturais servem como ferramentas que mitigam e atenuam, através da contra-réplica, o discurso detrator do clima: estão ali de modo a ofuscar o caráter de uma temperatura elevada e o que esta pressupostamente acarretaria nos seres humanos.

O clima surge ao lado da complexidade da “natureza amazonense”, unido a fertilíssimas terras que oferecem mananciais de todas as delícias, ao “maior dos Rios do Universo [e de] (...) águas doces e copiosas, (...) um clima tão saudável, em que lá [os

européus] podem viver e formar povoações”. Que, ao mirá-lo e senti-lo o ente a invadir sua influência sobre o corpo possa concluir que há no Amazonas “(...) como [nesta] Capital [Manaus], um clima (...) que nelle se sente muitas vezes o agradável frio do meio dia da Europa”.⁵ Pois que, embora inegavelmente quente, calores de estio são modificados pelo refrigério de copiosas chuvas e águas e matas e dos rios e lagos. As características da paisagem são cooptadas, no discurso, para atenuar a característica de um clima quente e úmido. Para tanto, o clima é descrito em companhia da paisagem regional. Neste caso, trata-se de abrilhantar traços positivos para mitigar e sobrepor traços negativos.

Em semelhante entonação de discurso, embora sob conclusões mais ou menos opostas, estão os que pouco se intimidarão a olhar o clima com pessimismo. Suas falas, aliás, entrevêem a apreensão de certo pesar. Um desagrado, talvez, ante o cenário que lhes assaltava as sensações ao chegarem numa província situada no Extremo-Norte do Império. Jacintho do Rego, a quem o governo imperial decretou presidir a província, assim se referia ao clima e à paisagem que conheceu depois que chegou ao Amazonas. Sob o alarme de um ataque de varíola entre 1867 e 1869, Rego não tinha dúvida sobre um *fato*, visto que seu juízo se baseava no de um “Dr.” que morava há tempos na província. Inquestionavelmente, o reinado daquela epidemia, que mantinha o flagelo em pico, explicava-se, segundo ele, pela forma acidentada do solo da região, e de seu clima intolerante.

Mas o solo, diante de tudo o que provocaria de maléfico, nem de longe estaria à altura do clima. Apesar de ajudar na produção de miasmas através dos charcos que se formavam com a água da chuva que ficava represada em seus buracos e desníveis, era o clima que punha as matérias para fermentar: “essas agoas permanecem em estado de stagnação, e alli operam a decomposição dos vegetaes e mais corpos que demorados entram no trabalho de putrefacção”. O fenômeno era, por assim dizer, acelerado pela combinação “das influencias atmosfericas, e finalmente a acção de um calor abrasador, a que estam sujeitos estes infelizes póvos”.⁶

Se fizermos uma comparação, observaremos que o clima aparece vinculado a outros elementos da natureza tanto no discurso favorável quanto no discurso desfavorável. Em ambos os discursos, portanto, ele pode ser benigno, de um lado, e maligno, de outro lado. Mediante estas citações, percebemos que a paisagem natural do Amazonas é descrita de forma

⁵**Relatório que, em Seguida ao do Exm.º Snr. Presidente da Provincia do Pará, em Virtude da Circular de 11 de Março de 1848, Fez, sobre o Estado da Provincia do Amazonas, Depois da Installação Della, e de Haver Tomado Posse o seu 1.º Presidente o Exm.º Snr. João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha.** Amazonas: Typ. de M da S Ramos, 1852, p. 3, 6, 7, 29, 30, 35.

⁶**Relatorio com que o Exm.º Sr. Presidente da Provincia Dr. Jacintho Pereira do Rego Abriu a Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas no Dia 1º de Junho de 1868.** Manaos: Typographia do – Amazonas – De A. C. Mendes, Rua da Palma, Canto da Travessa da União – Ao Aterro, 1868, p. 6-7.

quase antagônica. Esta dualidade insere os discursos em uma disputa de poder, subsistindo uma pergunta: de que lado estaria o poder da fala sobre o clima do Amazonas, no grupo dos que o “bendizem” ou no grupo dos que o “maldizem”? Podemos dizer que em nenhum dos lados. Porque, além de se tratar de uma experiência da qual não podemos concluir quanto a valores de certo ou errado, de “bem” ou “mal”, o próprio discurso dos administradores às vezes é contraditório: pois mudam de posicionamento sobre o clima.

Se de um lado os discursos possam ser favoráveis, a batizá-lo com o fervor de discursos invocadores de reminiscências paradisíacas; por outro lado, emergem visões cuja acepção está eivada de rasgos infernais: ou seja, ora o clima é “paraíso”, ora o clima é “inferno”. Esses discursos, a circular em entre a “ovação” e a “detração”, estão permeados também de externalidades que os induzem a um ou outro tipo de qualificação. Pois retrata sintomas de um problema político que transcende acomodações científicas sobre o clima da província.

Os discursos entremostam que havia relações entre teorias climáticas e o comportamento da própria administração imperial. Porque o comportamento dos administradores do Império brasileiro poderia estar orientado pelo discurso científico do período sobre o clima. Esta questão salienta o fato de que os administradores do Império compreendiam o Brasil enquanto um território com características espaciais (climáticas) heterogêneas. Consideravam que determinadas regiões do país tinham maior potencial civilizador que outras em função de suas qualidades físico-naturais.⁷

A documentação e a historiografia amazônica permitem conferirmos uma singularidade ao clima: ele é um tipo de epicentro ao qual se associam e do qual, em alguns momentos, procedem outros fenômenos relacionados ao mundo natural. O clima não aparece isolado, como vimos, quer no discurso de detração, quer no discurso de ovação. Uma interdependência de fatores une-se a ele: além do calor e da umidade, também as chuvas, a enchente e vazante dos rios, e o solo. A coexistência, interdependência e atuação conjunta desses fatores componentes da complexidade do clima amazonense promoveram observações e posicionamentos da parte dos administradores públicos e intelectuais vinculados aos interesses da província do Amazonas. O que discutiram foi: afinal, perante estes fenômenos, a região poderia ser considerada habitável para o europeu, salubre, civilizável?

⁷ Isto pode ser acompanhado do decorrer de toda a obra *Cidade Febril*, (1996), de Sidney Chalhoub. O autor nos mostra que, durante a segunda metade do século XIX, assistimos, no Brasil, à emergência da união entre ciência e administração pública. Os administradores passariam cada vez mais a agirem pautados na ciência a fim de neutralizarem o fundo subjetivo de suas ações políticas.

Em torno do clima orbitam alguns elementos que aparecem de diversas formas: pois, em primeiro lugar, relaciona com um discurso que o isenta da significação que representava a Zona Tórrida do planeta, no ato de convencer que viver no Amazonas não representava um martírio ao ser humano – este aspecto dialoga com a importância e legitimação do povoamento branco na região, visto que, no país, a região do Centro-Sul eram as preferidas para o assentamento de colônias, “lá podem viver e formar povoações”; em segundo lugar, a insalubridade de regiões quentes, discurso que atribuía a tais lugares serem fontes propícias à composição de eflúvios, vapores e miasmas, cuja germinação seria acelerada através do calor, que colaboraria para empestear o ar e causar doenças – a complexidade da dinâmica do clima amazônico atua como um tipo de “arquiteto de miasmas”, que surgem através do efeito da complexidade entre clima e outros elementos da natureza; em terceiro lugar, podemos dizer que essa questão estimulou, entre médicos do século XIX, a polêmica em torno da etiologia e proliferação das doenças e, conseqüentemente, os níveis de mortalidade a que as regiões quentes alcançariam (MORAIS, 2013).

A problemática desta dissertação dialoga com autores que fizeram suas pesquisas de maneira muito similar a nossa. Assim, para nós, suas obras são importantes balizas que norteiam nosso posicionamento diante da documentação. No tópico seguinte, discorreremos sobre essas referências.

1.3) Modelos para a pesquisa: uma abordagem da história das ideias.

O interesse pela história das ideias tem crescido atualmente entre os historiadores nacionais e estrangeiros. Esse domínio, pela amplitude de temas que nele se encerram, é trabalhado de diferentes maneiras pelos historiadores. Porque a terminologia *ideia* é genérica e muito abrangente – uma vez que podem existir, por exemplo, *ideias* econômicas, políticas, científicas, etc. – a história das ideias possibilita o estabelecimento de diálogo com outros domínios, abordagens e campos da História.

Isto faz com que os historiadores estabeleçam diálogo com outros ramos do conhecimento histórico. Aliás, esta é uma característica dos historiadores das ideias. Tal atitude pode ser explicada pela semelhança teórica e metodológica, por exemplo, com que domínios como o da história intelectual, história das ideias políticas, história das ideias econômicas, história das ideias científicas, e outras infinidades de *histórias* possibilitam o relacionamento interdisciplinar. Muitas das vezes, o historiador se vê coagido a ter de entrar

em outros ramos de sua disciplina a fim de tecer argumentações demandadas pela sua própria pesquisa.

Algumas obras serviram de inspiração teórica para esta dissertação. Trabalhos como: *O Novo Mundo*, de Antonello Gerbi (1996), *How to Write the History of the New World*, de Jorge Cañizares-Esguerra (2001), *Measuring the New Wolrd*, de Neil Safier (2008), *Literatura como Missão*, de Nicolau Sevcenko (1995), *O Espetáculo das Raças*, de Lilia Moritz Schwarcz (1993), *Estilo Tropical*, de Roberto Ventura (1991). Esses autores, além de situarem seus objetos de estudo no século XIX, fornecem discussões que foram entrecruzadas com a nossa documentação. Essas obras ainda apontam caminhos teóricos e metodológicos similares aos que intentamos nesta dissertação. Os trabalhos mencionados acima têm objetivos específicos e objetos de estudo diferentes. Entretanto, certos traços fazem com que se aproximem uns dos outros. Podemos dizer que o primeiro destes traços são as documentações: quer da literatura, quer da ciência, os autores se utilizam de escritos de intelectuais, de relatórios técnico-científicos, e jornais.

O segundo é a maneira como problematizam a documentação. A relação entre mais de uma dinâmica na construção de ideias sobre o conhecimento científico. Em outros termos: que o conhecimento científico construído em países do continente americano, a rigor, detém dinâmicas próprias, não sendo, assim, uma réplica das produções científicas das grandes metrópoles europeias. Esta perspectiva tem caracterizado a história das ideias e história da ciência nos últimos anos, e destaca suas influências sobre os setores que constituem a “sociedade”: cultura, política, economia, etc. Uma chave teórica que supera perspectivas tradicionais, as quais afirmavam que a construção cultural de países americanos era um reflexo imitativo da cultura europeia. Absorvendo a conceituação de “apropriação cultural”, essas obras privilegiam a inovação adaptada às realidades locais. Neste sentido, por exemplo. Gerbi, Cañizares-Esguerra e Safier enfatizam países da América do Sul – mais para o eixo dos países com ascendência espanhola, embora tangenciem o Brasil por meio da interpretação de relatos de viajantes que estiveram na Amazônia. Por seu turno, Sevcenko, Schwarcz e Ventura se detêm na dinâmica de um discurso intelectual brasileiro sobre a civilização do país (GERBI, 1996; SCHWARCZ, 1993; CAÑIZARES-ESGUERRA, 2002).

É neste caminho que os discursos dos administradores públicos da província do Amazonas são interpretados. Assim, através da empiria em estar *de visu* na Amazônia, parte dos administradores concordou com perspectivas pessimistas quanto ao clima. Outra parte, entretanto, rejeitou o postulado de tais teses, cuja matriz teórica, no século XIX, assentava-se principalmente em filósofos do século XVIII: Buffon, Montesquieu, De Pauw, Hume.

Da Medicina à Geografia, a influência do pensamento desses filósofos da ilustração atingiu cientistas e academias estrangeiras e brasileiras em diversas áreas. Neste sentido, um questionamento esteve presente na cabeça de muitos intelectuais brasileiros: que região tem mais potencial civilizador em detrimento de suas fisionomias climáticas? Antagonismos entre pensamentos sobre o clima da Amazônia constituiu discursos com conclusões distintas sobre o significado do clima diante de projetos civilizadores planejados para a região (COSTA, 1995). Esse fenômeno coaduna-se com o que Roberto Ventura, em *Estilo Tropical*, afirmou sobre a existência, entre os políticos e intelectuais brasileiros, a partir da segunda metade do século XIX, de posicionamentos otimistas ou pessimistas com relação ao progresso e civilização do país (VENTURA, 1991).

Entre 1850 e 1890, no discurso de alguns “amazônidas”, o clima do Amazonas representou um tipo de algoz a vencer. Contudo, no discurso de outros, um algoz a ser evitado, e distanciado. Seria o clima da região tão prejudicial assim à saúde, insuportável para os imigrantes oriundos de zonas temperadas? Como viver em um lugar onde “mal se póde supportar no corpo a mesma camisa” por muito tempo (FERREIRA, 1983, p. 678-679)? O clima era, de fato, infernal, inabitável, abreviador dos anos de vida? Permitiria o clima da região, “como característica do trópico tão malsinado, a presença humana útil, dinâmica, capaz de grandes façanhas a serviço da civilização? Aquele mundo exótico seria inferno ou paraíso?” (REIS, 1983, p. 49). Na Amazônia, o discurso civilizador transcendeu a esfera do terreno, atingiu planos astrais. Nem mesmo as influências do próprio astro Sol escaparam de ter seus aspectos maquiados pelo poder do discurso da civilização.

1.4) Corpo documental e metodologia

As questões sobre o clima estão dispostas na documentação de forma fragmentária. Esta foi a maior dificuldade com a qual nos deparamos. Entretanto, contamos também com uma produção na historiografia e em outros campos que contribuíram para balizarmos a construção da nossa narrativa. Nota-se, deste modo, absorção de outros campos da História: História Econômica, História Social e História Cultural da Amazônia.

Perguntas se sucedem -, os recortes temporais, espaciais e as fontes: Por que a escolha dos relatórios de província para tratar de posicionamentos sobre o clima do Amazonas? Não seria mais viável destacar fontes em que referências ao clima tivessem maiores incidências, como os relatos de viajantes e naturalistas, por exemplo? A resposta é que, em primeiro lugar,

preferimos focalizar dinâmicas internas, ou seja, discursos oriundos de um contexto interno ao país, como o dos administradores provinciais, e não as vozes de viajantes estrangeiros, vistas aqui por nós como perspectivas de discursos “externos”, cujos interesses, segundo a historiografia de viagens, cogitavam práticas imperialistas metropolitanas, acalentavam curiosidades sobre o Novo Mundo, ou, ainda, ao afã de, através da experiência do estar *in loco*, diante da natureza amazônica, fazerem avançar o conhecimento científico quer através de descobertas, quer pela refutação dos estudos de viajantes anteriores. Os agentes internos, ou seja, os administradores provinciais, não estão fora das motivações percebidas entre os estrangeiros, mas as motivações que os aproximam ou afastam dos estrangeiros estão permeadas por uma tensão permanente em razão de outros elementos que atravessam as condições de vida de quem “faz parte de um lugar”.

Outra observação influenciou na escolha/preferência pelos relatórios de província aos relatos de viagem. Ela é crucial para compreendermos o significado da figura dos “administradores imperiais” na segunda metade do século XIX. Tem a ver com a identificação de centelhas que possam caracterizá-los também como “viajantes”. Malgrado a pesquisa atualmente não dispor de aportes suficientes com que argumente esta constatação, a vista das documentações, é inegável que a maior parte dos administradores públicos não se originava do Amazonas. Intelectuais (médicos ou engenheiros) e presidentes de província que por volta de 1852 passaram a atuar no Amazonas originavam-se socialmente de outras regiões do país, e, alguns, do seio de outras elites. Fossem do Sul, no Norte, ou no Extremo-Norte,⁸ desde o momento que começavam sua carreira no mundo político do Império brasileiro, as viagens por diversas províncias e regiões do Brasil passavam a se tornar uma constante na vida daqueles homens públicos. Esse procedimento era comum no Império. Assim, acontecia com todas as províncias, principalmente com aquelas cujas elites ainda estavam em processo de consolidação, como no Amazonas (DAOU, 2000). Em geral, do Amazonas ao Rio Grande do Sul, os administradores nomeados pelo Governo Central eram, no mais das vezes, de províncias ou regiões diferentes das que e onde exerciam cargos. Como parte de suas atribuições no lidar com as burocracias do Império, esses personagens eram levados a fazer viagens pelo interior do país.

No exemplo do Amazonas, muitos, antes de lá aportarem, já traziam larga experiência de viagem por outras regiões e províncias do país. Igualmente, outros administradores

⁸ Na época, não existia as nomenclaturas Nordeste, Norte, Sul, Centro-Oeste, e Sudeste que definem atualmente as regiões brasileiras. Pelo que conhecemos, chamava-se de Norte a região correspondente ao atual Nordeste; de Extremo-Norte a região correspondente à Amazônia Brasileira, e de Sul a região que estava mais ou menos entre o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul.

(médicos, inspetores de saúde, juízes, chefes de departamento etc.), além de serem remanejados, também solicitavam para trabalharem em outras regiões de uma mesma província ou outra região do Império. A troca de informações e a circulação a que estavam sujeitos eram frequentes.

Ainda que esta observação sobre o significado dos “administradores públicos” do Império exija o rigor próprio para chamá-los de “viajantes”, de acordo com vários tipos de documentação, não temos dúvida quanto a essa circulação a que estavam sujeitos, bem como quanto ao intercâmbio de informações e comparações que os administradores faziam entre regiões do país. No interregno de cinco anos, por exemplo, podemos acompanhar um mesmo personagem fazendo comentários sobre três regiões brasileiras. Estava no Extremo-Norte, num certo período, de repente foi enviado para o Sul, e, depois, enviado para o Norte (Pernambuco), de onde se originava. Nessas jornadas, tinha obrigação de prestar conta ao Governo Central e à Assembleia Legislativa da província onde se achavam.⁹

Assim, os administradores imperiais precisavam relatar o espaço das regiões onde se achavam. São esses os suportes dos *relatos* com que minuciam as circunstâncias por que passavam as províncias. E se havia uma padronização para que o relato fosse confeccionado – pois apresentam seções como “família imperial”, “saúde pública”, “segurança individual”, “imigração”, “colonização”, “catequese e civilização dos índios”, “tesouro provincial”, “coletorias de impostos”, “índices de exportação e importação”, “navegação e comércio” etc. – tal aspecto pode remontar à semelhança dos viajantes naturalistas do século XIX.

De qualquer modo, a documentação possibilita a apreensão de posicionamentos de pessoas que estiveram no Amazonas, e como o clima foi visto por esses “agentes internos”, os próprios administradores do Império do Brasil. Só é possível entendermos as diferenças entre “os de dentro e os de fora”, considerando aspectos da administração e política Imperial, o projeto para o Brasil. O projeto Imperial para inserir o Brasil entre os países civilizados, embora envolto nas tensões provocadas pelos diversos interesses em jogo, pressupunha a

⁹A circulação entre regiões dos administradores do Império pode ser explicada pela seguinte consideração. A fim de certificar o que se está dizendo, convoque-se, em exemplo, o trajeto do pernambucano Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque e Lacerda que, ao longo de sua vida, presidiu três províncias; encetou no Amazonas (1864), depois seguiu para Santa Catarina (1866, 1867, 1868), voltando, assim, a seu lugar de origem, no qual foi presidente da província de Pernambuco nos anos de 1878, 1879. Veja-se, ademais, outro: Angelo Thomaz do Amaral. Exercera diversos cargos durante sua vida: cargos públicos no Rio de Janeiro e São Paulo, e presidente de província do Amazonas (1857), de Alagoas (1858 a 1859), do Pará (1860 a 1861). Ao que indica as fontes, o Amazonas parecia ser um “trampolim” para muitos que começavam sua aventura no mundo político do Império Brasileiro. As informações foram retiradas dos relatórios das províncias mencionadas. Cf. BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. **Diccionario Bibliographico Brasileiro pelo Doutor Augusto Vitorino Alves Sacramento Blake, Natural da Bahia**. 7 volumes. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883. Existe também uma edição fac-similada do Conselho Federal de Cultura (1970).

inclusão de todos os espaços, mesmo daqueles mais difíceis de aceitação pelos padrões da época, como seria o caso da região amazônica. Os administradores Imperiais, que circulavam por diversas partes do território, tinham entre suas funções a de unir, sobre quaisquer aspectos, a multiplicidade cultural e econômica do Brasil como um todo, a despeito de interesses relacionados ao seu lugar de nascimento e relações de parentesco.

Deste modo, podemos encontrar relatos de médicos, juristas e engenheiros sobre as condições sanitárias e nosológicas, reconhecimento territorial, navegabilidade dos rios, delimitação de fronteiras com outros países e províncias, levantamento dos produtos/drogas da natureza, populações indígenas, crimes, julgamentos, casos extraordinários ocorridos na província e uma infinidade de outras questões que, com certa regularidade, são encontradas nesses documentos.

Visto que decidimos focalizar “dinâmicas internas”, aspectos internos da documentação também acabaram preponderando na escolha do recorte espacial e temporal. A condição fragmentária encontrada e as esparsas referências ao clima nos levaram a escolher um intervalo temporal de quarenta anos (1850-1890). Entendemos que ao fazermos tal escolha não caímos nas teias de um anacronismo, considerando que os debates sobre a natureza da região amazônica x condições de vida e desenvolvimento da civilização perduraram por longo tempo, em parte, inclusive chegando aos dias atuais.

No concernente ao espaço, embora alusões ao “problema do clima” possam ser evidenciadas, semelhantemente, em outras províncias amazônicas, detemo-nos no discurso acerca do Amazonas. Assim, o suporte empírico são exposições, mensagens, relatórios dos presidentes de província, relatórios de chefes de outras repartições e escritos de intelectuais que estiveram vinculados à província. Mesmo se tratando de uma documentação variada, em todas elas podemos encontrar discursos compenetrados de sentidos similares em relação ao clima do Amazonas.

De acordo com a historiografia do Amazonas, o período de 1850 a 1890 corresponde a muitas transformações na estrutura econômica, política e cultural da província do Amazonas. Em síntese, assiste à abertura (1850) e instalação (1852) da estrutura administrativa da província no Império do Brasil; assiste ao vertiginoso crescimento da economia e da arrecadação da Fazenda através dos diversos produtos exportados para os mercados estadunidenses e europeus, bem como da injeção de capital externo; assiste ao aumento da população da capital, Manaus, e do interior por nacionais de várias províncias, bem como imigrantes estrangeiros; assiste também à afloração de valores civilizacionais que começariam

a ser apregoados nos códigos de postura, preconizando acerca da importância da introdução de novos hábitos e comportamentos na vida pública e privada.

Escolher o período provincial também esteve relacionado ao desejo de contribuir com o relativo “desprezo historiográfico – às vezes evidente – por este período, antes da produção do látex” na historiografia do Amazonas (VILLANOVA, 2011a, p. 142). Existe uma crescente atenção dos historiadores ao espaço e tempo da província, mas percebemos que o período republicano, por diversos motivos, ainda parece fascinar e seduzir a atenção de boa parcela dos historiadores do Amazonas. Se determinados temas ainda não chamaram a atenção da historiografia do Amazonas imperial, o “clima” está entre eles.

As fontes, que foram abordadas qualitativamente, feitas pelos governantes ou funcionários da administração, compreendem documentos de Estado: relatórios, falas, discursos, exposições da província, escritos de alguns intelectuais. Na documentação, o clima e elementos variantes aparecem nas incursões dessas personagens públicas. Ora sob a forma da defesa, ora ao estilo de uma detração. Na descrição das fontes, pretendeu-se constituir as séries, expondo que relações, nas falas, o clima detém com os outros elementos: seja clima-doença; clima-povoamento (este ponto desdobra-se ainda mais, quando o povoamento tangencia temas como imigração e colonização); clima-discurso externo.

A cautela e atenção sobre estas equações precisam ser redobradas, visto que às vezes são contraditórias, em que as interrelações entre suas subséries exigem olhar apurado, porque parecem desdobrarem-se, imbricarem-se e se escamotear entre si. Enfim, quantos às problematizações das nossas fontes, citamos o historiador Jacques Le Goff, “falsos”, porém, “verdadeiros” podem ser os documentos:

É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, (...) durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio (...). Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo documento é mentira. (...) É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar essa construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos (1994, p. 546-548).

Assim, no primeiro capítulo, introduzimos a dissertação abordando aspectos gerais: delimitamos o tema-problema que perpassa a pesquisa; discutimos acerca de uma perspectiva

teórica observável, em geral, nos estudos sobre a Amazônia – natureza e civilização; focalizamos o clima como um elemento chave na discussão natureza-civilização; fizemos uma discussão teórico-historiográfica, enfatizando teses atuais que de alguma maneira têm destacado o clima nos seus objetivos; discorremos ainda sobre a metodologia empregada: espaço, recorte temporal, e o porquê de nossa preferência pela documentação escolhida nesta pesquisa. Neste capítulo, portanto, unem-se principalmente detalhes teóricos e metodológicos da dissertação, como vimos até aqui.

No segundo capítulo, fizemos uma discussão que acompanhou a seguinte característica: o conceito de civilização da natureza na passagem do século XVIII para o XIX: como, através de teses de cientistas europeus, o conceito de civilização da natureza aparece relacionado ao clima; nesta discussão, enfatizamos a perspectiva geral de alguns filósofos e cientistas acerca do clima quente e úmido no discurso civilizador; finalmente, através do discurso civilizador sobre o clima quente e úmido, entramos na discussão sobre “o problema do clima do Amazonas”. Porque era crença que o europeu entraria em um processo de degeneração se vivesse sob clima quente?

Neste capítulo, embora não aprofundemos, mencionamos outros subtemas que, como veremos, ligam-se ao tema principal da pesquisa: como a posição da província no cenário político imperial, e a importância dada, pelas elites amazonenses, à desconstrução de imagens negativas sobre o clima da região. O segundo capítulo tem um caráter contextual.

No terceiro capítulo, descrevemos discursos pessimistas e otimistas sobre o clima do Amazonas. Na fala de certos administradores enviados pelo Império ao Amazonas, visualizamos ora posições pessimistas, atribuindo ao clima, por exemplo, à influência na formação de doenças; ora posições otimistas, dizendo o contrário, que o clima não causava as doenças, sendo, quando muito, apenas um instrumentalizador.

Em síntese, entregamos ao leitor a discussão de duas visões de certo modo antagônicas, este aparente antagonismo é o que permite aflorar as tensões do projeto civilizador. Uma que reproduz concepções detratoras de cientistas europeus sobre a região, outra caracterizada por um tipo de contra-ofensiva a esses discursos e imagens que tencionavam inviabilizar a região em face da civilização.

CAPÍTULO II

Histórias de um discurso qualificante: a detração do clima da Amazônia como instrumento orientador na elaboração de uma identidade climática do Amazonas.

2.1) América: antítese física, geográfica e política da Europa

A descoberta geográfica do espaço que seria chamado de “Novo Mundo”, ou “América”, teve consequências importantes para o conhecimento filosófico e científico ocidental. Viagem após viagem marítima, narrativa após narrativa dos cronistas do século XVI, e, depois, relato após relato dos viajantes naturalistas do século XIX, o assombro de um lugar desconhecido. A crença em antigos modelos cosmográficos que afirmavam a inexistência de vida na “Zona Tórrida” foram ruindo diante de uma visão mais completa do planeta.

De acordo com Sergio Buarque de Holanda, não há exagero em dizer que aqueles primeiros nautas, desbravadores do acesso à verdade, puderam inaugurar novos caminhos no pensamento científico com o simples fato de, no olhar e no tatear, dos “olhos que enxergam”, das “mãos que tateiam”, desmitificarem muitas concepções de um mundo outrora apenas pulsante no campo do abstrato para os antigos, ao desterrarem “alguns velhos estorvos ao seu progresso” (HOLANDA, 2000, p. 11-12).

O contato com a existência de outro espaço que tinha muitas diferenças com o continente europeu – animais, plantas, habitantes, solo, clima, etc. – estimulou as elites europeias, por volta do término do século XVII e durante todo o século XVIII, a pensarem a si mesmas tendo outros espaços, povos e nações distintas como um fator diferenciador para a construção de sua identidade (CAÑIZARES-ESGUERRA, 2001). Em sua decisiva tomada de consciência de si própria como civilização nova e característica, com uma missão universal e não mais apenas e simplesmente cristã, a Europa das luzes dava-se conta da necessidade de enquadrar em seus esquemas aquele mundo transoceânico que ela havia retirado das trevas, do qual dera uma primeira e sintética impressão, que quase não possuía relações exceto com a própria Europa e que, depois de haver desfeito as ilusões de seus primeiros apologistas do século XVI, parecia novamente oferecer paradigmas de vida e de promessas de futuro esplêndido (GERBI, 1996).

Achando-se em um momento-chave da autoconstrução de sua identidade, as elites europeias, através da constituição de uma imagem que lhes dessem forma e sentido, evidenciaram “a importante magnitude das mudanças no entendimento” que tinham de si mesmas, “e de suas relações com o resto do mundo” (PRATT, 1999, p. 42; ELIAS, 1994). Esse “entendimento” de si esteve representado na forma como a elite europeia buscou inventar uma identidade vinculada ao espaço com o intuito de diferenciar a Europa de outros continentes, nações e povos. Os pensadores ligados às elites, deste modo, afirmavam através de teorias filosóficas eurocêntricas que as Américas, por terem uma natureza “diferente” da europeia, estavam aquém do Velho Mundo em termos físico-evolutivos (GERBI, 1996).

A vontade de elucidação da descoberta e do significado do Novo Mundo fez com que parte dos membros de uma elite intelectual nascente fosse levada a instituir comparações e confrontos entre a natureza de ambos os continentes, entre o suposto alcance de “evolução natural” e civilização do Velho e do Novo Mundo. Por antítese, a natureza do Novo Mundo era considerada “imatura” perante a natureza “madura” do Velho Mundo. Que elementos da natureza, mais ainda, certificariam que a “Europa” era a “Europa”, e o que ratificava, por outro lado, que a “América” era a “América”? A construção de uma identidade europeia em função do espaço demarcou, assim, uma distinção qualitativa entre os dois continentes.¹⁰

Baseados em visões preconceituosas, filósofos ocidentais lançaram, a partir de 1750, fundamentos teóricos com que nos deparamos ainda hoje, e que continuam alimentando visões equivocadas sobre a Ásia, a Europa e a América. A Europa sob um olhar eurocêntrico, emerge como o “melhor lugar”, o modelo final para as sociedades, a última etapa na história da humanidade (SAID, 2012; GERBI, 1996). “A América era filha da Europa (...) era a Europa e ao mesmo tempo a não-Europa –, antítese geográfica, física, e brevemente também política da Europa” (GERBI, 1996, p. 132).

O conceito de *civilização* foi aplicado na França, no curso da segunda metade do século XVIII, com a finalidade de “demarcar, em termos de comportamento e da

¹⁰Esta “divisão continental” aparece já no século XVI, em um estudo sobre a América a ver com “el punto de vista de la historia de la geografía”. Gonzalo F. de Oviedo “unido com sus amigos italianos”, entre eles “Giovan Battista Ramusio”, contribuiu para que este publicasse um mapa “del Nuevo Mundo que no sólo era uno de los más perfectos de ese siglo, sino que presenta una novedad para entonces sensacional (...) **la división del mundo em dos hemisferios, uno para el Viejo y uno para el Nuevo Mundo**”. “(...) por primera vez se le reconocía al continente americano una dignidad geográfica comparable a la del Viejo Mundo: no se trataba ya de un simple apéndice de Asia, de un grupito de islas perdidas en el océano, sino verdaderamente de um Nuevo Mundo, al cual, en la representación cartográfica, le tocaba de pleno derecho la mitad del globo terráqueo. Puede decirse efectivamente que **con este mapa de Oviedo y Ramusio el mundo quedó por primera vez repartido en dos hemisferios**”, (GERBI, 1992, p. 196) [grifos nossos].

sensibilidade, um determinado espaço social da nobreza e da burguesia em ascensão, perante a simplicidade e hábitos rudes das populações pobres e rurais” (ABREU, 2002, p. 142).

O termo, entretanto, assumiu conotações mais amplas, e identificou-se também com a distinção entre nações e povos. De um lado, sociedades civilizadas, de outro lado, sociedades incivilizadas. A imagem da Inglaterra e da França no contexto daquele momento tornou estes países referências na crença sobre o avanço ininterrupto, embora gradual, da humanidade em direção à civilização e ao progresso. Para que as sociedades pudessem atingir gradações avançadas, era necessário eliminar tudo o que fosse bárbaro – sinônimo de tradição e atraso – “fossem os castigos corporais, as barreiras ao comércio, as tradições populares ou as superstições religiosas” (ABREU, 2002, p. 142).

Estabelecendo diferenças entre nações e povos, o discurso civilizador assinalava, entretanto, que mais cedo ou mais tarde as sociedades incivilizadas alcançariam a civilização. Tratava-se de uma perspectiva gradual e progressista, em que o modelo final a que as demais sociedades e regiões do mundo chegariam se encontrava nos países civilizados europeus; o que denotava a perspectiva eurocêntrica desse discurso. Uma das características desse discurso civilizador, neste sentido, concentrava-se na análise dos elementos da natureza – animais, plantas, solos, clima, etc. O discurso da civilização da natureza foi nutrido pelo pressuposto de que esta também se achava sob marcha evolutiva e civilizadora. Determinadas regiões do planeta que eram consideradas como não plenamente evoluídas e também incivilizadas atingiriam mais cedo ou mais tarde fisionomias de civilizadas; acreditava-se.

Para tanto concorreria o “tempo”, uma vez que seria preciso esperar para que, um dia, determinados espaços alcançassem aspectos que assinalassem mostras de evolução, quanto, por outro lado, a ação do homem, pois esta, através da técnica e da ciência, aceleraria a transformação da natureza e sua consequente evolução e civilização. O discurso em torno da civilização da natureza esteve relacionado, em grande parte, a uma perspectiva moral e categórica presente na tese de filósofos e intelectuais ocidentais. Eles se propuseram, de 1750 a 1850, pelo menos, a estabelecer diferenciações entre o que avaliavam, alegoricamente, como o “melhor” ou o “pior” tipo de natureza no concernente ao alcance de estágios evoluídos e civilizados. Esses pensadores se armaram de juízos e comparações morais e progressistas. Diziam que a natureza europeia estava em um grau de evolução e civilização muito a frente das de outros continentes e regiões não europeias do mundo.

Uma coloração discursiva aparece, assim, nas teses desses filósofos e intelectuais europeus: em termos de gradação evolutiva, o continente americano estava abaixo do continente europeu. Muito lidas e professadas, a influência de suas teses persistiram durante

considerável tempo no pensamento científico e filosófico ocidental, no alusivo ao que supunham representar o “caráter” da natureza das Américas.¹¹ Em conjunto, a natureza do continente americano era idealizada de forma negativa no discurso desses pensadores. Seu “problema”, que, de certo modo, não era o “problema” da natureza de outros continentes – com exceção da Oceania: o “novíssimo” continente – era que, devido ao continente americano ter uma história natural particular, diferente da história natural que cabia ao Ocidente e ao Oriente, as partes que correspondiam à natureza das Américas precisariam ter de esperar que o seu continente “amadurecesse”, e, assim, pudessem impetrar uma fisionomia natural mais próxima à da Europa, e, portanto, mais propícia para o assentamento da civilização (GERBI, 1996).

Só depois, quando essas teses foram replicadas pelos defensores das Américas, bem como retificadas pelos seus próprios autores, é que se aceitará a ideia de que, com certas reservas, no continente americano poderia florescer a civilização, pois o homem, munido dos aparatos da ciência, “agiria” mudando o ambiente natural em que vive a seu favor, em prol do progresso e da civilização (GERBI, 1996).

As ideias que exprimiam diferenças entre a natureza europeia e a americana foram interpretadas como uma perspectiva ora “detratora” ora “defensora” por Antonello Gerbi. Economista que se fez historiador das ideias, Gerbi escreveu uma tese, considerada clássica pelos estudiosos do tema, sobre o conteúdo de obras atravessadas por tais conceitos, e que geraram uma polêmica filosófica e científica na qual se digladiaram pensadores detratores e defensores da natureza do continente americano – *La Disputa del Nuovo Mondo: storia di una polemica (1750-1900)*.¹² Durante a maior parte de sua vida Gerbi fez “investigaciones acerca de la ‘debilidad de América’, (...) la tesis [difundida sobretudo na Europa] de que el continente americano es (...) inferior, (...) inmaduro, en comparación con el mundo antiguo” (GERBI, 1992, p. 15). Sua fase de americanista fica mais intensa depois que, por motivos de perseguição semita, muda-se da Itália para o Peru em um momento de pré-segunda guerra mundial.

¹¹Adiante falaremos mais detalhadamente sobre parte desses pensadores e suas teses sobre a natureza das Américas.

¹²Outras obras de Gerbi, que seguem mais ou menos a mesma linha de *La Disputa*, são *La Natura delle Indie Nove: Da Cristoforo Colombo a Gonzalo Fernández de Oviedo* (1975) e *Viejas Polémicas sobre el Nuevo Mundo* (1946). Separamos para este trabalho edições em português e espanhol de suas obras: *La Naturaleza de las Indias Nuevas* (1992); e *O Novo Mundo: história de uma polêmica (1750-1900)* (1996); além de obras de outros autores que também destacam a existência do debate sobre a natureza das Américas: como *Visão do Paraíso*, de Sergio Buarque de Holanda (2000) (mais direcionado ao espaço brasileiro no período colonial), e *How to Write the History of the New World*, de Jorge Cañizares-Esguerra (2001).

A partir de obras de pensadores europeus e americanos, o historiador italiano problematizou como esses discursos morais, e conceitos mais ou menos antagônicos acerca dos elementos da natureza de diversas regiões das Américas foram polemizados em uma controvérsia. Do século XVI ao final do século XIX, os trabalhos de Gerbi interpretam as teses desses pensadores: de cronistas e historiadores e filósofos e cientistas e naturalistas que se dedicaram a “avaliar”, ou, por assim dizer, “dar sentido” à natureza de um novo espaço que passava a aguçar questionamentos no conhecimento científico e filosófico ocidental.

Teses eivadas ora de visões “negativas”, ora de “positivas”. Norteadas, de um lado, por discursos de detração, e, de outro, por discursos de defesa; chocaram-se devido à compreensão desigual que seus autores tinham da natureza das Américas: seja da América do Sul, seja a América do Norte, seja a América Central, bem como as microrregiões que as compõem: a natureza de vários espaços – como a natureza do espaço amazônico –, neste sentido, narrada, descrita e qualificada pela pena do conhecimento ocidental (GERBI, 1996, p.13-17). Como parte integrante do continente americano, a Amazônia esteve presente nessa polêmica filosófica e científica que gerou embates por vezes ferinos entre os “detratores” e “defensores” da potencialidade civilizacional da natureza do Novo Mundo. Mas, mesmo assim presente na polêmica, o espaço amazônico era (e é) por demais grande para que uma tese, um discurso, fosse capaz de encerrar todos os significados de sua natureza através de hipóteses e teses dedutivas, que tendiam a generalizar toda uma região tomando um evento isolado.

O continente americano era formado por diversas regiões fisicamente diferentes. O Brasil diferia dos Estados Unidos, assim como este diferia do México e o Chile diferia da Argentina. Mais ainda, dentro de contextos territoriais específicos, como dentro do Brasil, a questão também se mostrava nesta proporção. Pois o Brasil não poderia ser considerado um todo geográfico homogêneo, fosse ao sentido das diferenças físico-regionais, fosse ao sentido da gradação atmosférica que se observava à medida que se aproximava ou se afastava da Linha Equinocial em direção à linha do trópico Sul.

Algumas regiões do globo, como a Amazônia, situada entre a Linha do Equador e o Trópico de Capricórnio, eram consideradas mais deletérias e inóspitas do que aquelas que estavam além dos Trópicos, em direção ao Norte ou ao Sul do planeta. Nessas teses havia um desencontro no tangente à crença ou descrença da Amazônia em face de projetos de colonização europeia. E, conseqüentemente, o reconhecimento de sua viabilidade ou inviabilidade para o assentamento da civilização (MELLO E SOUZA, 1986; HOLANDA, 2000; GERBI, 1996; UGARTE, 2004).

Os primeiros historiadores e cronistas das Américas descreveram uma natureza vista sob aquilo que lhes impregnava, naquele tempo, as matrizes filosóficas do pensamento. A natureza era vista ao estilo aristotélico do termo: ela era imóvel e imutável, “Siguiendo la tradición bíblica e aristotélica, ellos creen en la fijeza de las especies, en la naturaleza como inmovilidad, o como variedad desplegada por completo en el espacio” (GERBI, 1992, p. 15).

Até o século XVII, triunfava uma concepção astrológica que alegava que a Terra estava sob a influência das variações celestes. Malgrado o aspecto detrator e edênico, entretanto, presente nas crônicas daqueles cronistas, o pensamento iluminista traria uma novidade importante para o andamento das pesquisas em história natural. Na segunda metade do século XVIII, a concepção da relação entre meio ambiente e seres vivos passaria por profundas mudanças de significado (MELLO E SOUZA, 1986; GERBI, 1996).

Somente a partir de Buffon, e da história natural que se desenvolveria a partir de outros filósofos pós 1750, e por cientistas e naturalistas durante a primeira metade do século XIX, é que seria introduzida uma nova concepção mecânica de análise na relação entre ser vivo e meio ambiente. Esta relação adveio dos estudos em patologia médica e antropogeografia, que estavam em desenvolvimento no período (EDLER, 2001). Foi por volta de meados do século XVIII, mais ou menos em 1760, que surgiu, assim, a tese da debilidade das Américas. Com a publicação das obras de Buffon (Georges-Louis Leclerc – 1707-1788), o conhecimento que até então se tinha da natureza do continente americano passou por transformações profundas. Pode-se dizer que Buffon, em vista disso, passou a ser tido como uma espécie de ponto de referência entre o que até então se escrevera, e o que de agora em diante se escreveria sobre o “novo” continente.

De acordo com Antonello Gerbi, foi Buffon quem estreou a discussão, em termos teórico-filosóficos, sobre a suposta imaturidade e debilidade da natureza do “Novo Mundo” em comparação com a natureza do “Velho Mundo”. Ele foi o primeiro a introduzir o conceito de “evolução” em sua tese, aplicando-o ao estudo da natureza, com o fim de legitimar teses e discursos que hoje identificamos como eivados de preconceitos, porque pensado em comparação com o velho mundo, ao qual se atribuía a condição de evoluído e civilizado. Seus “escritos reúnem de forma coerente e científica, pela primeira vez, observações, conceitos e preconceitos que até então se expressavam como surpreendentes notícias de terras longínquas” (GERBI, 1996, p. 15).¹³

¹³As principais obras de Buffon sobre a natureza: *Historie Générale des Animaux* (1749); *Historie Naturelle de l’homme* (1749); *Les quadrupèdes* (1753-1767).

Para o conde francês, a natureza das Américas era imatura, produzia “seres inferiores”, e tinha o poder de degenerar os “seres superiores” que para ela fossem transplantados. A força de seu ambiente era tão danosa que até mesmo seres superiores, como os animais e plantas e homens europeus, quando para lá transplantados, dificilmente resistiriam ao apequenamento de seus membros e corpos, a destruição de suas faculdades mentais, de sua moralidade, a inibição de sua vontade sexual. O seu clima, estéril, úmido demais, era desprovido de força para produzir seres grandes, fortes e vigorosos. Ao invés de produzir espécies grandes, produzia, ao contrário, insetos e répteis, espécies minúsculas, e aos milhares.

Isso porque o continente não era tão evoluído quanto a Europa, em vista do que, por ser “novo”, não participara do dilúvio universal no mesmo tempo em que as outras partes do planeta participaram. A América havia pouco tinha saído de seu “dilúvio particular”, com datação mais recente do que a de outros continentes. Em suas “proposições catastróficas”, para Buffon, a “América é a última parte do mundo que emergiu das águas; (...) ‘os homens são débeis em seus órgãos de reprodução’, assim como os animais, autóctones e aclimatados, ‘são de tamanho diminuto’” (BUFFON apud GERBI, 1996, p. 147).

Os aspectos da natureza, assim, confirmavam sua tese: excesso de rios caudalosos, inúmeros vulcões, pântanos mortíferos, clima ora muito quente, ora muito frio, ora muito úmido (encharcado); uma terra insalubre, coberta de árvores, répteis enormes, pequenos quadrúpedes; e poucos homens, muito poucos e dispersos. O continente americano ainda estava em processo de “secagem”. “Fisicamente, a América é um mundo novo, (...) um mundo que ficou mais tempo sob as águas do mar (...) e ainda não secou direito” (GERBI, 1996, p. 27).

O continente ainda é tão jovem que as águas por enquanto prevalecem em vastas paragens, na Amazônia, na Guiana, no Canadá: ‘e, lançando-se os olhos pelo mapa desses países [diz Buffon] vê-se que as águas se espalharam por todos os lados, que há um grande número de lagos e enormes rios; o que indica que essas terras são novas’ (BUFFON apud GERBI, 1996, p. 130).

Tendo sua tese fundamentada em teorias aristotélicas – como nas apreciações de *Meteorologica*, obra do filósofo grego –, o naturalista francês acreditava na sujeição causal do homem e dos animais à natureza. Embora até certo ponto aplicasse tal perspectiva ao homem, fatores como solo, sobretudo o clima, representavam determinantes na variação evolutiva a que poderiam chegar as espécies animais, bem como na própria força geradora de vida (GERBI, 1996). Daí a afirmação de que os crioulos, enquanto sucumbem ao clima, “abastardam-se irremediavelmente, logo perdem, e não mais recuperam o vigor, a boa

aparência, a agilidade de movimentos e por fim limitam-se a falar em voz baixa, com pausas longas e frequentes” (GERBI, 1996, p. 147).

A América era, portanto, degenerada porque impotente para criar animais superiores, uma natureza sem força para fazer “grandes obras”. “A América é um continente ainda intocado, do qual o homem ainda não tomou posse, insalubre, portanto, para gente civilizada e animais superiores” (GERBI, 1996, p. 27). A tese de Buffon sobre a América e os americanos recaiu sua atenção principalmente sobre a relação entre o ambiente e sua influência determinista na conformação dos animais e das plantas. O homem, entretanto, também está sujeito ao ambiente, embora minimamente, como um elemento que é “abatido” pela insalubridade de um clima molhado, dessa natureza impotente, que ainda precisará de tempo para chegar a um estado evolutivo capaz de propiciar a frutificação de espécies superiores.

Outros filósofos tiveram Buffon como um expoente no assunto da evolução da natureza americana; assim, seguiram suas ideias. Neste caso está o abade De Pauw (Cornelius de Pauw - 1739-1799). A tese de Buffon apresenta o inegável caráter detrator de que fala Gerbi, mas foram os escritos igualmente detratores de De Pauw que, comparativamente com os daquele, mais incomodaram os que defendiam as Américas das investidas filosóficas europeias, em vista, sobretudo, do acentuado teor moral presente nesses discursos.

Buffon era determinista, mas não sobrecarregou tão somente o clima, como vimos, pela culpa da existência de espécies vegetais e animais débeis e nativos inertes, mas sim o resultado de uma dinâmica complexa procedente de inter-relações conjugadas de vários elementos da natureza. Diferente de Buffon, em De Pauw o clima assume conotações mais deterministas.¹⁴ Para De Pauw o problema das Américas está sobretudo no clima. O clima era imperfeito, e, em um determinado período da história, um dia, entretanto, ele alcançaria gradações e caracteres evoluídos. Mais generalista que Buffon, De Pauw é aquele que infere o geral através da observação de um exemplo isolado. Apesar da importância de seus escritos, e embora muito criticado, e por vezes até alvo de “risos” entre os próprios filósofos de sua época, De Pauw sentencia: o clima das Américas e toda a sua natureza é decaída e decadente.

Sob o clima do hemisfério ocidental, “arrebataado pelo ímpeto de sua contra-ofensiva, generaliza impávido e afirma” que os animais perdem a cauda, os cães não sabem ladrar, a

¹⁴Citando E. Barker “(National character and the factors in its formation, Londres, 1939, p. 50-1)”, Antonello Gerbi partilha que: “teriam sido os próprios teóricos franceses, a começar por [Jean] Bodin [1530-1596], que colocaram na moda a idéia do determinismo geográfico”; cf. nota nº 6; (GERBI, 1996, p. 492). Poucos anos depois, “Montaigne e, mais formalmente, seu discípulo Charon, reafirmavam e divulgavam a relatividade dos caracteres humanos, sua variação conforme os climas e as latitudes; Botero e Campanella retomavam as especulações de Bodin sobre os ambientes físicos dos povos;” (...) recolocava [se] (...)o “nexo entre o clima e os temperamentos e costumes” (Ibidem, p. 47).

carne de boi se torna fibrosa. Os peruanos são impúberes. “Refere-se a selvagens com crânio piramidal ou cônico [os Omágua do médio Amazonas?] e americanos do Maraón¹⁵ com testa ‘cúbica ou quadrada’” (GERBI, 1996, p. 59).

No entanto, o clima como fator determinante na conformação do tipo de sociedade, se livre ou escrava (ao estilo mesmo de Montesquieu); o clima como determinante no temperamento e na organização dos povos, na degradação das espécies, e como um inimigo da civilização, o clima malsão, ainda poderia, paradoxalmente, ser modificado: “a obra do homem, com o cultivo das terras, a regulamentação do curso dos rios, a criação de animais, a drenagem das águas estagnadas” transforma lentamente “as condições de salubridade e até o clima de determinada região” (GERBI, 1996, p. 86). Pois um dia, depois que essas ações fossem aplicadas às realidades americanas:

(...) as ciências e as artes florescerão também na América; e florescerão no Norte antes que no Sul, pois os colonos ingleses trabalham ‘com um fervor incrível para arrotear as terras, purificar o ar e drenar as águas pantanosas’, ao passo que os espanhóis e os portugueses, que possuem as melhores províncias da América, adquiriram por contágio toda a preguiça do indígenas (GERBI, 1996, p. 86).

Buffon e De Pauw foram os principais construtores da tese da debilidade do continente americano, de que este padecia de um mal inerente à sua natureza: imatura para o primeiro, decadente para o segundo – um problema de progresso e civilização. Quando publicaram suas teses e estas foram lidas e replicadas por aqueles que não concordavam com seus julgamentos, o século XVIII já estava chegando ao fim. Estes e outros filósofos tiveram uma importante influência, a partir de então, na forma como outros intelectuais posteriores pensariam o clima das diferentes regiões do continente americano. Pois, apesar da tonalidade moral do seu discurso, eles lançaram os fundamentos teóricos para a consolidação de um discurso diferenciador entre regiões, entre espaços, entre gentes, espécies e nações. No esforço de justificar cientificamente a variedade infinita das criaturas, de estabelecer com uma simples relação de causa e efeito os vínculos entre ambiente físico e os seres vivos, suas formas evolutivas, a capacidade de progresso do ser humano e suas instituições sociais, o discurso desses filósofos definiram identidades, e, por assim dizer, incidiram sobre a sensibilidade de nações em processo de gestação.

Dentro da miríade que representava a natureza, o clima servia, em particular, para mediar “o abismo lógico entre a tese da debilidade física do continente americano e a de sua

¹⁵Ou “Marañon”: nome dado à parte peruana do rio Amazonas.

inferioridade civil e política” (GERBI, 1996, p. 48). Podia ser apenas um fator, mas o clima era um fator crucial através do qual se podia esboçar explicação unitária de uma infinidade de fenômenos geográficos e históricos. Embora, ao primeiro relance, o clima aparente apenas um elemento entre tantos outros da natureza, é como se ele participasse de todos (plantas, animais, seres humanos, solo, etc.) e todos participassem e estivessem nele. A América e os americanos foram tratados e colocados no centro de um “vórtice de discussões sobre problemas de geografia zoológica, de etnografia, de climatologia, de teologia moral e filosofia da história” (GERBI, 1996, p. 132).

2.2) Espaços desiguais: a diferenciação interna do continente americano

Depois que as teses de Buffon e De Pauw foram lidas e criticadas por outros filósofos, encontrando nesses réplicas contra-defensivas quanto à tese advogada da decadência e imaturidade do Novo Mundo, acendia-se então a centelha inicial que se metamorfosearia na polêmica sobre a natureza das Américas.

Perante críticas e esvaziamento de sentido às teses detratoras por parte dos intelectuais defensores das Américas, os quais, através da evocação de exemplos empíricos e documentados e vividos por pessoas que tinham estado pessoalmente em certas regiões do continente, houve uma derrubada de não poucos discursos difamadores. Buffon revisou suas afirmações nada agradáveis, para os crioulos, sobre o continente, retificando-as. Mas De Pauw, ao contrário, não recuou, e continuou mantendo, em grande parte, seus julgamentos difamatórios (GERBI, 1996).

No segundo momento da polêmica – que, como dissemos, marca o envolvimento dos filósofos contra-defensores – a principal “novidade” tinha a ver com o fato de que passou a existir certa concordância entre os personagens ligados à discussão de que a América, ora decadente ou imatura para uns, ou nada disso para outros, dificilmente corresponderia a um espaço físico geograficamente homogêneo, e, portanto, era importante ter cuidado com demasiadas generalizações ao continente. Não se deviam confundir as regiões que compunham o continente. Havia diferenças vitais entre os espaços americanos. E isto estava relacionado às próprias desigualdades físicas e internas do continente.

Vista de modo generalizante em um primeiro momento tanto pelos filósofos defensores quanto pelos detratores, a concordância repousava em que, os juízos, favoráveis ou desfavoráveis, defensores ou detratores, não deveriam ser imputados para todo o continente. Havia, em outros termos, e coloquialmente falando: “regiões” e “regiões”. Alguns espaços

passavam a ser preferíveis a outros: o solo, em certas latitudes, era mais rico e fecundo que em outras; os animais trazidos da Europa não degeneravam em certas partes do continente, mas definhavam, tinham suas características alteradas e podiam até ficar irreconhecíveis em outras.

O homem europeu, se transplantado da Europa para a América, perderia a moralidade e sua força se instalasse morada em regiões equinociais. Mas, se fosse para o Norte ou para o Sul do continente, ultrapassando, respectivamente, a linha do Trópico de Câncer e de Capricórnio, poderia manter sua “superioridade”, pois as condições ambientais o favoreceriam. Não se devia generalizar: os espaços americanos eram heterogêneos. Os rios que os talhavam não eram idênticos – uns eram mais insalubres do que outros; nem a qualidade das águas por toda a sua superfície era a mesma; doenças aterradoras grassavam mais em certos lugares do que em outros; os climas não eram iguais: talvez parecidos em certas partes, mas, essencialmente, muito diferentes – poderiam ser ora mais frios ou mais quentes ora mais úmidos do que outros.

Se os climas não eram iguais, muito menos as sociedades o seriam – pois tinham aflorado sociedades com desenvolvimentos e estágios evolutivos distintos. Havia ainda diferenças entre nativos americanos do Norte e nativos americanos do Sul, bem como com os que habitavam a calha do rio Amazonas. Os diferentes tipos de clima possibilitaram, ao longo do desenrolar de milhares de anos, a configuração de várias formas de culturas. Pelas suas características físicas heterogêneas – e como o “‘clima’ era mais forte que a ‘raça’” (...) a geografia que se sobrepõe à história” –, portanto, determinados espaços estariam sob a autoridade de um clima que os tornavam ainda “piores” (GERBI, 1996, p. 151).

“Piores” e mais decadentes e imaturos: de climas muito quentes, muito frios, muito úmidos, com um nível de variação elétrica muito elevada. Climats cujo resultado de sua inter-relação com outros elementos da natureza configuravam quadros aterrorizantes de insalubridade. Nesses lugares, os nativos seriam supostamente mais débeis e degenerados; o clima, mais deletério. Porque, paradoxalmente, embora a América nascesse tarde, “‘existiu ali com as mesmas forças, a mesma potência ativa, exceto nas regiões setentrionais’”; dizia Buffon, referindo-se à que determinadas partes do continente tinham idade geológica mais recente do que outras, e, assim, poderiam ser consideradas menos “evoluídas” que as partes mais antigas (BUFFON apud GERBI, 1996, p. 130).

A América não era um todo geográfico homogêneo. A diferenciação interna, por um átimo, deu um pouco de trégua à comparação entre continentes para se concentrar nas similaridades e diferenças que as várias regiões do próprio continente. É assim que uma ou

outra região austral lembra partes da América setentrional. Outras têm climas tão parecidos que estar na Argentina é quase como estar no Chile ou em Nova Iorque. E certos solos, como o chileno, são tão ou mais fecundos quanto os mais férteis campos gerais que existem na Europa. Surge um discurso que buscava apontar de maneira utilitarista quais eram os “melhores” ou “piores” espaços do continente. Sobre os quais poder-se-ia lançar epítetos de “salubres”, “férteis”. Ou, de outro modo, quais eram os “insalubres”, “inférteis” e de clima “intolerante” para o organismo de “seres superiores”. Que partes do continente americano eram toleráveis ou intoleráveis para os europeus, a gente civilizada e branca – o ente superior dos filósofos eurocêntricos? Que climas eram mais agradáveis e toleráveis, cujas influências não assaltariam as forças e a moral e a dignidade do “homem branco”, inutilizando-o ao trabalho? Daqueles espaços, quais eram fisicamente mais arranjados para a introdução de elementos civilizadores? A que lugares, afinal, deveriam convergir os esforços civilizadores dos governos e nações americanas em processo de gestação no final do século XVIII e na primeira metade do século XIX (GERBI, 1996; CAÑIZARES-ESGUERRA, 2001)?

É assim que podemos assistir ao discurso de que as ciências floresceriam primeiro no Norte que no Sul, e que a América do Sul é mais jovem que a do Norte, e pode ser que a diferença seja em torno de “4 ou 5 mil anos”. E os nativos da região do rio Marañon (nome dado à parte peruana do rio Amazonas) devem ser mais selvagens que o das altas montanhas do Peru. Porque, efetivamente, as partes mais antigas são as montanhosas do Peru e do México, e não as planícies e depressões, que marcam em grande parte a fisionomia da baixa Amazônia. Havia certas localidades da América do Sul, dentro do Brasil, principalmente nas terras baixas do continente, ornadas por pântanos e rios caudalosos, onde a natureza dos terrenos era de depressão, onde os nativos eram menos robustos que os europeus: isto se devia a causas particulares e locais, devia-se ao clima da Amazônia (GERBI, 1996, p. 131).¹⁶

Como parte integrante do continente americano, a Amazônia esteve presente no conjunto de relatos e teses que filósofos e cientistas fizeram, pelo menos, de meados do século XVIII a meados do século XIX. Nesse interregno de tempo, a região foi objeto de relatos de viagens filosóficas, da observação de cientistas e naturalistas advindos de diversas nações, que para lá foram estudá-la (HOLANDA, 2000; UGARTE, 2004; COSTA, 1995; WEINSTEIN, 1993).

¹⁶Esta perspectiva de diferenciação interna do continente americano pode ser encontrada em várias partes de *O Novo Mundo*, de Gerbi (1996); e também, em alguns aspectos, no livro de Cañizares-Esguerra (2001), *How to Write the History of the New World*.

História, Ciências Sociais e Geografia atualmente evidenciam a importância do significado desses estudos para a história das ideias e história da ciência na Amazônia. De acordo com historiadores, cientistas sociais e geógrafos ligados à temática – e apesar das divergências teóricas e metodológicas que apresentam –, pelo que conhecemos, os escritos de Alexandre Rodrigues Ferreira, Charles Marie de La Condamine, Padre João Daniel (XVIII), Carl Von Martius, o casal Agassiz (Elizabeth e Louis Agassiz), Henry Bates e Alfred Wallace (XIX), entre outros, são interpretados enquanto “representações” ou “discursos” que permitiram a constituição de um caleidoscópio de ideias e conceituações sobre a natureza da região (animais, clima, plantas, rios, solo, etc.). Através desses discursos, houve a formação, assim, do que os pesquisadores têm designado de “formação do pensamento social amazônico” (PINTO, 2005; PINTO, 2007; PINTO, 2008; COSTA, 2002; COSTA, 1995; SCHWEICKARDT, 2009).

A leitura das descrições e narrativas e estudos confeccionados tanto por esses “viajantes filósofos”, em suas viagens filosóficas na segunda metade do século XVIII, quanto pelos cientistas e naturalistas que se aventuravam na observação do clima amazônico até mais ou menos meados do século XIX, atestam que, embora muitos deles reproduzissem aspectos de detração quanto ao clima amazônico em suas obras, a eles não se pode conferir a alcunha de detratores. Esta afirmação pode ser explicada através de Antonello Gerbi (1996). Pois que, semelhantemente a sua interpretação dos escritos de La Condamine, a Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815) também se deve ter cautela a chamá-lo de “detrator” dos espaços amazônicos que estudara em sua *Viagem Filosófica* (GERBI, 1996, p. 96). Embora Ferreira reproduza, como La Condamine, o discurso de Buffon e de De Pauw quanto à relação de influência entre clima e nativos amazônicos em alguns trechos de seus trabalhos, assim como aquele viajante francês, o naturalista baiano dificilmente fará deste seu escrito, pelo que também percebemos da sua leitura, uma tese cujo objetivo fosse o de perpetrar discursos detratores e com fortes tonalidades diferenciadoras e morais acerca do clima amazônico (PINTO, 2005).

Mais ainda, esta questão pode ser observada uma vez que sua obra não é ornada, por excelência, pelo discurso do clima enquanto um elemento “fatalista”. Embora parte de suas expressões sobre o clima da região não sejam nada agradáveis, a natureza ainda é rica, fértil por causa do clima, e promete esplêndidos prognósticos de civilização.¹⁷

¹⁷ Referências sobre o clima amazônico em Ferreira: “Pelo caracterdos naturaes; pela sua côr e phisionomia; pelas suas vozes, e outros viziveis effeitos da influencia do clima; (...) A côr em quase todos é macilenta, as vozes debeis e desentoadas, e todos elles ociosos, e negligentes. (...) Os calores depois das nove horas da

Como pesquisas admitem, La Condamine pôde ter desferido juízos deterministas sobre a relação entre clima e nativos que deparou na Amazônia quando em sua viagem da qual frutificou sua *Relation Abrégée d'un Voyage Fait dans L'interieur de L'Amérique Méridionale – Depuis la Côte de la Mer de Sud, Jusqu'aux Côtes du Brésil & de la Guiane, em Descendant la Riviere des Amazones*: “Todos os antigos nativos são trigueiros e de cor avermelhada, mais ou menos clara”; isto deve e, principalmente, às diferenças de temperatura do ar dos países que habitam, pois vai do maior calor da Zona Tórrida até o frio causado pela vizinhança da neve (LA CONDAMINE, 2000, p. 48).

O juízo de sua “Relação”, absorvido por Buffon e De Pauw, em suas teses sobre as Américas, entretanto, não fala de influxos “nefastos do ambiente físico” (...) e não acusa um continente inteiro, [ele] escreve mesmo com entusiasmo sobre a natureza (...) louva seus tigres grandes, belos e ferozes” (GERBI, 1996, p. 97).¹⁸ Embora Ferreira e La Condamine compartilhem concepções da medicina neo-hipocrática e de teses da época dificilmente podemos lhes facultar o selo de “detratores”. Há diferenças, pois, de acordo com Gerbi, entre o que pode ser chamado de “detração” – ou seja: um discurso moralizante que utiliza a filosofia (em um primeiro momento) e a ciência (em um segundo momento) com propósitos ligados a operações de interesses de construção de identidades; e o que pode ser encarado enquanto um discurso que, por outro lado, em um determinado momento histórico, dentro de suas especificidades epistemológicas, analisa o clima de uma região de acordo com a perspectiva da disciplina a que responde, mesmo que de suas análises floresça tonalidades “pessimistas” (GERBI, 1996; RAMINELLI, 1998; PINTO, 2008; CAÑIZARES-ESGUERRA, 2001).

No que tange a parte dos viajantes naturalistas que no século XIX, até mais ou menos a década de 1860, observaram e escreveram sobre o clima da Amazônia. Suas intenções fluuavam também sobre a vontade de por à prova o relato que viajantes anteriores, da segunda metade do século XVIII, haviam feito sobre a região – ainda que lhes fosse quase

manhan, até às quatro da tarde são insuportáveis, de maneira que se não póde sahir fóra de casa (...) fica tão abafada a atmospheria, que mal se póde supportar no corpo a mesma camisa” (FERREIRA, 1983, 678-679).

¹⁸ Embora para Neil Safier (2009) La Condamine esteja mais para o grupo dos “detratores” (p. 93, 103, 104), tendo seus relatos encontrado uma reação contra-ofensiva no judeu sefardita Isaac de Pinto (1717-1787), o qual chegou a provocá-lo a “aprofundar suas afirmações superficiais sobre a cultura ameríndia”, e sobre suas avaliações pouco lisonjeiras sobre o clima. Pois, “se o clima era o único responsável pela indolência e lassidão do ameríndio (...) os criolos europeus nascidos nas Américas estariam sujeitos à mesma degradação”. Crítica, entretanto, que não autoriza dizer que Isaac de Pinto fosse contrário ao postulado da determinação do clima no desenvolvimento moral e temperamental dos povos. Apenas criticava, de acordo com Safier, a verticalização de certos atributos apenas para os nativos amazônicos (SAFIER, 2009, p. 103-104).

irresistível a prática de fazer comparações entre o que viam na Amazônia e o que se lembravam da sociedade europeia de que eram partícipes (PRATT, 1999; COSTA, 2002).

A Amazônia, assim, dentro de especificidades foi pensada enquanto um espaço que está dentro da polêmica sobre a natureza do Novo Mundo. A partir de trabalhos de autores como os dos professores Renan F. Pinto (2005) e Hideraldo Costa (2002), pode-se dizer que a região apareceu nesse vórtice de discussões entre 1750 a 1890 – embora, evidentemente, de acordo com determinadas documentações, essa temporalidade seja mais elástica, alcançado, para nossa surpresa, o final do século XX. Por mais que o alvo da polêmica tenha se concentrado principalmente em regiões correspondentes ao México, Estados Unidos, parte do Peru, Argentina (Patagônia), Chile, a quantidade de escritos concebidos sobre a Amazônia também foi significativa.

Nas obras deixadas por diversos filósofos e cientistas podemos visualizar a presença constante de perspectivas antagônicas sobre a natureza amazônica, marcando as tensões próprias aos processos civilizatórios dos inícios da modernidade ocidental. O clima, ganhando destaque nesse debate, aparece metaforicamente ora enquanto rasgos de “inferno”, “*espectos relativamente débiles, o inferiores, de la naturaleza*” (considerava Gerbi), ora de “paraíso”: o clima de uma natureza de bonança e fecunda para a civilização (confirmava Holanda); ora o clima é “delicioso” (dizia o viajante Henry Bates), ora é “calores insuportáveis” (dizia Rodrigues Ferreira); e mais uma vez o clima será uma “surpresa das mais agradáveis” para o casal Agassiz (GERBI, 1992, p. 15; BRAGA, 1975, p. 77-86; FERREIRA, 1983; COSTA, 2002, p. 103-107). O clima “infernado” ou “paradisiaco”. De um lado seria intolerável, de outro, tolerável. Ora abatia a constituição do organismo humano, ora não exercia esses tipos de influências sobre o homem. Uma vez ele é perfeitamente saudável, em outra, é aureolado por uma fatalidade ornamentada com matizes de tragédia (GERBI, 1992, p. 15; MOOG, 1936).

A ambivalência dos discursos pode ser encontrada em vários trabalhos sobre a Amazônia. Escritos que, aliás, chegam a conclusões duais sobre se, de fato, a região era propícia ou não, em um primeiro momento, para a colonização europeia (século XVIII). Se era propícia ou não, mais ainda, em um segundo momento, para a execução da civilização (século XIX). As dúvidas perpassavam a mente de filósofos e cientistas: a Amazônia era civilizável? A ciência e a técnica conseguiriam subjugar a força do seu clima? O homem branco, europeu, conseguiria habitar naqueles longínquos lugares, sob um clima tórrido e desafiador dos instrumentos da civilização? (REIS, 1983; UGARTE, 2004; COSTA, 2002).

Do conjunto de textos sobre o clima amazônico no século XIX sobressaem algumas características: a) de que o clima é saudável, ao contrário do que filósofos e médicos disseram no século XVIII, influenciados por pensadores da Antiguidade Clássica, quanto à sua suposta ação deletéria sobre o organismo humano; b) por ser saudável, a adaptação dos europeus não encontraria empecilho nele; c) e, por fim, o clima era um fator determinante na história – nesse sentido, se quente ou frio, úmido ou seco, essas características estimulariam na forma de organização das sociedades amazônicas (GERBI, 1996; MORAES, 1995). Das ambivalências e tensões, entendemos que predominaram as influências e desdobramentos “detratores”.

Alguns filósofos, já ao longo da segunda metade do século XVIII, bem como cientistas por todo o século XIX, defenderam a Amazônia daquelas ideias e conceitos nocivos para a sensibilidade moral e identitária dos seus habitantes. Tanto a “Amazônia Brasileira” quanto a “Amazônia” circunscrita às nações de ascendência espanhola, pelo que conhecemos de outras documentações, tiveram seus defensores. Mas o poder de fala que detinham foi diminuto diante da difusão e força que as teses de Buffon e De Pauw alcançariam do final do século XVIII a meados do século XIX. Seja como for, no século XIX, em vista dos discursos e imagens detratoras que os filósofos da ilustração construíram sobre as Américas, cada região, cada nação em formação no continente, “cada elite procurou encontrar seu defensor”, e nele depositar as esperanças do esvaziamento daquelas qualidades detratoras, com o fim de refazer a sensibilidade e construir suas identidades (GERBI, 1996, p. 336-350).

Depois do nascimento da discussão em torno do clima amazônico a partir de meados do século XVIII, talvez uma das mais notáveis e influentes escolas seguidoras dos postulados buffon-depauwnianos foi a do “determinismo geográfico”. A escola formulou a teoria de que a organização, o desenvolvimento político, econômico, cultural e institucional estava ensombrado pela força do clima sob o qual viviam as sociedades. Friedrich Ratzel (1844-1904), geógrafo e etnólogo alemão, esteve entre os mentores iniciais desta teoria, sendo um dos expoentes (GERBI, 1996). Tendo sido publicado em 1882, seu principal livro, *Antropogeografia – fundamentos da aplicação da Geografia à História*, definia seu objeto enquanto o estudo da influência que as condições naturais exercem sobre a humanidade:

Estas influências atuam, primeiro na fisiologia (somatismo) e na psicologia (caráter) dos indivíduos, e, através destes, na sociedade. Em segundo lugar, a natureza influenciaria a própria constituição social, pela riqueza que propicia, através dos recursos do meio em que está localizada a sociedade. A natureza também atuaria na possibilidade de expansão de um povo, obstaculizando-a ou acelerando-a. E ainda nas possibilidades de

contato com outros povos, gerando assim o isolamento e a mestiçagem (MORAES, 1995, p. 55).

No entanto, os discípulos de Ratzel radicalizaram suas colocações, concebendo a “escola determinista” de Geografia, ou doutrina do “determinismo geográfico”. Portanto, autores que partiam da definição ratzeliana do objeto da reflexão geográfica a simplificaram; dirigiram seus estudos a máximas, como: ‘as condições naturais determinam’ [sic] a história, ou ‘o homem é um produto do meio’, deturpando as considerações de Ratzel, que, na verdade, falava de influências (MORAES, 1995, p. 57-58).

Este foi o caso de Buckle. Ao adotar as teorias de Ratzel, modificou-as em vários sentidos, radicalizando suas ideias sobre os climas tropicais. Quando a aplicou ao clima das regiões brasileiras, disseminou avaliações negativas em relação à potencialidade da civilização do país. É assim que podemos encontrar, em alguns aspectos, a continuidade de sentido de teses deterministas outrora presentes nos discursos de Buffon, De Pauw, Bacon, Raynal e Bodin nessa grande escola determinista de doutrinas bastante influentes no século XIX (GERBI, 1996; MORAES, 1995).

O “determinismo geográfico”, que tinha Buckle como um expoente e seguidor, advogava a “tese de que o desenvolvimento cultural de uma nação seria condicionado pelo meio”. Para chegarem a prognósticos de civilização, os autores e seguidores dessa tese acreditavam que era suficiente analisar as condições físicas da região em pauta. Dizia assim, portanto, o próprio Thomas Buckle: “‘dá-me o clima e o solo que lhe direi de que nação se fala’ – para uma avaliação objetiva de seu ‘potencial de civilização’” (BUCKLE apud SCHWARCZ, 1993, p. 76). O historiador inglês generalizou para todo o Brasil a ideia de uma terra ao mesmo tempo selvagem e exuberante, onde seus caracteres físicos demonstravam sua força máxima de um lado, e exibiam de outro a aparência de uma extrema fertilidade que detinha, paradoxalmente, terríveis catástrofes; acovardavam os homens, ameaçando e pondo fim a todos os seus empreendimentos civilizadores (SCHWARCZ, 1993).

Na Amazônia, a sobrevivência humana “dependeria de uma ‘evolução regressiva’, difícil submissão do organismo às condições climáticas que, causando sérios prejuízos às ‘faculdades superiores’ do homem, o conduziriam ao nível das ditas ‘raças inferiores’” (MURARI, 2009, p. 102, 407; CUNHA, 1985, p. 92-103). As ideias de Henry Thomas Buckle (1821-1862), ainda que tenham “chegado com atraso no IHGB [Instituto Histórico Geográfico Brasileiro] (...) causou um impacto muito grande” entre determinados cientistas brasileiros (SCHWARCZ, 1993, p. 152). Sua fórmula determinista pode ser encontrada como ‘A vontade

exclusiva dos indivíduos’, que deve ser ‘reduzida a leis, subordinando-as ao princípio do determinismo, como ideias a moverem a realização do bem e da melhora da espécie’ (SCHWARCZ, p. 152).

E, reproduzindo as formulações de Buckle, cientistas brasileiros diziam: “Daí-me a carta de um paiz, sua configuração, seu clima, suas águas, seus ventos e toda a sua geografia física, (...) e me comprometo a dizer-vos *a priori* qual será o homem deste paiz” (SCHWARCZ, 1993, p. 142).¹⁹

Quando a independência política do Brasil ocorreu em 1822, à qual se integraria em 1823 o Estado do Grão-Pará e Rio Negro, constituindo-se ambos em uma só unidade político-ideológica, o país já nascera submerso nesse discurso filosófico e científico que detratava o seu clima (CARVALHO, 2007; GERBI, 1996; SCHWARCZ, 1993). Com um “imperador apegado às vogas científicas (...)”, a imagem externa do país tenderá a mudar”. Passou a haver, entretanto, uma preocupação por parte do Império quanto à imagem do Brasil no exterior, que deveria ser cuidadosamente construída. Nas chamadas “Exposições Universais”, eventos em que exibiam vários aspectos do país nas grandes metrópoles, havia o interesse de mudar a visão que o mundo tinha do Brasil (SCHWARCZ, 1993, p. 42).

Nessas ocasiões, o país era retratado como um país “novo”, que se abria para o mundo, para o olhar estrangeiro, para as viagens científicas, para a civilização. As várias imagens que o conceito ligado ao nome Brasil indicava não deveriam mais ser da mata e da selvageria, nem de um lugar marcado pela ideia de insalubre -, do clima quente e úmido. Mas sim de uma nação “moderna, industriosa, civilizada e científica” (SCHWARCZ, 1993, p. 42). Era preciso desfazer, ou pelo menos atenuar, a fama que o clima brasileiro tinha no conhecimento popular e científico das grandes metrópoles do período (SAFIER, 2009; COSTA, 2002). O clima não deveria ser visto como insalubre, nem como instrumento da propagação de doenças por vezes até misteriosas para a ciência médica (COSTA, 2002).

Fazia-se necessário suplantar discursos que afirmavam que o clima brasileiro, em suas diversidades regionais, era deletério para os povos civilizados: os brancos europeus. A necessidade de desfazer aquelas imagens negativas esteve ligada, em grande medida, ao receio que as elites políticas e intelectuais tinham de que elas ameaçassem seus projetos, e fizessem acreditar que o país não fosse um lugar propício para a execução de instrumentos civilizadores. Em um momento que as elites regionais brasileiras buscaram “civilizar” suas

¹⁹ As duas citações são da revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, dos anos de 1908 (p. 285) e 1839, citadas por Schwarcz, nas páginas 152 e 142, respectivamente.

regiões, o rompimento com discursos e imagens pessimistas estava, digamos, “na ordem do dia” (COSTA, 2002; WEINSTEIN, 1993).

Tal “projeto pela verdade”, se podemos assim dizer metaforicamente, suplantaria com certa dificuldade, contudo, o poder de voz que o discurso de Buffon e De Pauw, e mesmo o de Buckle e outros seus seguidores traziam no sentido de rotular o clima das Américas, que, por extensão, também alcançava o clima do Brasil. Esses discursos foram inicialmente formulados a partir da segunda metade do século XVIII. Contudo, já em meados do século XIX, as atualizações que fizeram sobre ele (como é o caso dos escritos de Buckle), chegaram a atingir, mais ainda, a sensibilidade das elites políticas e intelectuais brasileiras.

Esses discursos detratores provocaram uma tensão no meio político e intelectual do país, principalmente em um momento em que se visualizava, por parte das elites, o ato de construir uma ideia de nação, elegendo a natureza enquanto um dos elementos signatários na formação da construção da identidade nacional (CARVALHO, 2007; SEVCENKO, 1995; COSTA, 2002; VENTURA, 2001). Foi através do discurso da ciência e da técnica que políticos e intelectuais brasileiros da segunda metade do século XIX puderam negar o sentido das teses detratoras do clima brasileiro. Unido à técnica e à ciência, o discurso da “civilização” da natureza teve um importante papel na resistência a essas ideias existentes no conhecimento ocidental sobre o clima do país. Nesse contexto, o conceito de civilização recebeu uma perspectiva utilitarista aplicada à realidade nacional. Pois o discurso da aplicação da técnica e da ciência às condições climáticas do país sugeria e dava argumentos para que intelectuais recusassem os julgamentos fatalistas de Buffon e de De Pauw, no que tocava ao Brasil (SEVCENKO, 1995; COSTA, 2002; SIMONINI, 2007).

No discurso desses integrantes das elites regionais brasileiras, que estavam entre políticos e intelectuais, dizia-se que a técnica e a ciência, como ferramentas a favor da civilização, possibilitariam vencer o problema da insalubridade, sobreporiam os discursos fatalistas (uma vez que, agindo e civilizando o meio natural e social, automaticamente ruiria o sentido das ideias condenatórias do clima) (COSTA, 2002; REIS, 1983). O processo de inversão da imagem se daria através da transformação da paisagem, remodelação das cidades, e da introdução de uma série de regras e intervenções sobre a relação das pessoas com todo o mundo natural (COSTA, 2002; SEVCENKO, 1995; VENTURA, 2001).

O termo civilização foi muito utilizado pelas elites brasileiras ao longo do século XIX. Incorporado ao discurso das elites políticas, médicas, jurídicas, literárias e religiosas, “o país precisava avançar na civilização, aproximar-se das nações civilizadas europeias”, executar medidas civilizadoras (ABREU, 2002, p. 141). As razões e os motivos da civilização

compreenderam uma obsessão perseguida pelas elites imperiais no decurso do século XIX. A civilização era o objetivo do “ensino e da formação profissional; implementada nos hábitos e costumes (...) exposta na aparência das cidades (...). Precisava estar presente em todos os setores da sociedade”; não apenas entre as elites, mas também entre os homens e mulheres livres (ABREU, 2002, p. 142). Adotar as trilhas da humanidade branca passou a ser um tipo de obrigação. Era necessário vencer os problemas que o país tinha: nas cidades, população estigmatizada por diversas doenças (febre amarela, malária, varíola, entre outras); suprimir hábitos considerados tradicionais e que remetiam ao período colonial; combater o tratamento de doenças à base de receitas de origem indígena ou africana; e “vencer” sobre uma natureza inculta e espessa a abrigar numerosa quantidade de nações indígenas que, em grande parte, ainda resistiam à assimilação do discurso civilizador.

Surgiu no país um novo sistema de esquadramento das relações com o espaço. Os recenseamentos do território, “progressivamente mais completos, acumularam-se. Expedições científicas e de exploração, formadas por brasileiros e estrangeiros, percorreram o país” (ARAÚJO, 2001, p. 161). Novos conhecimentos geológicos, hidrográficos, climáticos, botânicos, zoológicos, antropológicos e cartográficos foram empreendidos. Novos métodos, instrumentos de medida e de notação, “produziram uma massa crescente de inscrições, colhidas nos sítios e campos de pesquisa, convergindo, boa parte delas, para as instituições científicas criadas no Brasil” (ARAÚJO, 2001, p. 161).

Coube às Câmaras Municipais disseminar valores da civilização aos contextos locais através dos códigos de postura. Preconizavam acerca da urbanidade, da civilidade, e do tipo de comportamento esperado pelas elites para o convívio em uma sociedade ordeira, industriosa e progressista (ABREU, 2002). De acordo com Sidney Chalhoub, a segunda metade do século XIX assiste a um imaginário em gestação entre políticos e governantes no Brasil. A emergência da fusão entre técnica e política promoveu o que o autor chama de “administração competente” no estado brasileiro: discurso orientado pela técnica e ciência, autoritário e disciplinador dos costumes das classes pobres, chamadas de “classes perigosas” (CHALHOUB, 1996). Para compreender a presente questão, é necessário conhecer, diz o autor: “dois princípios essenciais”. O primeiro corresponde à ideia de que existe um ‘caminho da civilização’: um modelo de ‘aperfeiçoamento moral e material’ cuja validade poderia ser estendida para qualquer ‘povo’; os governantes deveriam zelar para que a sociedade que estivesse sob sua administração percorresse essa trilha (CHALHOUB, 1996, p. 32). O segundo: de que um dos requisitos para uma nação alcançar a ‘grandeza’ e a ‘prosperidade’ dos países ‘mais cultos’ “seria a solução dos problemas de higiene pública. O resultado dessas

duas operações mentais é o processo de configuração dos pressupostos da Higiene como uma ideologia” (CHALHOUB, 1996, p. 34-35).

A ideologia da higiene se notabilizou pela atuação técnica e política sobre a natureza. Em geral, ainda que determinados aspectos da natureza apareça no rol de debates sobre higiene pública, foi o clima um dos elementos que mais aspirou preocupação por parte da administração pública no período imperial, sobretudo em elites políticas de regiões do país que apresentavam temperaturas climáticas elevadas e úmidas, como as províncias do Norte e do Extremo-Norte.

Torna-se importante esclarecer que o clima não era compreendido enquanto um fator isolado e, portanto, sem interação com os demais elementos que compunham a natureza. Na perspectiva médica do período, animais, plantas, clima não eram “peças livres” ou “autônomas” na composição natural. Pelo contrário, além de avaliar a abrangência da participação de cada elemento na estrutura do mundo natural, médicos da época buscavam entender os caminhos e as formas de ligações que havia entre múltiplos fatores que tanto exerciam quanto recebiam menores ou maiores influências recíprocas do meio ambiente: por clima, por exemplo, “entendia-se a correlação de inúmeras variáveis ambientais” (FERREIRA, 2009, p 25). Era desta forma, pois, que um importante e influente médico do Império, o francês Joseph François Xavier Sigaud, consignava no seu *Do Clima e das Doenças do Brasil ou Estatística Médica deste Império*, de 1844.

Em uma de suas explicações sobre o clima brasileiro, Sigaud afirmava que, por exemplo, a falta de chuva que presenciou quando estivera no Rio de Janeiro se relacionava à “grande destruição de bosques causada pela invasão da agricultura, que altera terrenos e queima florestas”, impede a:

submersão dos **pântanos**, torna a região **insalubre** e favorece a endemia de **febres paludosas** de tipo intermitente. A benignidade dessas febres e seu caráter pernicioso **dependem inteiramente das condições de intoxicação**, as quais variam em função da **umidade da atmosfera e do solo, assim como das composições ou partes integrantes destes pântanos** [grifos nossos] (SIGAUD, 2009 [1844], p. 73).

Através desta citação percebemos como o clima, a rigor, era compreendido por Sigaud e por outros médicos congêneres na segunda metade do século XIX. Ele não é uma peça isolada do resto da natureza. A bricolagem do parágrafo anterior precisa que doenças, disposição do solo, condições atmosféricas, florestas, pântanos e clima, para o autor, tinham estreita relação na configuração da insalubridade ou salubridade de um lugar.

Isto pode ser explicado pelo método empregado por Sigaud. Ele acusa que seu autor foi influenciado pelo naturalista alemão Alexander Von Humboldt, aliás, um viajante que exerceu admiração e influência principalmente sobre “viajantes românticos” da primeira metade do século XIX (KURY, 2001; PRATT, 2011). Sigaud não deixa de nos evidenciar que para fazer estudos climatológicos e agir sobre uma região, por exemplo, era necessário inter-relacionar o clima a outros elementos direta ou indiretamente vinculados: como o solo, o regime das águas (chuvas, enchentes, vazantes ou marés), doenças reinantes, alimentação, e os hábitos da população (FERREIRA, 2009).

Se a natureza, portanto, não era composta por elementos isolados, e ao ponderar que era, sobretudo, o clima, quando relacionado com outros elementos da natureza – como os rios, matérias orgânicas, e ventos – um dos principais coadjuvantes na constituição de um ambiente salubre ou insalubre - então os pântanos, para muitos, deveriam ser drenados; igarapés e rios e lagos e também costas marítimas deveriam ser aterradas; ruas: niveladas e calçadas – para evitar poças de água e lama; e sobre as pessoas doentes haveria de ter um olhar minucioso, para que não maculassem o ar com eflúvios e pestilências; a alimentação deveria estar condizente ao clima sob o qual se vivia; o uso dos rios para lavar roupas seria proibido; e estaria vedada a circulação livre de animais no espaço circunscrito à convivência social (CHALHOUB, 1996; VILLANOVA, 2011).

Esse discurso tinha como premissa que os diversos problemas de saúde achariam solução através da intervenção sobre a natureza, assim como na regulação das práticas urbanas. Dizia-se que esses “problemas” estavam direta e indiretamente na órbita do clima, e eram principalmente as doenças, a alimentação “inadequada”, os altos índices de mortalidade e morbidade.

Fazia-se necessário preparar o país para receber a imigração estrangeira, mudar a imagem do país no exterior, bem como agir em prol de sua ascensão enquanto uma grande nação. Para muitos administradores públicos do período (médicos, políticos, engenheiros), a negligência da execução dessas medidas acarretaria na configuração de um quadro insalubre para a sociedade. Porque ao clima em geral eram conferidas as causas e proliferação das doenças, índices de mortalidade, e o aumento da insalubridade de um determinado lugar. Havia muito que o clima fora considerado por diversas disciplinas do período como um fator determinante na civilização de um país: sobretudo em países que se achavam situados sob a zona dos trópicos úmidos (GERBI, 1996).

Muitos esforços e planejamentos puderam ser feitos por administradores do Império do Brasil a fim de modificar os espaços naturais, e, desse modo, civilizar o clima na segunda

metade do século XIX. Não obstante, essas ações traduziam o esforço e a resistência em não sucumbir a um tipo de “fatalidade”, cujo nome poderia ser “clima quente e úmido”.

A isso o médico José Francisco Xavier Sigaud se refere em seu livro *Do Clima e das Doenças do Brasil ou Estatística Médica deste Império*, de 1844, como o “único agente que não cabe aos homens evitar, por meio dos recursos da indústria ou pelos aperfeiçoamentos de um código de higiene, e é a este agente [clima] que são devidas as enfermidades locais (...) que persistem até os nossos dias” (SIGAUD, 2009 [1844], p. 137; SIMONINI, 2010).

Sigaud, como percebemos, dirige-nos a duas questões importantes neste trecho de sua obra. A primeira é que, na sua escrita, ele nos comunica que essas ações objetivas sobre a natureza eram feitas no Império a fim de civilizar o clima. A segunda, mais clara que a primeira, e para nós mais importante, concerne a algo a que não se pode de todo evitar, “não cabe aos homens evitar, por meios dos recursos da indústria”. Nem todas as coisas podem ser dominadas e transformadas pela civilização no pensamento do médico bonapartista francês que imigrou para o Brasil em 1823. E o clima *quente e úmido*, aspectos encontrados na maioria dos climas brasileiros, diferente de determinados costumes da população que podem ser proibidos sob a vigilância do Estado, diferente de uma rua passível de ser modificada pela engenharia em favor da higiene pública, diferente de um paciente no qual se inocula um remédio e se espera que fique são; o clima quente e úmido é um tipo de “entidade” quase irredutível (FERREIRA, 2009).

A experiência ainda confirmava que para atenuar e dominá-lo por vias indiretas, era necessário agir sobre o meio ambiente, sobre a natureza, ajeitando a “direção das ruas”, aconselhando sobre o melhor “modo de construção de casas”, aterrando o “terreno úmido ou lodoso dos pântanos mal dessecados”, recolhendo e proibindo a disposição de “montes de lixo em praças públicas, nos pátios externos das casas (...), proibindo a realização de “sepultamentos no centro da cidade; e enfim o regime dos habitantes” (SIGAUD, 2009 [1844], p. 137). Mas, não obstante todas essas medidas, no “fim do corredor”, ao término de tantas ações objetivas, ele ainda estará lá, a ameaçar, a perseguir e tentar desacreditar a todos quantos quisessem que os desejos de civilização e salubridade em certas regiões brasileiras eram de certo modo inviáveis (SIGAUD, 2009 [1844]).

Durante a segunda metade do século XIX, o Brasil era visto como um lugar de clima quente e úmido. O país como um todo era visto como inóspito, muito quente, e suas terras e rios insalubres (COSTA, 2002). Houve uma preocupação por parte do Império com relação a essa questão. Pois era do interesse das elites do Império tentar romper com essas imagens. Fazia-se necessário, portanto, definir a “identidade climática do Brasil”. Tais imagens,

adjetivadas pelos discursos, passaram a ser aumentadas quando boa parte da comunidade científica nacional se referia ao “Norte” e ao “Extremo-Norte” do Império. “Quando aplicados à Amazônia, podiam ser ainda mais hiperbolizadas”, conferindo à região o aspecto de inabitável (COSTA, 2002, p. 90, 92).

Estava colocada uma questão crucial para todo o Império. Desde a independência política do Brasil, assuntos sobre influências negativas da escravidão foram pautas dos discursos de muitos políticos brasileiros. Ao passar por várias tendências, seja dos abolicionistas ou imigrantistas, com a iminência da escravidão no fim do século XIX os imigrantistas sobrepuseram outras perspectivas e, além do projeto de uma nação racialmente depurada, procuraram substituir os negros pelos brancos como mão de obra assalariada (AZEVEDO, 1987). Isto fez com que o imigrante passasse a ser extremamente almejado pelas elites brasileiras, seja a elite agrária do Norte ou aquelas mais ligadas às práticas extrativas, como os amazônicos.

Seja como for, embora as elites buscassem por este importante elemento civilizador de suas regiões, o desejo pelo imigrante europeu escondia fundos de interesse distintos, a depender, assim, dos projetos civilizadores de cada elite regional do país. No Brasil, a incorporação de elementos da civilização foi operada, como à medida dos interesses das elites. A historiografia brasileira tem evidenciado em obras, por exemplo, como *O Espetáculo das Raças*, de Lilia Schwarcz, *Cidade Febril*, de Sidney Chalhoub, e *A Borracha na Amazônia*, de Barbara Weinstein, que a civilização, ao ser incorporada pelas elites brasileiras, assumiu conotações diversificadas no país, de acordo com interesses e desígnios de cada região (WEINSTEIN, 1993; SCHWARCZ, 1993; CHALHOUB, 1996).

Nesse sentido, tanto no Sul como no Norte, a civilização esteve relacionada principalmente ao projeto de depuração racial da população através de projetos de introdução de imigrantes europeus. Esse discurso partia da pressuposição de que era preciso substituir negros, e escravos, por brancos, e livres, como mão de obra assalariada (AZEVEDO, 1987). No Extremo-Norte (Amazônia), ainda que semelhantes preocupações raciais sejam encontradas nos livros de certos intelectuais amazônicos (embora mais direcionados à relação do europeu com o indígena no projeto de depuração racial), a principal preocupação das elites, embora exista, não foi a *raça*, mas a *natureza*.

De acordo com a documentação, na literatura, engenharia, medicina, geografia, climatologia, meteorologia, economia, e história a natureza, mas, sobretudo, o clima, é o “demônio” que encalça os caminhos das elites amazônicas. É a partir dele que a conduta e a

estratificação social são pensadas. Há uma tensão, nessas disciplinas, quanto ao significado da natureza no concernente à civilização da Amazônia.

Que regiões favorecer naquele contexto brasileiro, então? A fria região sulista com clima parecido com o da Europa, e com seus projetos agrícolas e europeus ligados à terra, ou a tórrida Amazônia, com um clima intolerante, e apresentando um reconhecido problema concernente à falta de fixação do homem ao solo?

Em outros termos, se genericamente o Brasil, sob a perspectiva desses discursos detratores era visto de maneira negativa no tangente à salubridade e a introdução de elementos civilizadores, no contexto interno do país, passou-se a dizer que não era todo o país que apresentava esses traços de insalubridade, mas sim determinadas regiões, sobretudo as mais próximas da Linha do Equador, ou aquelas que se encontravam, a rigor, entre o Equador e o Trópico de Capricórnio, isto é, a zona em que os raios solares castigavam com maior intensidade.

As elaborações produzidas pela ciência do período sobre o clima existente no Brasil “afetavam interesses de segmentos preocupados com os projetos de migração para o país”. A partir de meados do século XIX, “todas as províncias do país encontravam-se elaborando seus projetos sobre o tipo melhor de migrantes que desejavam receber, nos mais recônditos lugares do Brasil”. (WEINSTEIN, 1993; COSTA, 2002, p. 92;).

Os administradores provinciais do Norte, necessitados de mão de obra imigrante, buscaram, assim, demonstrar ao mundo, entenda-se Europa, que suas regiões detinham as condições necessárias para receber a imigração estrangeira. Demonstrar que muitos discursos médicos, bem como de outras disciplinas científicas sobre o clima nortista estavam equivocados. Dizer que, de fato, a vida podia florescer naquele imenso e longínquo vale. Continua, assim, a este respeito, Hideraldo Costa, em um de seus trabalhos:

Como elemento de sedução, propagava-se o clima bom, a salubridade e a promessa de enriquecimento, pois apesar de se situarem num território tropical, tinham tudo para ‘dar certo’. A mão-de-obra potencial era vislumbrada nos imigrantes europeus, cujos países estavam enfrentando problemas com excesso de população. Portanto, com o tráfico negreiro proibido, a solução era a substituição de mão-de-obra escrava pelas variadas formas de trabalho livre desempenhadas pelos imigrantes (COSTA, 2002, p. 91).

As imagens e adjetivos que qualificavam as províncias da Amazônia como insalubres eram conhecidos pelas elites. Diante de imagens que ameaçavam a atração de imigrantes, construindo, assim, uma má fama à região, as províncias amazônicas deram início a uma

campanha publicitária tentando sensibilizar “os estrangeiros, notadamente europeus, de preferência franceses, de que a Amazônia, mesmo estando situada próxima à linha do Equador, estava longe de ser uma região excessivamente quente e doentia” (COSTA, 2002, p. 91).

Presidentes de província do Pará e do Amazonas puderam financiar campanhas no Brasil e no exterior, com o fim de convencer os trabalhadores europeus a migrarem para a região amazônica. Essas campanhas, que resultaram em estudos, álbuns e outros tipos de materiais, estavam relacionadas a uma tentativa de propagandear a região, e confrontar os discursos existentes sobre o clima da Amazônia, entre outros temas.

Várias modalidades de discurso podem ser encontradas, em vista dessa questão, no concernente a um tipo de “competição regional” entre as elites amazônicas e as elites agrárias do Sul brasileiro. Todas queriam um elemento primordial para o crescimento e civilização de suas regiões: o imigrante. Mas os fazendeiros, mais próximos do centro de decisão do Império, dificilmente deixariam com que as elites amazônicas triunfassem sobre os seus interesses, principalmente em um momento em que a política econômica imperial, bem como boa parte dos seus recursos, estavam concentradas no Sul (WEINSTEIN, 1993).

A competição por imigrantes, entre outras questões, pôde causar um “certo mal-estar em relação às províncias do Sul, que também disputavam espaço nas políticas iniciais de imigração estrangeira”. Sendo assim, as províncias do Norte, “ao rivalizarem com as do sudeste, foram alvo de escárnio, e as moléstias existentes foram divulgadas com exagero, objetivando maximizar seus efeitos negativos, fragilizando como concorrentes pela mão-de-obra estrangeira”. O clima também esteve no centro desses discursos hiperbólicos. Tratavam de inventar malefícios, aumentar o grau de calor, tendo, com frequência, as regiões brasileiras do Sul como contraponto, como sugestão da diferença (COSTA, 2002, p. 19).

Destacaremos algumas partes, já nos aproximando do que escreveremos no próximo capítulo, com relação ao problema a respeito dessas ideias construídas na Europa por filósofos franceses, as quais foram difundidas e absorvidas entre intelectuais brasileiros, sobre a suposta determinação do clima, bem como sua má influência sobre os organismos humanos (SEVCENKO, 1995; VENTURA, 2001). O sentido dessas ideias, em diversos momentos, foi assimilado com outros interesses por parte de membros de elites brasileiras (pelo menos é isto que alguns pesquisadores nos afirmam).

Com um país dividido por várias elites regionais e, todas elas, paralelamente, querendo introduzir elementos civilizadores em suas regiões, querendo transformar a natureza e o meio de convivência social, querendo, mais ainda, ou por força de um discurso

“progressista” da segunda metade do século XIX, trocar a força de trabalho escrava por trabalhadores livres e brancos, a tendência recaiu, assim, em acusações mútuas, emergindo discursos que buscavam dizer que uma região era melhor, ou mais propícia em termos físico-climáticos, do que outras para receber a civilização, e, portanto, era para lá que os imigrantes europeus deveriam ser enviados (WEINSTEIN, 1993; SANTOS, 1980; COSTA, 2002; LOVE, 2000; WEINSTEIN, 1982).

Ideias que chamaram a atenção e acenderam a cólera de considerável número de intelectuais e políticos amazônicos, que acusavam a europeus e a brasileiros de outras regiões do país de difamarem a Amazônia com o objetivo de estabelecer diferenças. Políticos, cientistas e intelectuais em geral debruçaram-se sobre um tipo de “batalha” em prol de desfazer ideias que legavam má fama a região. Como tentar fazer conhecida, nas grandes metrópoles e no resto do Brasil, uma região que ainda era, em muitos aspectos, povoada por mitos e uma incógnita para o conhecimento científico do período.

2.3) A ressonância das teses detratoras: o clima do Amazonas enquanto um problema de civilização

No contexto da região amazônica, e apesar dos discursos otimistas de determinados presidentes e outros administradores no concernente à riqueza natural do Amazonas, percebemos uma estreita relação entre clima e discursos civilizadores no Amazonas a partir da década de 1860.

A questão esteve presente na forma como os administradores da província olharam para o clima com o fim de “civilizá-lo”. As ações relacionadas à introdução de elementos civilizadores tiveram no clima um fator de balizamento. Por ironia e contradição, o mesmo clima que pôde orientar e inflamar o discurso de políticos e intelectuais em prognósticos de riqueza e futuros sublimes foi o mesmo que, certa vez, os preocupou. Os preocupou em virtude do significado negativo que o clima da Amazônia tinha no mundo científico e filosófico tanto para brasileiros de outras regiões como para personagens de outros países.

As elites amazonenses, a partir da década de 1870, no afã de colocar a região nos trilhos da civilização, no afã de “povoar” e fixar imigrantes europeus ao solo da região, depararam-se com o discurso daquelas teses detratoras a dardejear os piores adjetivos sobre o

clima amazônico; discursos nutridos, em grande parte, pela acepção das teses de Buffon e De Pauw (COSTA, 2002).²⁰

O sentido das teses buffon-depauwniana, ao se desdobrarem na construção de outras disciplinas científicas da primeira metade do século XIX (como a Geografia Médica e a Climatologia); ao terem, por conseguinte, acolhida dentro das principais instituições de ciência brasileiras, alimentaram as crenças dos cientistas, em termos comparativos, que em se tratando das regiões brasileiras, todas as províncias situadas sob ou em proximidade à Linha do Equador poderiam mesmo ser consideradas e figurar, em geral, entre os lugares mais insalubres do Brasil (COSTA, 2002; GERBI, 1996). Isto se explicava por causa da força do clima, do calor e da umidade excessiva, e do “quadro ambiental” propício à proliferação de doenças (SIGAUD, 2009 [1844]; EDLER, 2001).

Nesse sentido, a Amazônia brasileira em particular, marcada pela característica geográfica de uma “depressão”, pouco ventilada, uma região tomada por águas, úmida e quente, conseguia arrancar ainda mais temores e receios dentro dessa espécie de modelo de gradientes hierárquicos da salubridade brasileira, e poderia ser vista por não poucos intelectuais e cientistas, na segunda metade do século XIX, como o lugar mais insalubre do Brasil (COSTA, 2002).

Por volta de 1870, como vimos, o pensamento geográfico asseverava sobre o problema das zonas equinocial e tropical diante do projeto de civilização europeia. Evolucionismo social e determinismo geográfico contribuíram para a solidificação da crença de que o Brasil, por exemplo, estava em um estágio aquém dos países considerados civilizados (MORAES, 1995; MURARI, 2011). E tamanha barbárie poderia ser explicada, entre outras questões, tanto pela inferioridade racial da população, negra e mestiça em sua maioria, como pela condição de higiene do país. E a Amazônia, por seus traços geográficos, parecia estar ainda mais abaixo nessa espécie de escala climático-evolucionista (SCHWARCZ, 1993; CHALHOUB, 1996; COSTA, 2002; PINTO, 2007).

Os discursos e teses que conferiam uma acepção negativa ao clima amazônico durante toda a segunda metade do século XIX preocuparam as elites do Amazonas, fazendo-as repousar atenção sobre uma forma a partir da qual pudessem protestar, desfazer e confrontar essas ideias, negando tais discursos que tangenciavam conceituações sobre o clima e os níveis de mortalidade, bem como quanto a impossibilidade de o europeu se aclimatar no vale do Amazonas.

²⁰ Sobre as teses detratoras de Buffon e De Pauw sobre a natureza das Américas, e sobre o clima da Amazônia, cf. o capítulo 2 desta dissertação (GERBI, 1996).

O significado do excesso de calor e umidade era representado como um fator influente e decisivo na impossibilidade ou possibilidade de o europeu, enquanto imigrante buscado pelas elites brasileiras na segunda metade do século XIX, viver sob a zona equatorial e tropical. Assim, esta constatação surgia como um potencial ameaçador dos projetos de povoamento amazônico (COSTA, 2002; AZEVEDO, 1988).

A historiografia brasileira que discute a Amazônia imperial tem demonstrado que as elites amazônicas se preocuparam, na segunda metade do século XIX, com o significado que o clima da região apresentava em face do planejamento e ações relacionadas a projetos civilizadores (COSTA, 2002; WEINSTEIN, 1993; REIS, 1983).

Esta questão fez com que intelectuais e políticos locais – pessoas, em sua maioria, ligadas à própria administração provincial – agissem no sentido de defender a região perante os discursos que conferiam um caráter negativo ao clima amazônico. Dizia-se, seja em outras regiões brasileiras (Governo Central e outras províncias litorâneas), seja nas grandes metrópoles do período, que o clima da Amazônia era inabitável para os europeus, e, portanto, a convergência de imigrantes europeus para lá representaria uma atitude que deveria ser evitada pelas políticas de imigração do Império (COSTA, 2002). Chamava-se, ainda, atenção para as doenças que grassavam na Amazônia; que os níveis de mortalidade eram altos. E diferente de outros espaços do mundo, a natureza amazônica apresentava e se parecia ainda mais indomável pela ciência (WEINSTEIN, 1993; REIS, 1983).

Foram contra tais formulações que durante a segunda metade do século XIX os administradores da província do Amazonas, entre políticos e intelectuais, se voltaram em seus relatórios de Estado, bem como em outros de seus escritos. O elemento climático apareceu no discurso de políticos e intelectuais do Amazonas revestido por essa perspectiva defensora.

Um tipo de tensão aflora dessa questão sobre o clima nas documentações. Pois, embora muitos negassem e defendessem o clima amazonense dos sentidos negativos a ele outrora lançados, houve os que não agiram desse modo, aceitando mesmo, em parte, certas definições detratoras. Essa tensão relacionada a uma aceitação ou negação dos discursos detratores pôde aparecer de diferentes formas nos discursos desses personagens, exprimindo o modo distinto como cada um deles se relacionou e descreveu o clima do Amazonas nos documentos que produziram.

A tensão acerca da negociação entre negar ou aceitar o significado do clima do Amazonas se relacionava à intenção de construir uma identidade ligada ao espaço, bem como propagandar a imagem de uma elite civilizada que buscava ser vista como aquela que já encerrara em suas mãos, através da aplicação da técnica e da ciência à sua realidade local, o

domínio de uma natureza há muito descrita como “inferno” e “paraíso”, indomável e portentosa, – que não aceita o homem em seu seio –, respectivamente, por cronistas, filósofos e cientistas desde o século XVI até o século XIX (COSTA, 2002; COSTA, 2011).

No momento em que é passada a imagem de uma elite que domina o espaço onde está situada, pode-se dizer que automaticamente essas ideias referentes a uma natureza indomável, ou a um clima inóspito, que oscilava entre o “paraíso” e o “inferno” nos discursos de diversos personagens, perderia hipoteticamente sua base e razão de ser. Elas ruiriam; as qualidades dessas ideias seriam esvaziadas, perdendo, assim, sua força de rotulação e, conseqüentemente, seu caráter negativo (COSTA, 2002; COSTA, 2011; GERBI, 1996).

Dominar o clima, transformá-lo em prol dos interesses da elite amazonense, colocá-lo, de certo modo, no motivo central dos projetos civilizadores, atenuar seus aspectos vistos como negativos: –, constituía um exercício vinculado à importância dada à construção de uma identidade que tinha os aspectos do mundo natural como elementos signatários na constituição da própria identidade regional (GERBI, 1996; PINTO, 2007; COSTA, 2002). Isso pôde ser traduzido na maneira como os administradores provinciais se lançaram sobre as características do clima amazonense.

De um lado havia a tendência em absorver seus aspectos positivos – como a fertilidade que o calor e a umidade do clima poderiam gerar sobre o solo, por exemplo –, mas, de outro lado, havia a tendência também de negar o clima, quando este aparecia enquanto um fator negativo, ao evocar imagens desagradáveis e pessimistas – como o fato de muitas pessoas atribuírem um calor insuportável e excessivo ao clima do Amazonas, sugerindo uns, e ratificando outros, que dificilmente alguém poderia viver naquela região sem ter suas energias físicas e morais abatidas (COSTA, 2002; FERREIRA, 2009; SIGAUD, 2009 [1844]).

Nesse sentido, a aceitação ou negação dos “elementos signatários” do clima amazonense por parte das elites se vinculava a um interesse de construir uma identidade que tinha os atributos físico-naturais da região enquanto signos do espaço. A construção desta “identidade”, pelo que observamos nas documentações e de outras obras que tematizam o problema, atende a um exercício de “resistência” e “esvaziamento”, que tem os discursos e teses detratoras do final do século XVIII como o principal discurso a ser contrariado pelos representantes das elites (COSTA, 2002; COSTA, 2011; GERBI, 1996).

A presente questão pode ser explicada. A Etno-História, cujo modelo teórico está baseado na Antropologia Social, pode nos referenciar em como se dá o processo de construção de uma identidade. Os estudos desta chave teórica nos evidenciam como diversos grupos (de etnias indígenas, tribos urbanas, agrupamentos de pessoas vinculados por um

código de comportamento e signo em comum) atuam no sentido de se inventarem e construírem uma identidade que lhes dê forma, sentido, e que expliquem sua existência de grupo a partir do forjamento de uma “tradição” (GERBI, 1996; PRATT, 2011; CAÑIZARES-ESGUERRA, 2001; POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998).

A construção de uma identidade ocorre, assim, pela relação dialética emanada do confronto de falas, que estabelecem diferenças entre si ao se encontrarem no ato do discurso. À “identidade pelo espaço”, por nós vista no vínculo entre clima-identidade, da qual falaremos mais no decorrer deste tópico, dirigimos as perspectivas teóricas de Fredrik Barth à nossa interpretação.

Em um uso flexibilizado de sua teoria ao problema proposto, Barth mostra que na relação do processo de construção de uma identidade de grupo coexistem, pelo menos, a interação de três manifestações discursivas (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998). A primeira manifestação está no discurso do que *exo*-define. Para o antropólogo, esse discurso provem, por assim dizer, do “alto escalão”, da alta elite, é um discurso com poder de voz e de definição de outrem. Segundo Barth, a significação desse discurso está agarrada a ideologias, amalgamado às elites e ao poder do Estado, um discurso que diferencia, estabelece traços do eu e do ele, nós e eles (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998).²¹

O segundo aspecto discursivo dialoga com a resistência dos interlocutores às *exo*-definições. Este discurso rotulador, evidentemente, dificilmente entraria no seio das comunidades interlocutoras sem alguma resistência. Dificilmente alguém será amorfo àquilo que lançam sobre si; existe a resistência; a recepção ou readaptação daquilo que é lançado. É nesta junção, no lugar de uma fronteira elástica entres os discursos do definidor e do interlocutor que mora a construção da identidade, nesse espaço do meio, em uma interação dialética de forças (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998).

No tocante à terceira manifestação, o discurso definidor é recebido pelos grupos étnicos. Ele passa, assim, por uma *endo*-definição. Os sentidos discursivos difundidos pelo *exo*-definidor, que o acompanham, são “esvaziados”, até ganharem, podemos assim dizer, matizes “aceitáveis” pela comunidade que o redefine e avalia os signos lançados, construindo,

²¹Podemos trazer a esta análise, neste sentido, em exemplo, o discurso filosófico e rotulador, dotado de determinação e poder de voz, fruto da vontade das elites europeias estabelecerem diferenciações entre si e os outros povos do mundo, de Buffon e De Pauw como seus principais expoentes na segunda metade do século XVIII, e Thomas Buckle e a escola determinista geográfica por todo o século XIX. Dotado de poder de fala, autorizado pelo discurso filosófico e científico europeu, esses ilustrados e cientistas, respectivamente, ao *exodefinirem* o clima brasileiro como um todo, tenderam a ver de forma ainda mais pessimista as regiões equinociais (GERBI, 1996; SCHWARCZ, 1993; MURARI, 2011).

então, em uma interação dialética, que passa a ser vista como sua própria identidade de grupo (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998).

Do ponto de vista dessa explicação teórica, na qual figura a dialética entre o discurso exo-definidor e o endo-definidor, podemos explicar os comportamentos de “protesto”, “reclame”, e, em certos casos, até de “confronto” da parte dos administradores da província do Amazonas às teses detratoras que Buffon, De Pauw, Raynal, e Montesquieu haviam construído há quase um século antes (GERBI, 1996; PINTO, 2007).

Em seu conjunto, malgrado as variantes que cada tese apresentava no concernente ao objeto de estudo do seu respectivo autor, e considerando até o momento em que foram escritas, pois havia diferenças de perspectivas entre os filósofos da Ilustração e os cientistas da primeira metade do século XIX, elas representaram um discurso dotado de expressivo poder de voz e rotulação sobre o clima amazônico (COSTA, 2002; PINTO, 2005).

A estes discursos detratores, portanto, os administradores da província do Amazonas se puseram contra, dando-lhes outros sentidos e significados, protestando e confrontando seus valores e conteúdos, “esvaziando-os” de seus sentidos negativos com o propósito de transformar o discurso negativo para outro que estivesse mais de acordo com os interesses das elites. Podemos dizer que houve um comportamento no sentido de (re)inventar novos discursos para o clima amazônico por parte dos administradores da província.

Esses “novos” discursos, que expressariam outras imagens sobre o clima da região, estariam mais alinhados aos interesses civilizadores e identitários das elites. Sobreporiam ainda o discurso que Buffon e De Pauw haviam inaugurado décadas antes, e que perseguiam, assim, a sensibilidade das elites amazônicas em um momento crucial da construção de sua identidade regional (COSTA, 2002; COSTA, 2011; POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998; DAOU, 2000).

Pelo que sabemos, foram principalmente os políticos e intelectuais ligados direta ou indiretamente à região amazônica que tomaram para si esta tarefa. A partir de meados do século XIX, as elites amazônicas – elite comercial, seringalistas, profissionais liberais, políticos, intelectuais, etc. – passaram a depositar cada vez mais suas esperanças nesses personagens das letras e das ciências, com o fim de que pudessem atenuar as imagens negativas lançadas sobre o clima do vale do Amazonas (WEINSTEIN, 1993; COSTA, 2002; LIMA, 1993/1994). Estas personagens se aplicaram, grosso modo, à ação de confrontar, desfazer, e também protestar, quer no discurso da ciência, quer em suportes do tipo de panfletos, quer mesmo em relatórios de Estado, quanto àquelas ideias negativas sobre o clima da região.

Tanto a incorporação desta questão relativa ao “clima do Amazonas” por parte de políticos e intelectuais, quanto o vínculo da temática com as elites amazônicas, como temos mencionado, podem ser explicados e apresentam uma estreita relação entre si. Através de personagens das letras, cientistas, intelectuais em geral, e também políticos engajados na questão, as elites amazônicas esperavam construir uma identidade comum, uma identidade que possibilitasse a construção de outro discurso distante das visões negativas do clima e da natureza da região que até então existiam.

Neste sentido, um caminho usado foi o de buscar e coletar passagens de textos em que principalmente viajantes românticos, como Humboldt e Spix e Martius auferiram ao clima quando estiveram e estudaram a Amazônia entre a passagem do século XVIII para o XIX. Se houve, deste modo, aqueles viajantes que detrataram a região, houve também aqueles que a louvaram, dispensando-lhe belos adjetivos. Neles os administradores locais buscaram encontrar argumentos, a rigor, para negar as visões negativas do grupo dos detratores (COSTA, 2002; GERBI, 1996).

Não é de se estranhar, portanto, em segundo lugar, que os personagens interessados pela defesa do “problema do clima do Amazonas” tivessem laços de solidariedade diretos ou mesmo indiretos com as elites locais. Se de um lado fossem eles integrantes diretos das elites, ou seja, fossem “seus filhos”, de outro lado, parte da intelectualidade poderia ser cooptada: profissionais liberais, intelectuais oriundos de outras províncias que, ao escolherem o Amazonas como o seu novo lar, absorveram os interesses das elites e entraram na defesa da região no centro de decisão do país. Lutaram para que o Governo Central lhes desse atenção em detrimento de outras províncias mais assistidas do Império. Defenderam seu clima e sua natureza; escreveram em seus textos sintaxes favoráveis à região, e, conseqüentemente, acalentaram os interesses civilizadores das elites amazônicas (DAOU, 2000; COSTA, 2002). A documentação e outras pesquisas apontam que falar sob uma perspectiva valorativa do clima amazônico recorrentemente recaia e atingia de alguma forma a sensibilidade e os interesses das elites da região (COSTA, 2002).

Esta consideração passa a ser elucidada quando reconhecemos, de certo modo, que o clima era, ao lado do rio Amazonas, um dos principais elementos da natureza utilizados pelas elites para construírem uma identidade diferenciada do resto do país (DAOU, 2000; COSTA, 2002; COSTA, 2011). Ao terem os elementos que compunham o mundo natural amazônico como signos por excelência na formulação de uma identidade de grupo, foi através da produção de intelectuais e cientistas e personalidades políticas da região que as elites

amazônicas, por assim dizer, “inventaram” um rosto que lhes desse forma e sentido, tecendo irmandades e laços de solidariedade entre si (COSTA, 2011; DAOU, 2000).

No concernente ao que temos exposto, Kelerson Semerene Costa nos oferece uma síntese acerca dessa questão, ao considerar que a invenção da Amazônia repousa, de um lado, no discurso das elites da região, e, de outro, em um discurso dotado de poder de voz e definição, oriundo do centro de decisão do país, quando diz:

(...) é preciso considerar o papel que as elites regionais desempenharam, e desempenham ainda, nesse processo. A historiografia tem reconsiderado as relações entre poder central e poder local na história do Brasil, procurando demonstrar que a unidade política e territorial do país não resultou apenas da força e da imposição, mas também de processos de transação que revelam a dependência mútua entre as partes envolvidas. Mas o conceito de Amazônia surgiu apenas nas últimas décadas do século XIX, empregado por intelectuais e políticos paraenses para definir o conjunto dos estados banhados pelo Rio Amazonas e muitas vezes associado ao discurso separatista (...). Ao estabelecerem uma identidade que se distingue e se opõe ao resto do país, as elites apresentam-se, acima das profundas diferenças que marcam a sociedade regional, como portadoras e guardiãs dos interesses coletivos dos “filhos da Amazônia”, reforçando e legitimando seu poder. Essa estratégia atravessou o século XX e ainda é um instrumento de barganha muito útil em nossos dias. Sob tal perspectiva, podemos, então, afirmar que a Amazônia foi “inventada” pelas elites regionais (COSTA, 2011, p. 179).

O autor considera que a invenção da Amazônia está ligada a um discurso das elites regionais, cujo caráter era, e ainda pode ser em atualizações contemporâneas, o de construir uma identidade aos Estados que compõem a região, marcados por um signo em comum, que é o de serem banhados pelo rio Amazonas. A invenção da Amazônia passa, portanto, pelo discurso das elites regionais. Entretanto, o autor deixa evidente, ainda assim, que o “centro de decisão” do país, o Governo Central, tem um papel importante. Pois é de lá, da “capital do país”, da parte das elites ligadas ao poder político, que poderia afluir outra manifestação discursiva sobre a Amazônia, proveniente de um discurso dotado de poder de voz e definição, que rotula a região, forjando discursos que passam a representar e explicar, pressupostamente, o seu mundo natural e seu clima em particular (COSTA, 2011; COSTA, 2002).

Seguindo ainda o texto de Semerene Costa, a invenção de uma identidade regional ligada à natureza, tendo, a exemplo da interpretação deste autor, o rio Amazonas enquanto um signo que daria coesão aos grupos de elites e Estados banhados por suas águas, figurava no próprio fazer do conhecimento científico e literário dos intelectuais ligados de algum modo aos interesses da região (COSTA, 2011). Não obstante, outros elementos da natureza também

apareçam nesse discurso de constituição da identidade regional, embora sob certas variantes, ao estilo do que propôs Semerene Costa para o rio Amazonas (COSTA, 2011).

É em sentido similar ao rio Amazonas que o clima aparece como um elemento igualmente importante na imagem que as elites amazônicas buscavam construir para si. Uma vez lançadas em livros, panfletos, jornais, relatórios e outros suportes essas imagens que encerravam “novos” discursos serviam, em geral, como um tipo de ferramenta pela qual as elites podiam propagandar a região no exterior e no restante do Brasil.

Podemos ainda dizer que essas imagens e discursos “refeitos” por personalidades locais tinham uma “tripla função”: a) propagandar a região no exterior (leia-se principalmente as grandes metrópoles), bem como nas grandes cidades brasileiras, sobretudo no eixo Rio de Janeiro, Pernambuco, Ceará, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, a fim de atrair mão de obra estrangeira e nacional, representada em imigrantes e migrantes, objetivando, como se dizia, “povoar” a região; b) desfazer imagens negativas sobre o clima da região, que filósofos e cientistas apregoavam; c) fazer com que as imagens e discursos significados e refeitos pela elite intelectual local funcionassem como um “cartão de visita”.

Assim, todos aqueles que ainda não conhecessem ou tivessem referências da Amazônia consideradas “errôneas” poderiam, a partir desse “conhecimento” levado a cabo por uma parcela de integrantes das elites, passar a ter uma “visão correta” da realidade do seu mundo físico-natural e social.

2.4) Regionalização intelectual: a emergência de políticos e intelectuais como porta-vozes dos interesses da Amazônia

Ora, a partir da segunda metade do século XIX, esse fenômeno da construção de um novo discurso e imagem para o clima do Amazonas se relacionou a uma incorporação cada vez mais intensa dos interesses das elites pela intelectualidade local.

A segunda metade do século XIX marca a emergência do que podemos chamar, mediante a historiografia brasileira, de “regionalização intelectual”: evento que atingiu todo o Império do Brasil (SCHWARCZ, 1993). Com efeito, ao longo da primeira metade do século XIX, os interesses e questionamentos dos intelectuais brasileiros estavam voltados, em um sentido patriótico, para todo o país. A própria figura austera e centralizadora de Dom Pedro II, bem como o sentido de unidade ideológico-política que permeava o segmento intelectual do país na forma de administrar o Império, contribuíram para que se evitasse a fragmentação política e a regionalização ideológica do país (CARVALHO, 2007; SCHWARCZ, 1993).

Até então, os bacharéis brasileiros se formavam na Universidade de Coimbra, que imprimia uma homogeneização ideológica nas formas de organizar, administrar e conduzir as relações políticas no Império (CARVALHO, 2007; SCHWARCZ, 1993). Contudo, a partir da segunda metade do século XIX, a intelectualidade brasileira romperia com esse aspecto. A fundação de instituições de ciência no Império: como a Faculdade de Direito, no Recife; a Faculdade de Medicina, na Bahia; o Museu Paulista, em São Paulo; o Museu Paraense Emílio Goeldi, no Pará; e os Institutos Históricos e Geográficos expressaram o resultado de uma gradativa regionalização dos questionamentos dos intelectuais brasileiros. Ao invés de colocarem problemas relacionados a todo o país na pauta de seus questionamentos (embora eles ocorressem), os problemas imediatos de suas regiões e províncias passaram a ganhar mais espaço nas suas cabeças, em detrimento de uma visão mais totalizante do Brasil (SCHWARCZ, 1993).

Essas instituições, uma vez que expressavam o afã das elites regionais em se auto-representarem como grupos sintonizados com o que tinha de mais moderno na Europa no concernente ao desenvolvimento das ciências, significaram também locais onde a “inteligência” local se reunia para discutir assuntos de interesse regional (SCHWARCZ, 1993).

A regionalização a que se assistiu entre os intelectuais brasileiros a partir da segunda metade do século XIX fez com que estes passassem a assumir os projetos e interesses das elites de sua região. Isto pôde ser observado no Sul – onde intelectuais e políticos locais passaram a cooptar cada vez mais os interesses dos fazendeiros paulistas e do interior do Rio de Janeiro, do vale do Paraíba; no Norte – onde personalidades a exemplo de Silvio Romero se engajariam na defesa dos interesses das elites pernambucanas, mormente no que dizia respeito às políticas imigratórias; e no Extremo-Norte – em que, sob o discurso de uma identidade separatista oposta ao resto do país, muitos intelectuais amazônidas davam mostras do ressentimento ligado ao relativo esquecimento por parte do centro de decisão do país para com a Amazônia; defendendo a região diante das imagens negativas do clima, buscando comprovar que a região poderia ser habitada e civilizada (COSTA, 2002; COSTA, 2011; AZEVEDO, 1988; WEINSTEIN, 1993; NEEDELL, 1993).

Atuando como porta-vozes dos interesses das elites de que faziam parte ou estavam mais vinculados por laços de solidariedade e/ou dependência, esses intelectuais deram passos importantes na construção de identidades regionais, representando suas respectivas regiões no centro de decisão do país, pelejando em debates políticos com o fim de legitimá-las e colocá-

las na pauta dos projetos civilizadores planejados pela administração imperial (WEINSTEIN, 1993; COSTA, 2002; CARVALHO, 2007; COSTA, 2011; LOVE, 2000).

No caso do Amazonas, as elites que se formaram após 1852, isto é, depois da instalação da província, resultavam da convergência: a) de indivíduos de outras províncias brasileiras que para lá afluíram, atraídos pelo crescimento e despontamento da região no cenário econômico nacional e internacional; b) de estrangeiros que escolheram a região para desenvolverem suas atividades comerciais; c) da presença de remanescentes de integrantes das elites do tempo do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, que ainda permaneciam na região (DAOU, 2000; LIMA, 1993/1994; COSTA, 2011).

No que tange aos administradores da província – que também podem ser chamados aqui de intelectuais, uma vez que, além de passarem por importantes instituições de ensino, muitos deles levavam uma vida ativa de produção intelectual –, de 1852 a mais ou menos 1875, grande parte deles se originava de outras províncias. Entretanto, com a entrada da década de 1880, muitos daqueles que outrora foram de outras províncias para o Amazonas por volta das décadas de 1850 ou 1860 já apareceram ligados às elites locais, pois já se amalgamaram a elas, e aos seus interesses para a região.

Passa a emergir uma geração de intelectuais local estreitamente vinculada à tarefa da administração pública provincial amazonense a partir da década de 1880. Se parte dessa “intelectualidade-administradora” originava-se do seio da própria elite amazônica desde a instalação do Amazonas em 1852, já tomando para si a tarefa de levar a região nos escritos defensores de seu clima e da sua civilização, outra parte provinha de personagens originários tanto de outros países como de outras regiões brasileiras. Ao verem no Amazonas um campo fecundo para a ascensão política e profissional, e ao se incorporarem às elites locais, compreenderam também a importância que subjazia e se tinha ao falar da região com uma tonalidade moral no concernente à sua natureza (COSTA, 2002; DAOU, 2000).

Neste sentido, para alcançarem seus alvos, seja no sentido da destruição das ideias pré-existentes sobre o clima amazônico, seja no concernente à transferência de problemas e queixas ao Governo Central de que as elites sulistas andavam maldizendo o clima da região para, por exemplo, desviar imigrantes para as áreas cafeeiras do Sul, as elites amazônicas, inclusive a amazonense, estabeleceram, podemos assim dizer, uma estratégia (COSTA, 2011; DAOU, 2000; COSTA, 2002; WEINSTEIN, 1993; SANTOS, 1980).

Diferente de outras regiões brasileiras, onde a detenção da grande propriedade (latifúndio) era requisito para a distinção social pelas elites, no Amazonas, em face dinâmica de um contexto em que nem o grande latifúndio, nem a escravidão à maneira do litoral

brasileiro foram presentes, marcado por um modelo de convívio social urbano, o discurso de distinção das elites recaiu no cultivo das letras. As “estratégias” com o fim de alcançarem seus objetivos e interesses consistiam em enviar seus “filhos” para estudarem em universidades e escolas europeias ou nacionais por conta dos cofres públicos provinciais ou de outros recursos privados. Aspirantes a bacharéis em medicina, em engenharia, em direito, artistas: de músicos a pintores e escultores, tiveram o mesmo destino (DAOU, 2000).

Quando voltassem formados, seus “filhos” deveriam executar suas profissões, atuando nos quadros político-administrativos da província. Todavia, percebemos mais ainda um desejo mais ou menos velado da parte das elites locais. As elites esperavam que seus “filhos” absorvessem e produzissem a defesa dos problemas da região, cooptassem seus interesses, buscassem por recursos no centro de decisão do Império (LIMA, 1993/1994; DAOU, 2000; COSTA, 2002).

O discurso de introdução de elementos civilizadores no Amazonas coexistiu com a própria defesa moral do clima. Se a má fama relacionada ao clima levava certos políticos e intelectuais, quer na capital do Império, quer em outros países do mundo, a acreditar que a região amazônica era uma das mais insalubres das Américas; que o clima era deletério e intolerável aos europeus; que lá, em virtude disso, o índice de mortalidade seria supostamente alto, e que as doenças alcançavam uma marcha devastadora provocada pela condição de um ambiente úmido e quente, encharcado de pântanos, onde as chuvas e a enchente e a vazante dos rios conferia ao lugar problemas de salubridade, os administradores da província amazonense precisavam provar o contrário, precisavam provar que, embora as teorias médicas e geográficas relacionadas ao clima não estivessem equivocadas, dificilmente elas eram coerentes quando aplicadas à realidade climática amazônica (COSTA, 2002; DAOU, 2000; COSTA, 2011).

Os administradores da província do Amazonas identificaram o problema que as imagens negativas do clima representavam para a civilização do Amazonas. Para esse segmento de elite do Amazonas, era preciso derrubá-las, desconstruí-las em detrimento da construção de outra imagem e discurso: era necessário resistir, assim, às exo-definições sobre o clima da região. Assim que as pessoas fossem esclarecidas da verdadeira realidade do clima da região, cessariam os temores, os mitos, as fantasias e lendas. E os imigrantes e migrantes nacionais convergiriam espontaneamente em direção da região, povoando-a, enriquecendo-a e fixando-se ao seu solo (COSTA 2002; WEINSTEIN, 1993).

CAPÍTULO III

O clima do Amazonas nos discursos dos administradores provinciais (1850-1890)

3.1) João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha: alemães para o rio Madeira, soldados de sua Majestade para a fronteira, e naturais de Minas Gerais e Rio Grande do Sul para a região do Rio Branco

Quando a província do Amazonas foi instalada em 1852, uma das primeiras observações que constam no relatório do seu primeiro presidente, João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha, era a de que se tratava de uma região pouco populosa, que precisava ser colonizada.²² Com este discurso, reproduzido por administradores e intelectuais da região ao longo de toda a segunda metade do século XIX, Tenreiro Aranha se referia à colonização do Amazonas como um fator crucial para o desenrolar da civilização na província (COSTA, 2002; CATIVO; 2009).

João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha nasceu em Belém a 23 de junho de 1798. Fazia parte de uma elite política paraense remanescente do Estado Grão-Pará e Rio Negro. Teria sido, nas palavras de um de seus biógrafos, “um paladino das boas causas” amazônicas, “batendo-se com denodo” por causas relacionadas ao avanço da civilização da Amazônia, como o próprio desenvolvimento da “navegação a vapor”, e o “progresso” do Amazonas após sua elevação a categoria de província (JOBIM, 1934, p. 16-17).

Tenreiro Aranha encontrou um Amazonas de certo modo paradoxal ao assumir a presidência em 1852. Pois, se de um lado tamanha era a carência de trabalhadores de diversas áreas para fazer deslanchar ali uma sociedade civilizada, não dispondo, como experimentaram também outras províncias do “sertão” brasileiro, de “Medicos e Cirurgiões, e Officiaes de Engenheiros, (...) porque aqui os não há vindos dessa Côrte”, de outro lado, dizia Tenreiro Aranha, a natureza da província anunciava prognósticos de riqueza bastante otimistas. Um

²²Relatório que, em Seguida ao do Exm.º Snr. Prezidente da Provincia do Pará, em Virtude da Circular de 11 de Março de 1848, Fez, sobre o Estado da Provincia do Amazonas, Depois a Installação Della, e de Haver Tomado Posse o seu 1.º Prezidente o Exm.º Snr. João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha. Amazonas: Typ de M da S Ramos, 1852, p. 29.

solo fértil e uma infinidade de produtos que eram beneficentemente oferecidos pela natureza, e que poderiam ser exportados, aparecem no seu discurso.²³

Entretanto, ao aparecerem como fonte de riqueza da província no discurso de Tenreiro Aranha, a extração dos produtos naturais e o trato da terra precisavam do braço trabalhador para serem otimizados em função da civilização da região, firmando-se enquanto as principais fontes de renda para o enriquecimento dos cofres públicos. Portanto, Tenreiro Aranha entendia que era preciso assentar imigrantes ou migrantes através de colônias agrícolas no Amazonas.²⁴ Mesmo que a agricultura fosse uma prática presente nos costumes do homem amazônico, em geral não era praticada aos moldes do litoral brasileiro, e restringia-se a casuais e pequenas lavouras. Esperava-se dos imigrantes europeus e migrantes nacionais, neste sentido, a esperança de fazer aflorar esse ramo econômico-produtivo na província (COSTA, 2002; CATIVO, 2009; SANTOS, 1980).

Em seu relatório de 1852, Tenreiro Aranha não se tarda na exposição de um tema. Segundo sua observação, a formação de colônias agrícolas representava ação fundamental no início dos trabalhos a serem executados em uma província nova como a do Amazonas. Tendo como base um projeto de civilização para a região, Tenreiro Aranha entendia que era preciso trazer imigrantes e migrantes com o fim de colonizar a região. Assim, em 1852, o presidente acerta com o Governo Imperial brasileiro sobre as possíveis instalações coloniais na província. Vejamos um trecho do seu discurso:

Se o Governo de Sua Magestade O Imperador quizer que se estabeleção convenientemente **as trez Colonias** (...). Para a **Colonia do rio Madeira devem vir Alemães** ou outros estrangeiros engajados de boa nota e dados á agricultura e á outros serviços ruraes, porque no lugar designado, **á 9º de lat. Austral, acharão elles temperatura de clima agradável em terras altas**, com sombrias matas, e aguas doces copiosas, quer dos rios, quer das chuvas, que concorrem para que as mesmas terras sejam, como são, tao productivas [grifos nossos].²⁵

²³Relatório que, em Seguida ao do Exm.º Snr. Presidente da Provincia do Pará, em Virtude da Circular de 11 de Março de 1848, Fez, sobre o Estado da Provincia do Amazonas, Depois a Installação Della, e de Haver Tomado Posse o seu 1.º Presidente o Exm.º Snr. João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha. Amazonas: Typ de M da S Ramos, 1852, p. 49, 51.

²⁴Relatório que, em Seguida ao do Exm.º Snr. Presidente da Provincia do Pará, em Virtude da Circular de 11 de Março de 1848, Fez, sobre o Estado da Provincia do Amazonas, Depois a Installação Della, e de Haver Tomado Posse o seu 1.º Presidente o Exm.º Snr. João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha. Amazonas: Typ de M da S Ramos, 1852, p. 49.

²⁵Relatório que, em Seguida ao do Exm.º Snr. Presidente da Provincia do Pará, em Virtude da Circular de 11 de Março de 1848, Fez, sobre o Estado da Provincia do Amazonas, Depois a Installação Della, e de Haver Tomado Posse o seu 1.º Presidente o Exm.º Snr. João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha. Amazonas: Typ de M da S Ramos, 1852, p. 29-30.

Conforme a historiografia que estuda a imigração no Brasil, alemães e suíços estiveram entre os primeiros contingentes presentes na política imigratória do Império a partir da década de 1830, justifica Tenreiro Aranha ao propor para o Imperador o estabelecimento de alemães no Amazonas (AZEVEDO, 1988). Contudo, a escolha de “Alemães ou outros estrangeiros” demonstra dois pontos importantes na fala do presidente: a) o imigrante precisava ser “útil” ao que a província priorizava naquele momento, no sentido que fossem engajados “de boa nota e dados á agricultura e á outros serviços ruraes”; isso ajudaria a aflorar o desenvolvimento da agricultura em uma região cuja base de produção econômica era o extrativismo; b) a relação entre a origem do imigrante e o espaço geográfico para onde seria dirigido ao aportar na província do Amazonas.

Conforme nossa interpretação, o segundo ponto elencado no parágrafo anterior pode ser considerado um requisito crucial para as investidas colonizadoras da administração pública provincial. O Amazonas, uma província muito extensa geograficamente em comparação a outras províncias do Império, tinha solos, vegetações e climas bastante diferenciados: o solo em algumas partes poderia ser mais fértil e propício à introdução de agricultura em larga escala do que em outras; e o clima, igualmente, também apresentava sensíveis variações de temperatura, a depender, assim, de uma ou outra região da província. A proposta de assentamento de alemães no rio Madeira estava vinculada à verificação de que lá eles achariam terras altas: condição indispensável para que pudessem se instalar e desenvolver a agricultura, pois o solo não seria invadido pela enchente do rio todos os anos. Nem experimentariam uma temperatura incômoda. Na região do rio Madeira, situada “á 9º de lat. Austral” por Tenreiro Aranha, os alemães encontrariam “temperatura de clima agradável”, um ambiente ornamentado por águas doces e copiosas dos rios e das chuvas que concorrem tanto para a fertilidade da terra quanto para a benignidade do clima.²⁶

Na íntegra, o discurso de Tenreiro Aranha ao Imperador diz que são “três” as colônias que se projetava instalar no Amazonas, sendo a primeira a do rio Madeira. Outras duas que também se projetava eram a do Rio Branco, bem como uma que deveria ficar entre os rios Iça e Japurá:

Para a Colonia d’entre os **rios Içá e Japurá** devem ir **os Soldados de melhores costumes**, que se achão aclimatados nesta Capital, e nos destacamentos de Tabatinga, e do Içá perto d’aquelle lugar, onde elles

²⁶Sobre esta forma de ver o clima, cf. um conceito próprio de clima empregado à época, ao qual muitos cientistas se referiam como o conjunto de fatores geográficos inter-relacionados, presente na obra do próprio médico francês Sigaud (1844), citado no primeiro capítulo desta dissertação (FERREIRA, 2009).

tambem hão de achar as **terras ferteis, baixas, e montanhosas para toda a sorte de cultura** [grifos nossos].

Nem será suficiente que se tenha o numero de soldados, que hei pedido, para que se estabeleçam todas as Colonias: **he necessario que eles tenham certas disposições e habilidades proprias** para as applicações, segundo a natureza e as produções do solo, e que sejam escolhidos para ellas **os mais susceptíveis de se acostumarem ao clima e um ou outro lugar**, devendo-se ter [isso] na maior atenção [grifos nossos].²⁷

O discurso do presidente Tenreiro Aranha sobre a colônia que deveria ficar situada entre os rios Içá e Japurá, de um lado, e o da colônia do Rio Branco, de outro, apresenta características muito similares aos dois pontos que enumeramos na interpretação do discurso sobre a colônia do rio Madeira. É que esses dois fatores persistem como requisitos para a introdução das colônias: fertilidade do solo e bondade do clima. Ademais, é identificável ainda o perfil das pessoas que deveriam ser enviadas para essas colônias. Este aspecto dialoga tanto com a utilidade econômica e política que determinada região tinha para a província, quanto com os traços espaciais da região a que os colonos deveriam ser suscetíveis a se adaptarem.

Como podemos acompanhar, para as colônias dos rios Içá e Japurá deveriam ir soldados de “bons costumes”. Os rios Içá e Japurá situavam-se a noroeste da província, ambos próximos e estavam posicionados de forma paralela entre si, unindo a Amazônia brasileira com a Amazônia colombiana através de suas águas. Os “soldados” de sua Majestade que deveriam ir para a colônia já se achavam “aclimatados nesta Capital [Manaus]”, e nos “destacamentos de Tabatinga”. Com exceção de Manaus, Tabatinga era uma região extremo-ocidental situada ao sudoeste da província, fronteira com o Peru. Como já se achassem vivendo nesses locais, os soldados não sentiriam tanto as influências do clima amazônico, pois já poderiam estar acostumados.

Aos soldados oriundos de outras regiões do Império que fossem enviados para o Amazonas, contudo, era necessário que tivessem certas “características”. Além do mencionado “bom costume”, esperava-se que tivessem principalmente “habilidades” e “disposições”: a) para lidar com a natureza amazônica, verticalizando-se nisto ao trato do solo – o que nos leva à indução de que Tenreiro Aranha objetivava projetar uma colonização agrícola; b) os soldados deveriam ser suscetíveis de se acostumarem ao clima em um ou outro

²⁷ Relatório que, em Seguida ao do Exm.º Snr. Presidente da Provincia do Pará, em Virtude da Circular de 11 de Março de 1848, Fez, sobre o Estado da Provincia do Amazonas, Depois a Installação Della, e de Haver Tomado Posse o seu 1.º Presidente o Exm.º Snr. João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha. Amazonas: Typ de M da S Ramos, 1852, p. 29-30, 35.

lugar, e nisto “devendo-se ter na maior atenção”.²⁸ No discurso do presidente, os soldados encontrariam terras férteis e baixas nos rios Içá e Japurá: isto denota que seriam alagadiças anualmente –, mas também lugares montanhosos e prestáveis para toda a sorte de cultura.

Continuando seu discurso a Dom Pedro II, Tenreiro Aranha ainda citava o clima do Rio Branco, embora de maneira um pouco diferente de sua fala sobre as colônias dos rios Içá e Japurá.²⁹ É que, agora, ao invés do tripé clima-colonização-agricultura, o presidente do Amazonas fala em clima-colonização-pecuária:

E para a Colonia do **Rio Branco** devem vir de preferencia os naturaes do **Rio Grande do Sul e de Minas Geraes**, com as qualidades precisas para melhorarem as raças, até dos gados, de sorte que os indigenas com elles adestrados tirem os proveitos dessas **vastas campinas e altas serranias em o clima saudavel, em que lá podem viver e formar povoações** [grifos nossos].³⁰

Rio Branco era uma região fisicamente particular do Amazonas. Enquanto que na paisagem geral da província predominavam densas florestas entrecortadas por diversos rios e *furos*, a Rio Branco apresentava características dos chamados “campos gerais”. Chamava-se de campos gerais a uma fisionomia marcada por “vastas campinas e altas serranias”. Rio Branco era uma região “seca”. Não seria alagada anualmente por rios e tinha pasto natural. Era propícia à criação de gado e à agricultura. E se parecia espacialmente com as regiões altiplanas do Sul do Império.

No que tange ao clima, Tenreiro Aranha se limita a dizer que é saudável. Por esta razão, os que procurassem essa região poderiam viver e formar povoações. Em certo sentido, no entanto, a menção do clima do Rio Branco delineia perspectivas similares ao clima do rio Madeira. Por que saudável o clima, os colonos não sentiriam grandes embaraços em sua empresa colonizadora.

Deveriam ser enviados naturais de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul para o Rio Branco, de modo que transferissem seus conhecimentos no trato da pecuária para os

²⁸ **Relatório que, em Seguida ao do Exm.º Snr. Presidente da Provincia do Pará, em Virtude da Circular de 11 de Março de 1848, Fez, sobre o Estado da Provincia do Amazonas, Depois a Installação Della, e de Haver Tomado Posse o seu 1.º Presidente o Exm.º Snr. João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha.** Amazonas: Typ de M da S Ramos, 1852, p. 29-30, 35.

²⁹ O Rio Branco era uma região correspondente ao atual Estado de Roraima, à época território integrante da província do Amazonas. Ela é muito citada nos relatórios de província e outras documentações em razão de suas características físico-naturais propícias à execução da pecuária e da agricultura.

³⁰ **Relatório que, em Seguida ao do Exm.º Snr. Presidente da Provincia do Pará, em Virtude da Circular de 11 de Março de 1848, Fez, sobre o Estado da Provincia do Amazonas, Depois a Installação Della, e de Haver Tomado Posse o seu 1.º Presidente o Exm.º Snr. João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha.** Amazonas: Typ de M da S Ramos, 1852, p. 29-30.

indígenas. Isto está claro na intenção de Tenreiro Aranha desenvolver a civilização através da pecuária no Rio Branco: esses colonos haveriam de ter essas “qualidades precisas para melhorarem (...) até os gados”, como também essencialmente a “côr” necessária para que, “unidos por laços conjugaes ás belas Amazonas, venhão a ser seus filhos e descendentes, como já são muitos, brancos ou ao menos mamelucos estimados”.³¹

Particularmente no Rio Branco, em um clima de tamanha salubridade e bondade, “mineiros” e “gaúchos” descobririam um espaço que os remeteria em alguns aspectos aos de sua terra natal. Eles se sentiriam confortáveis naquela região, pois seria mais ou menos como se estivessem nos altiplanos de Minas e nos pampas do Rio Grande do Sul. Os naturais dessas províncias poderiam operar ainda civilização da região sob um clima que não lhes definharia a constituição física e moral, nem mesmo os atrapalharia no desenvolvimento da agricultura e da pecuária.

Com um olhar voltado ao “progresso” e “civilização”, Tenreiro Aranha vê a colonização agrícola e a pecuária como fatores cruciais no avanço da civilização do Amazonas, relacionando-os ao clima de cada região da província. O clima precisava ser retificado e confirmado perante todos os que singravam pelo viés pessimista acerca de suas características em face da execução da “civilização” na província do Amazonas.

Tenreiro Aranha nos deixou ainda sintomas de um motivo implícito, a nosso ver, que o poderia ter levado a repetir com alguma insistência a expressão “clima” em seu discurso. Tenreiro Aranha sempre repete a expressão “clima” ao falar das colônias no seu discurso. Essa palavra, que aparece não poucas vezes nas variações como o discurso do presidente se expõe, denota que o clima tinha uma importância crucial no sentido do efetivo êxito na colonização da província. Ao falar do clima, Tenreiro Aranha busca contrapor indiretamente aqueles rótulos negativos que muitos cientistas atribuíam à região, dizendo que não poderia ser habitada por homens brancos europeus:

E nessas mesmas margens, desde o rio Madeira, de uma e outra parte á entrada do Solimão, achão os imensos e tão famosos e bem conhecidos lagos – Uautás – do Rei – Manaquiry – Manacapurú – onde em todo o anno, e principalmente no semestre da vazante, se podem apanhar milhões de tartarugas, de peixes bois (...). Na Latitude austral de 3º, esse lugar central dos lagos, tem **clima tão saudável**, como o desta Capital, (...) e nelle se sente muitas vezes o **agradavel frio do meio dia da Europa**; e os **calores**

³¹ Relatório que, em Seguida ao do Exm.º Snr. Prezidente da Provincia do Pará, em Virtude da Circular de 11 de Março de 1848, Fez, sobre o Estado da Provincia do Amazonas, Depois a Installação Della, e de Haver Tomado Posse o seu 1.º Prezidente o Exm.º Snr. João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha. Amazonas: Typ de M da S Ramos, 1852, p. 29.

de estio são modificados, por copiosas chuvas e pelos refrigérios das matas e dos rios e dos lagos que o rodeão [grifos nossos].³²

O presente trecho faz parte da continuação do discurso sobre a colonização da província. Depois de fazer suas considerações dos projetos das colônias agrícolas, de modo a apresentá-las ao principal leitor em potencial de seu discurso, o Imperador Pedro II, Tenreiro Aranha arremata sua fala, a nosso ver, de forma bastante interessante.

Nesse excerto que citamos anteriormente, o discurso de Tenreiro Aranha se encontra sob um momento vital para sua própria construção. Ele parece expressar uma vontade pessoal: a de legitimar, diante do Imperador, mas principalmente diante dos membros das elites brasileiras, mormente as integrantes das elites paulistas e cariocas que compunham os quadros políticos e administrativos do Governo Central, que a criação de uma nova província, situada no Extremo-Norte do Brasil, com todos os gastos que a empreitada poderia gerar para um Estado em formação e que não dispunha de tantos recursos para tanto, era uma ação viável; e, apesar das características da natureza serem distintas das províncias do litoral, apesar dessa província estar situada nos confins do interior do país, e o ambiente ser encarado enquanto inóspito no pensamento de muitos cientistas e intelectuais do período, a civilização e o progresso ali eram elementos passíveis de serem alcançados.³³

Isso se demonstra quando Tenreiro Aranha elenca os elementos do mundo natural para legitimar a viabilidade da colonização e, conseqüentemente, da civilização da região. É assim que, de uma ou outra parte do rio Madeira, e estendendo-se até o rio Solimões, os colonos acharão lagos ricos em peixes, onde todo o ano se podem também apanhar aos milhões de peixes-bois e tartarugas, entre outras espécies de animais. Utilizando-se de elementos do mundo natural com o fim de argumentar que atividades relacionadas à produção e comércio eram viáveis no Amazonas, Tenreiro Aranha evoca o discurso do “paraíso”, da natureza rica e fértil que dispensa o zelo de tamanhos cuidados para fornecer o fruto de sua terra. Ainda mais ou menos na linha da evocação do “modelo paradisíaco” enquanto artifício de justificativa do

³²**Relatório que, em Seguida ao do Exm.º Snr. Presidente da Provincia do Pará, em Virtude da Circular de 11 de Março de 1848, Fez, sobre o Estado da Provincia do Amazonas, Depois a Installação Della, e de Haver Tomado Posse o seu 1.º Presidente o Exm.º Snr. João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha.** Amazonas: Typ de M da S Ramos, 1852, p. 29, 30, 35.

³³De acordo com Hideraldo Costa (2002), a criação da província do Amazonas gerou ressentimentos e posicionamentos contrários por parte de muitos membros das elites brasileiras, sobretudo os que faziam parte das elites paulistas. Eles acreditavam que se tratava de mais um gasto que seria financiado indiretamente pelos esforços das províncias mais desenvolvidas, e que dificilmente se alcançaria retorno à altura do investimento necessário, uma vez que se tratava de um lugar inóspito e até incivilizável do ponto de vista de muitos cientistas, intelectuais e parlamentares do período. Cf. também Weinstein (1993); Santos (1980).

discurso, Tenreiro Aranha não se detém, e lança-se a uma comparação a nosso ver bastante curiosa:

Na Latitude austral de 3°, esse lugar central dos lagos, tem **clima tão saudável**, como o desta Capital, (...) e nelle se sente muitas vezes o **agradavel frio do meio dia da Europa**; e **os calores de estio são modificados**, por copiosas chuvas e pelos refrigérios das matas e dos rios e dos lagos que o rodeão [grifos nossos].³⁴

Para Tenreiro Aranha, o clima é agradável, tem bons ares. Com esse discurso, o presidente tende a se afastar das imagens que os discursos detratores haviam estampado na região. Se for agradável, portanto, o será também benigno ao migrante e imigrante europeu. Tenreiro Aranha contraria ainda a forma como o clima do Amazonas era visto pelas academias imperiais de medicina, influenciadas pela chave teórica do neo-hipocratismo.

Ele faz isso sem mesmo alegar qualquer argumentação científica para justificar sua afirmativa. Todavia parece buscar como argumento, pelo que pudemos apreender, a experiência pessoal de quem conhece e viveu na Amazônia por muitos anos. Mas não bastará ao clima ser agradável. Ele será ainda um “clima tão saudável” no discurso de Tenreiro Aranha. Estadista conhecido no meio de grupos políticos do Governo Central, e um defensor das causas amazônicas, Tenreiro Aranha frisa, delineia, elogia o clima de sua região mais ou menos que por obrigação de filho das elites do Extremo-Norte. E pelo dever de quem peleja pela construção de uma boa fama para a região da qual se origina, age pela construção de um discurso favorável ao clima.

Daí esse tangenciar de certo modo insistente, como se algo precisasse ser decomposto e omitido e contraposto e defendido. Mesmo sendo uma prática comum e que pode ser encontrada em outros contextos do país naquele período – pois, de um modo geral, os climas de outras regiões brasileiras também eram louvados e elogiados por seus respectivos administradores públicos nos documentos de estado –, o elogio ao clima amazonense, a declaração de sua benignidade corresponde a uma negação.

Louva-se, assim, para recusar a crença de que seria uma verdadeira saga tanto estabelecer a civilização quanto convencer o país de que, entre outras coisas, o imigrante

³⁴Relatório que, em Seguida ao do Exm.º Snr. Presidente da Provincia do Pará, em Virtude da Circular de 11 de Março de 1848, Fez, sobre o Estado da Provincia do Amazonas, Depois a Installação Della, e de Haver Tomado Posse o seu 1.º Presidente o Exm.º Snr. João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha. Amazonas: Typ de M da S Ramos, 1852, p. 29, 30, 35.

branco, e europeu, poderia ser assentado em colônias e morreria velho Amazonas, sem ser precocemente definhado pelo ambiente ou consumido por alguma doença misteriosa.

Em contingência disso, o clima aparece sob o arremate de que os colonos achariam “temperatura de clima agradável”, um “clima saudável, em que lá podem viver e formar povoações”, e viveriam sob um ambiente que os remeteria ao “agradável frio do meio dia da Europa”; e “os calores de estio”, mesmo quando houvesse (e ninguém haveria de negar), seriam, em compensação, “modificados por copiosas chuvas e pelos refrigérios das matas e dos rios e dos lagos que o rodeão”.

Calor e frio entram nessa espécie de jogo de discurso, embora o calor não exclua o frio e assim por diante. E o presidente, embora reconheça a força que o calor tinha por aqueles confins do Império, pois ele reconhece a existência dos “calores de estio”, novamente se utiliza dos elementos da natureza para legitimar a província, mas agora no sentido do clima. Pois, ainda que o calor fosse um potencial ameaçador de projetos civilizadores, a própria natureza se encarregaria de mitigar sua influência sobre os homens. Mesmo que os calores de estio fossem rigorosos, eles seriam modificados pelas copiosas chuvas que eram abundantes em uma determinada parte do ano; seriam modificados pelo refrigério das matas, dos ventos e dos demais elementos naturais que, em conjunto, atuariam no sentido de atenuar a vida dos rigores de uma temperatura abrasadora.

Nos documentos oficiais da província do Amazonas, o presidente João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha foi um dos primeiros a fazer analogias entre o clima amazonense e o clima europeu. Como vimos, essa atitude estava relacionada à intenção de legitimar a região para as elites dirigentes do Império, sediadas no Governo Central, no sentido de expressar que o clima amazônico não representava grandes empecilhos para a execução da colonização da província.

Além de buscar provar que o clima do Amazonas não correspondia ao que diziam sobre ele, o presidente toma, em certo sentido, a frente de um debate que irá cativar décadas depois o pensamento e a atenção de outros administradores da província do Amazonas. O que se falava do clima da região, portanto, em muito se afastava da “verdade”, e seria preciso fazer valer uma “correta visão” do clima daquele imenso vale, para que essas ideias errôneas não ameaçassem ou atrapalhassem a colonização e a civilização daquela parte ocidental da Amazônia brasileira.

3.2) Antonio José Moreira: do clima como “causa” ao clima como “instrumento” das febres

Um “Doutor em Medicina que faz parte do Corpo de Saude do Exercito”: foi com esta frase que o presidente Herculano Ferreira Penna se referiu a um médico recém-chegado na província do Amazonas, o dr. Antonio José Moreira, em uma documentação de 1853.

Similarmente a Tenreiro Aranha, Antonio Moreira também encontrou uma província em uma situação bastante precária quando ali chegou por volta de 1852 ou 1853. A diferença entre ambos, contudo, estava no que Tenreiro Aranha já poderia ter um conhecimento prévio, *de visu*, tanto dos aspectos climáticos quanto de outros problemas por que passava a região, ao assumir a presidência da província do Amazonas. Como dissemos anteriormente, Tenreiro Aranha era político da região, nascido em 1798, a meados do século XIX já contava com mais de cinquenta anos de idade, “filho” da elite amazônica, e conhecedor de diversas questões que envolviam a Amazônia do período (JOBIM, 1934).

Por seu turno, Antonio José Moreira estava “no grupo” daqueles que saíram de suas províncias de origem em direção ao Amazonas. Ao longo de toda a segunda metade do século XIX, mas principalmente nas três últimas décadas, atraídos pelo crescimento social, político e econômico da região gerado pelo “acontecimento da borracha”, comerciantes, advogados, médicos, professores – profissionais liberais –, tanto do Brasil como de outros países, procuraram e encontraram no Amazonas um lugar fecundo para exercerem suas profissões (DAOU, 2000, p. 871-872; REIS, 1983, p. 83-84).

Mas José Moreira, embora participe destes aspectos que descrevemos, foi antes, e por dever de seu ofício, um “enviado” para o Amazonas enquanto soldado de sua Majestade o Imperador, com o fim de suprir a falta de médicos que havia na província. Filho de portugueses que emigraram para a Bahia, Antonio José Moreira formou-se em medicina na cidade onde nasceu, Salvador, na Faculdade de Medicina da Bahia. Mais tarde, ingressou na Armada, indo servir no Amazonas (BITTENCOURT, 1973, p. 89). “Foi uma das figuras exponenciais da província do Amazonas”. No decurso de sua vida na região, participou da política local, sendo eleito “Deputado Geral na legislatura de 1857-1860 (...)”, na legislatura de “1864-1866”, e, por fim, na “16.^a legislatura singular de 1878, (...)”, como Deputado Geral pelo Amazonas” (BITTENCOURT, 1973, p. 89-90). Essas informações indicam que José Moreira se misturou à elite local durante seu processo de incorporação à dinâmica política e social da província do Amazonas (BITTENCOURT, 1973).

Tem sido aventado pelo historiador Hideraldo Costa, em uma de suas pesquisas em andamento sobre a história da saúde pública no Amazonas, que, depois de observar e escrever sobre o clima do Amazonas, Moreira tenha colocado suas análises sob a avaliação dos professores da Academia Imperial de Medicina com o fim de encontrar neles um parecer e diálogo científico. Essa informação pode revelar que Moreira possa ter outros escritos de maior embasamento e importância científica sobre o clima amazonense. Entretanto, ainda não dispomos desses outros trabalhos de Moreira, e ficaremos com a interpretação da documentação de seus discursos relacionados à administração da província do Amazonas. De acordo com a documentação, José Moreira foi enviado ao Amazonas juntamente com o professor de homeopatia Marius Porte. Ambos teriam sido os primeiros médicos a surgirem por aquelas localidades depois que a província havia sido instalada. Não tardaria para que fossem incorporados ao serviço de saúde local. Ambos os médicos, além de seu atendimento ao corpo militar e à população carente, deveriam ainda ajudar no reconhecimento das características climáticas da região (COSTA, 2009).

A pedido do presidente Herculano Ferreira Penna, Porte e Moreira fizeram um levantamento do quadro nosológico e da condição de salubridade local. Destacaram os aspectos das doenças reinantes, bem como as principais causas que as provocavam, debilitando, assim, a saúde das populações de “Manáos” e dos povoados adjacentes. Em 1854, no relatório “Informações sobre o Estado Sanitário da Província do Amazonas”, Moreira assinalava que as doenças preponderantes no Amazonas eram provocadas pela inter-relação complexa dos elementos constituintes da natureza local. Vegetais em decomposição dentro dos rios, lagos e igarapés; inumações feitas nos adros das igrejas e dentro da circunscrição de convivência urbana; restos orgânicos em decomposição a céu aberto; e poças de água feitas pela chuva eram fontes favoráveis ao surgimento e proliferação de doenças.

Entretanto, o principal coadjuvante, aquele que acelerava o mal, ao “ativar” todos esses elementos com seu calor e umidade, pondo as coisas para pulular, empurrando todos à beira do abismo da morbidade e da morte, era o clima: a causa e surgimento e proliferação de doenças: **“a volubidade atmospherica (...) seus phenomenos meteorologicos, grande quantidade d’agua no ardevida ao calor intenso, (...) que cont’em mais ou menos materias em putrefação”** [grifos nossos].³⁵

³⁵Falla Dirigida a Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas, no Dia 1.º de Agosto de 1854, em que se Abrio a sua 3.ª Sessão Ordinaria, pelo Presidente da Provincia Conselheiro Herculano Ferreira Penna. Barra do Rio Negro: Typ de M. S. Ramos, 1854. Em: relatório “Informações sobre o Estado Sanitário da Provincia do Amazonas”, p. VII-VIII. O relatório dos médicos está anexado à fala do presidente Ferreira Penna.

De acordo com a nossa interpretação, e através do que podemos encontrar nas documentações destacadas neste trabalho, este pode ser considerado o primeiro debruçar de José Moreira sobre o clima do Amazonas a partir da perspectiva de um discurso coberto por uma semântica que remete a determinados padrões científicos de análise. O discurso de José Moreira, nesse sentido, leva-nos a fazer outras considerações. Uma delas é a verificação de que o médico, como podemos observar na citação anterior, seja adepto, pelo menos naquele momento, de uma influente chave teórica da medicina do período: a teoria miasmática.

Essa forma de Moreira pensar o clima do Amazonas, baseada na teoria dos miasmas, repousava seu discurso no meio ambiente para explicar os principais agentes e motores da gestação e difusão das doenças, e perdurou no discurso da Medicina por todo o século XIX (EDLER, 2011). Esteve presente no ensino e na abordagem de disciplinas como a Geografia Médica e a Geografia Sanitária, ministradas nas academias de ciência do Império, como a Faculdade de Medicina da Bahia, da qual Moreira havia recebido o título de bacharel (SCHWARCZ, 1993; COSTA, 2002).

Herdeira do pensamento do médico grego Hipócrates (460 a. C. – 371 a. C.), essa chave teórica da medicina neo-hipocrática, para a qual o clima, em suas variáveis de “temperatura, pressão, umidade, topografia de cada região, influências astronômicas e meteorológicas, tipo de vegetação e de solo de cada região, presença de rios, lagos montanhas”, ou seja, expressões físico-naturais do ambiente que atuavam em determinadas épocas do ano, geravam as “constituições epidêmicas (...) um quadro que predispõe a certos tipos de doenças, de acordo com as correspondências entre os humores presentes no corpo humano e suas correspondências com o mundo exterior” (KURY, 2002, p. 2-3; SCHWEICKARDT, 2009, p. 56).

A explicação dessa perspectiva, no entanto, utilizada por José Moreira nesse primeiro momento para explicar a relação entre clima e incidência de febres intermitentes, dificilmente favoreceria uma região como a do Amazonas no tangente às propagandas que as elites buscavam difundir em países estrangeiros com o fim de atrair imigrantes (COSTA, 2002). Pois, sob o viés da perspectiva neo-hipocrática da medicina, que via o miasma como um arquiteto de doenças por excelência, um clima considerado quente e úmido, unido ainda a uma vegetação luxuriante, e a um espaço ao tipo do amazônico, consistia na melhor abertura para o desenvolvimento da malária, da varíola, e febres de variados tipos, entre outras doenças.

Por tais motivos, um ambiente como o da Amazônia apresentava não poucos aspectos para que se pudesse concluir que a civilização, ali, embora pudesse acontecer, só a muito

custo, esforço político e orientação técnico-científica, poderia ser de fato executada no sentido de sua higienização.

Retorna-se novamente de certa maneira ao sentido da tese de De Pauw, e, também por seu turno, à perspectiva da escola determinista ratzeliana, cujo teor de seus escritos, dentro de suas especificidades próprias, conferiram ao clima um fator decisivo quer na definição da salubridade ou insalubridade de um lugar; quer no alcance da civilização ou na incivilização dos povos; quer no avanço ou no atraso científico e tecnológico de uma sociedade (GERBI, 1996).

Entretanto, podemos dizer que o presente discurso de José Moreira, baseado nesse influente modelo explicativo da medicina da época, portanto, fosse talvez a análise mais pertinente que o médico pudesse oferecer naquele momento, pelo menos a curto prazo, com o fim de explicar ao presidente Ferreira Penna, e para todos quantos lessem seu relatório, acerca do fenômeno relativo entre clima e febres no Amazonas.

Assim, seja à medida da perspectiva médico-teórica a qual Moreira proferiu naquele momento (1854), seja em virtude da condição de alguém que passou a conhecer havia pouco, *de visu*, as características da geografia e do clima do Amazonas, observamos dois pontos que podem elucidar resumidamente o trecho do discurso que citamos anteriormente: a) o de seu conhecimento médico-climático embasado na teoria miasmática, conteúdo presente, como vimos, nos quadros de ensino da Faculdade de Medicina da Bahia, na qual Moreira havia se formado; b) a de sua condição de recém-chegado à região da província do Amazonas, e, portanto, o fato de iniciar um processo dialético quanto à sua maneira de compreender o clima e a salubridade local.

Estar no Amazonas fez com que Moreira pudesse revisar a teoria dos miasmas. Não no sentido de negar seus fundamentos, entretanto; mas sim na direção de verificar empiricamente até que ponto ela se adequava à realidade amazônica. José Moreira passou por uma transformação de opinião acerca da relação entre clima e febres no Amazonas. Ao que observamos na documentação, podemos dizer que a experiência de Moreira no Amazonas foi bastante interessante.

Ele chega na região, é uma personalidade esperada pelo então presidente de província, e, depois de alguns meses no exercício de sua profissão, sentenciar um discurso que, embora ancorado sob bases médico-científicas do período, soa “negativo” ao Amazonas, no sentido da civilização do clima. É por isso que adiante, no seu discurso, Moreira recomenda certas medidas ao presidente, “como cousa de urgente necessidade” para o controle e civilização do clima, “a limpeza dos igarapés, que penetram o coração da Capital, pois, como todos sabem, é

uma poderosa causa de molestias o contacto com a agua de vegetaes arrancados da terra”.³⁶ A expressão “interessante” anteriormente grafada e conferida por nós ao discurso explica-se em virtude do carácter metamórfico que Moreira apresenta em suas análises sobre o clima. Se neste primeiro momento Moreira foi “negativo” em suas análises, em um segundo momento, entretanto, ele nos deixou rasgos de um discurso “positivo”, de certa maneira, com relação ao clima.

Em 1857, isto é, mais ou menos três anos depois do relatório de 1854, Moreira volta às análises climáticas. Mas agora com o fim de prestar informações acerca da salubridade local para outro presidente de província, o presidente Angelo Thomaz do Amaral. Em face do seu relatório de 1854, chama-nos à atenção a mudança de entonação no discurso de José Moreira.

Moreira começa seu discurso, assinado ao Governo Provincial do Amazonas no dia 13 de setembro de 1857, falando da “sobrevivência” de Manaus a um surto de febre amarela que ocorrera no “anno proximo passado”; doença que, após se cansar “de ceifar vidas n’esta capital, abandonou-a á sua lugubre desolação (...)”. A população, “habituada a essa visita ou a outra semelhante de anginas, febres biliosas &c. (...), no começo de todas as enchentes e vazantes, tem bebido em longa pratica os meios de (...) debellar-as (...)”.³⁷

É importante destacar que Moreira, portanto, não abandona a ideia de que a região fosse insalubre, pelo menos em determinadas partes da província, às quais dardejia o epíteto de “proverbiaes castelos de insalubridade, onde as febres paludosas assentaram seu mortifero imperio”. Ambientes em que ninguém pode “impunemente penetrar”; ambientes que “devastam sua infeliz população”, ameaçando a ruína completa de “seus decadentes povoados de prompto aniquilamento”; vilas pálidas e febricitantes e agonizantes, vítimas do veneno que as corroem, “e que julgo difficil destruir”.³⁸

³⁶**Falla Dirigida a Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas, no Dia 1.º de Agosto de 1854, em que se Abrio a sua 3.ª Sessão Ordinaria, pelo Presidente da Provincia Conselheiro Herculano Ferreira Penna.** Barra do Rio Negro: Typ de M. S. Ramos, 1854. Em: relatório “Informações sobre o Estado Sanitário da Provincia do Amazonas”, p. II. O relatório dos médicos está anexado à fala do presidente Ferreira Penna.

³⁷**Falla Dirigida á Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas em o 1º de Outubro de 1857 pelo Presidente da Provincia Angelo Thomaz do Amaral.** Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, 1858. Cf. o anexo nº 1, “relatório do estado sanitário da provincia, que por ordem de v.ª ex.ª preparei”, p. 1.

³⁸**Falla Dirigida á Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas em o 1º de Outubro de 1857 pelo Presidente da Provincia Angelo Thomaz do Amaral.** Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, 1858. Cf. o anexo nº 1, “relatório do estado sanitário da provincia, que por ordem de v.ª ex.ª preparei”, p. 1-2. Moreira não confere o presente quadro de insalubridade a toda a província do Amazonas. Ele reconhece que o Amazonas tem ambientes diversificados no tangente a níveis de salubridade e insalubridade: em outros termos, uma região não é plenamente salubre ou insalubre, mas apresenta, sim, partes em que a complexidade natural atesta menores ou maiores possibilidades de habitação humana desprovida de embaraços ligados a miasmas e doenças; “Alguns outros rios ha na provincia, onde ás vezes se dam casos de febre intermittente; mas, attendendo a que elles por ora mui pouca importancia teem, a que ahi essas febres não fazem estragos, deixo de mencional-os” (p. 2). Para uma interpretação mais aprofundada sobre a referida questão, e da época de Moreira, cf. o “Do Clima e das Doenças do Brasil ou Estatística Médica deste Império”, de Sigaud (1844).

Mas, de acordo com José Moreira, apesar de toda esta característica presente no quadro de salubridade da província do Amazonas, malgrado os castelos de insalubridade, e apesar dos mortíferos impérios, dificilmente se podia reputar novamente ao clima a “causa” de sua configuração. Se, em 1854, o clima era a principal “causa” das febres intermitentes, como vimos, ele passa a ser somente um “instrumento” em 1857. “Do que venho de expôr derivam naturalmente dous importantes problemas: Quaes as causas d’esse estado calamitoso? Quaes as medidas a oppôr-se-lhe com proveito [para civilizar o clima]?”, e continua Moreira, assim:

D’aqui não se depreenda que contesto ao calor o papel que representa no desenvolvimento da febre intermitente, e nem podia assim pensar sem negar um principio inconcusso – **o calor é dos principaes instrumentos na elaboração dos eflúvios pestilenciaes.** – O calor é um instrumento, repito; mas o calor **está longe de ser a causa das febres paludosas**, que nem respeitam as zonas frigidadas do globo [grifos nossos].³⁹

O que logo nos chama a atenção no presente excerto é a tensão que Moreira demonstra acerca do calor da região. Sua fala, como outros trechos do seu relatório de 1857 também o poderão confirmar, transparece essa característica, cuja semântica do seu discurso busca de algum modo “isentar” o clima dos juízos que a teoria miasmática atribuiria.

É-nos evidente a linha tênue com que esta tensão pode ser apreendida no discurso de José Moreira. Adepto da teoria miasmática, Moreira tenta, porém, andar por uma espécie de “fronteira” dentro do próprio discurso neo-hipocrático, dialogando ainda com novas descobertas científicas, de modo a circular pelas “arestas” dessa “fronteira”, buscando se imiscuir nas possíveis frinchas contraditórias da teoria, a fim de desqualificar seus juízos sobre o calor, e, portanto, valorizar o clima do Amazonas. José Moreira quer comprovar que o clima do Amazonas não devia ser alvo de juízos negativos. Para tanto, ele usa inicialmente a teoria miasmática enquanto fundamento de sua justificativa.

Esta ação nos soa contraditória, pois a teoria miasmática atribuía de certo modo um sentido negativo no concernente à relação entre o tripé clima-doença-civilização na Amazônia. Moreira, porém, manipula a teoria de modo a atender seus interesses de justificativa e “isenção” do clima, mesmo que o aparato teórico sobre o qual se lança seja contrário, em essência, à justificativa de sua intenção.

³⁹Falla Dirigida á Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas em o 1º de Outubro de 1857 pelo Presidente da Província Angelo Thomaz do Amaral. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, 1858. Cf. o anexo nº 1, “relatório do estado sanitário da província, que por ordem de v.^a ex.^a preparei”, p. 2.

No entanto, o médico baiano procura tergiversar a seus interlocutores que não o compreendam como alguém que esteja contestando o papel que o calor representa no desenvolvimento das febres. Mas também, paralelamente, quer que igualmente seus interlocutores não pensem que ele acredita que o calor é a causa das febres. O que representava, então, o calor para Moreira? Embora não conteste o papel que o calor possa representar perante o “desenvolvimento da febre intermitente”, seu discurso de observador direto do clima do Amazonas verifica que dificilmente também o calor será causa das febres; mas, não obstante, o calor seria um “dos principaes instrumentos na elaboração dos eflúvios pestilenciaes”.

Ora, podemos dizer que da “causa” ao “instrumento” exista uma significativa diferença de semântica atribuída ao clima amazonense. Em Moreira, essa mudança de perspectiva, além de “manipular” a teoria miasmática ao bel prazer da intenção de sua justificativa social da doença, resultava também da elucidação e novas descobertas da medicina no tocante aos estudos das maneiras como as doenças se propagavam em uma sociedade, e Moreira parecia atualizado com as novas teorias que redirecionavam o pensamento médico do período.

Seguindo esta informação, Moreira ter-se-ia utilizado de um contexto de descoberta científica com o fim de vinculá-lo ao contexto de uma justificativa social. Pode ter, assim, orientado seu discurso à “positivação” do clima da região, utilizando-se de uma nova teoria da etiologia das doenças para “isentar” o clima das qualificações “negativas” da teoria miasmática, mesmo sem de todo abandoná-la.

Eis, pois, a centelha de um tipo de “eufemismo colaborador”, lançado ao clima por Moreira com vistas a “esvaziar” discursos detratores que certamente o médico sabia da existência, bem como naturalizar a ideia de que se, de fato, como ele mesmo pudera verificar, havia febres de manifestações espantosas no Amazonas, nem mesmo os lugares frios escapariam ilesos de tamanho mal; “que nem respeitam as zonas frigidadas do globo”. Pois bem: não se trataria mais do clima do Amazonas, então, a “causa” daqueles quadros de desolação, a causa dos mortíferos impérios de insalubridade, mas da moléstia em si, que, inoculada nos “micróbios” (microbiologia), usaria o clima como “instrumento” e meio de difusão.

Para José Moreira, as condições climáticas saem da causa, isto é, do vórtice primário de culpa da insalubridade local, e alcançam um lugar secundário. O clima sai do papel de algoz, de vitimizador e provocador da insalubridade para o de vítima dos micróbios contaminados, que o utilizam como meio para espalhar as doenças que carregam sobre grande parte dos povoados, vilas e cidades da região amazônica.

Seguindo este raciocínio o médico baiano, paladino do potencial de civilização e da salubridade do Amazonas continuará seu discurso, atacando seus pares de profissão, ao dizer que também não “sam miasmas” que provocam a insalubridade local. Afirmar tal assertiva, sem adiantar a ideia, seria “simples écho de milhares de illustrações medicas, que, para vergonha de todos, nunca passaram d’ahi; nem mesmo como recompensa de suas fadigas tiveram a gloria da descoberta da quina”.⁴⁰ Com um discurso defensor da potencialidade da civilização do clima do Amazonas, Moreira chega a ser em alguns aspectos ferino nas suas expressões, como percebemos no parágrafo anterior.

Daí ele dizer que a aplicação da teoria miasmática sobre o fenômeno clima-doença no Amazonas, embora com alguns acertos, “para a vergonha de todos” tendia mais ao equívoco. Pois ainda que explicasse determinadas realidades climáticas com sua perspectiva teórica, a realidade amazônica só poderia ser apreendida através da empiria. Era necessário estar lá para ver com os próprios olhos, sem as vendas construídas sob os padrões de “inferno” ou “paraíso”, e “apellar para as regras geraes da sciencia, e accommodal-as o mais possivel ás circumstancias especiaes d’essas localidades”.⁴¹ Para Moreira, “a benéfica descoberta de [Edward] Jenner” (1749-1823) poderia fazer ruir de uma vez por todas a ideia de que o clima era a causa da incidência e proliferação das doenças.

“Recommendavel pelos valiosos serviços prestados á humanidade”, através de suas observações, Jenner deu um importante avanço na elucidação da etiologia da varíola. Ele faz parte de um grupo de cientistas médicos que mais ou menos a partir de meados do século XIX rompeu com a ideia de que o clima produzia doença. Embora o clima tivesse uma parcela de contribuição no desenvolvimento das doenças, havia um fator crucial que independia se este fosse frio ou quente: os micróbios; e estes deveriam ser combatidos com outros microorganismos mais resistentes.

Trata-se da ascensão da microbiologia e dos microorganismos como os reais causadores e difusores da doença, e Moreira passa, pelo que observamos, a absorver tal perspectiva, embora com certas reservas (CHALHOUN, 1996).⁴² A descoberta da vacina, pelo médico britânico, encaixou-se sobremaneira às intenções de Moreira para com a “isenção” do

⁴⁰**Falla Dirigida á Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas em o 1º de Outubro de 1857 pelo Presidente da Provincia Angelo Thomaz do Amaral.** Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, 1858. Cf. o anexo nº 1, “relatório do estado sanitário da provincia, que por ordem de v.^a ex.^a preparei”, p. 2.

⁴¹**Falla Dirigida á Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas em o 1º de Outubro de 1857 pelo Presidente da Provincia Angelo Thomaz do Amaral.** Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, 1858. Cf. o anexo nº 1, “relatório do estado sanitário da provincia, que por ordem de v.^a ex.^a preparei”, p. 2.

⁴²**Falla Dirigida á Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas em o 1º de Outubro de 1857 pelo Presidente da Provincia Angelo Thomaz do Amaral.** Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, 1858. Cf. o anexo nº 1, “relatório do estado sanitário da provincia, que por ordem de v.^a ex.^a preparei”, p. 3.

clima do Amazonas. Pois, uma vez que Moreira passasse a explicar a incidência das doenças da região através do princípio da microbiologia, recairia sobre os micróbios, e, portanto, sobre as doenças em si, a culpa pelo estado insalubre da região, e não mais no clima.

Sairia, então, do calor a pecha de culpado principal, “A febre intermitente, molestia de **todos os tempos e regiões** varia nos diferentes pontos da provincia (...) **haja chuva continuada ou calor de crestar, encha ou vaze o rio, seja inverno ou verão**, trabalha a intermitente em alguns dos lugares mencionados” [grifos nossos].⁴³

Com essa citação, que já evidencia uma transformação de significado quanto à sua opinião acerca do clima do Amazonas, Moreira nos diz, explícita e implicitamente, que: a) sendo de “todos os tempos e regiões”, a febre intermitente não é uma doença só da região amazônica, existindo em outras sociedades do passado e do seu tempo, “conhecida desde a mais remota antiguidade”; b) se ela incide no calor ou na chuva, o que significa dizer que nem a vazante nem a cheia do rio eram elementos que influenciassem nos menores ou maiores índices de acometimentos da população; c) e, quer no frio, quer no calor, a febre intermitente vai agir sob a ostentação de “luctuosas consecuencias”, e, portanto, encha ou vaze o rio, seja inverno ou verão, as febres jamais serão atribuição apenas da estação ou dos lugares quentes, ceifando vidas mesmo em países temperados da Europa.⁴⁴

O médico Antonio José Moreira, ao menos nos dados que a documentação atesta, aparece como o primeiro personagem a fazer análises inclinadas a uma perspectiva científica sobre o clima do Amazonas. Nos seus dois relatórios dos quais dispomos – o primeiro de 1854, e o segundo de 1857 –, Moreira transparece um posicionamento tenso com relação aos seus juízos sobre o clima. É que, se em um primeiro momento, baseado na teoria miasmática, ele atribui um sentido negativo, em um segundo momento, baseado na teoria miasmática, mas também nos avanços resultantes dos estudos em microbiologia, ele procura “isentar” o clima da pecha de “total culpado”, por assim dizer, pela causa e proliferação das febres intermitentes no Amazonas.

A rigor, podemos dizer que seu discurso, similarmente ao de outros administradores da província, busca de algum modo abrandar as qualidades que a medicina neo-hipocrática atribuía ao clima do Amazonas. Ao fazer isto é como se Moreira negasse que as doenças, a

⁴³**Falla Dirigida á Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas em o 1º de Outubro de 1857 pelo Presidente da Provincia Angelo Thomaz do Amaral.** Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, 1858. Cf. o anexo nº 1, “relatório do estado sanitário da provincia, que por ordem de v.^a ex.^a preparei”, p. 2.

⁴⁴**Falla Dirigida á Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas em o 1º de Outubro de 1857 pelo Presidente da Provincia Angelo Thomaz do Amaral.** Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, 1858. Cf. o anexo nº 1, “relatório do estado sanitário da provincia, que por ordem de v.^a ex.^a preparei”, p. 2.

exemplo das febres, encontrassem no Amazonas condições climáticas propícias para se desenvolver.

3.3) Clima e economia: Angelo Thomaz do Amaral, o clima quente como enfraquecedor da produção econômica

O administrador que “ordenara” ao médico Antonio Moreira em 1857 a confecção do dito “Relatório do Estado Sanitário da Província, que por Ordem de V.^a Ex.^a Preparei”, foi o mesmo que, talvez sensibilizado pelo tema então discorrido por Moreira, não se intimidou em tecer discursos sobre a influência do clima na habitabilidade e nos níveis da produção econômica no Amazonas.⁴⁵

É de Angelo Thomaz do Amaral a parte do discurso relativo à nocividade do calor sobre os níveis de produção econômica da província. Angelo Thomaz do Amaral nasceu no Rio de Janeiro em 1822, e faleceu na mesma província aos 78 anos de idade. Era uma personalidade de importância no quadro da administração do Império do Brasil, exercendo diversos cargos públicos durante sua vida: cargos no Rio de Janeiro, entre outras províncias como Piauí, Pará, Alagoas, sendo eleito deputado pelo Amazonas.

Atuou, entre outras atividades, como “escrivão da comissão de marinha (...); amanuense e arquivista da administração da fazenda; (...) oficial-maior (...); inspetor geral das escolas; director da secretaria de estado dos negocios da marinha”, e presidente de outras províncias do Império (SACRAMENTO BLAKE, 1970, vol. 1, p. 90).⁴⁶

Em 1857, Angelo Thomaz do Amaral aparece como presidente da província do Amazonas, e, em sua “Falla Dirigida”, publicada em 1858, conduzia seu discurso aos membros da “Assembléa Legislativa Provincial”. Thomaz do Amaral referia-se a um “problema” que fora considerado um empecilho ao desenvolvimento econômico da província por muitos administradores públicos: a exclusividade do extrativismo como método de produção econômica.

Ainda que a produção baseada no extrativismo fosse responsável pelo enriquecimento da província, uma vez que os produtos extraídos eram exportados, aumentando, assim, o valor recolhido aos cofres públicos pela “Fazenda Provincial”, Thomaz do Amaral, paradoxalmente, critica com certa acidez tanto esse método de produção econômica como

⁴⁵ Interpretaremos, por ora, o discurso sobre clima e produção econômica. Quanto àquele sobre clima e habitabilidade, o faremos em outro tópico desta dissertação.

⁴⁶ A primeira edição do **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**, escrito por Augusto Victorino Alves Sacramento Blake é de 1883. A edição que estamos utilizando é um fac-simile de 1970, do Conselho Federal de Cultura.

também os personagens principais que o desempenhavam.⁴⁷ Seu discurso incide, assim, sobre os “habitantes d’esta região”, sobre seus costumes de produção econômica arraigados ao extrativismo. Se para “o homem na obra de produção é preciso (...) atender á sua força e á sua vontade” através de três elementos interdependentes, “compreender, poder, e querer; - e como póde cooperar favoravelmente, quer pelo conhecimento, quer pelo poder, quer pela vontade, póde igualmente tornar-se um obstaculo não compreendendo, ou não podendo ou não querendo”.⁴⁸

Com efeito, os “habitantes d’esta região” tão vasta, mas ainda tão virgem “relativamente á agricultura e industria”, até certo ponto “não compreende[m], não póde[m], e não quer[em]” se sujeitar à perspectiva emitida por Thomaz do Amaral, que vê na agricultura e na indústria o melhor método de produção econômica. Não compreendem porque julgam que os produtos espontâneos da natureza são as maiores riquezas que esta pode oferecer, e entregam-se exclusivamente à sua coleta, isolando-se no centro das matas, expondo-se a constantes perigos, intempéries e privações, sem mencionar o incalculável dano à sua saúde. Não compreendem e também não querem, “porque nenhum esforço proprio faz para sahir d’este estado de torpor”, que condena a região a “retrogradar”.⁴⁹

Sob a concepção evolucionista da produção econômica, Thomaz do Amaral considera o extrativismo um modelo atrasado em detrimento da agricultura. Custa-lhe, neste sentido, apreender a dinâmica da realidade local, fitando-a mais ou menos com os olhos de quem vê nas províncias do “litoral” brasileiro as condições espaciais mais propícias para a execução da civilização através da introdução da agricultura em larga escala.

Em Angelo Thomaz do Amaral, os costumes dos “habitantes desta região” relacionados à economia regional, seja a exclusividade do extrativismo ou o certo desânimo para o trabalho, estavam intimamente sob a órbita do calor. Pois este era visto como o principal agente inviabilizador da produção econômica, e todos os malefícios gerados pelo atraso da produção atendiam, assim, aos rigores da ação de uma “temperatura elevada”.⁵⁰

⁴⁷Falla Dirigida á Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas em o 1º de Outubro de 1857 pelo Presidente da Provincia Angelo Thomaz do Amaral. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmer, 1858, p. 37.

⁴⁸Falla Dirigida á Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas em o 1º de Outubro de 1857 pelo Presidente da Provincia Angelo Thomaz do Amaral. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmer, 1858, p. 37.

⁴⁹Falla Dirigida á Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas em o 1º de Outubro de 1857 pelo Presidente da Provincia Angelo Thomaz do Amaral. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmer, 1858, p. 37.

⁵⁰Falla Dirigida á Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas em o 1º de Outubro de 1857 pelo Presidente da Provincia Angelo Thomaz do Amaral. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmer, 1858, p. 37.

Além de não “quererem” e não “compreenderem”, os amazônidas também não “podem” sair dessa condição! A eles pode até ser conferido tal poder, mas não possuem as qualidades físicas para se libertarem da cela e da ameaça que representa o clima quente, nem as qualidades morais para se erguerem da anestesia e do constante suborno a que estão submetidos pelas benesses de uma natureza cheia de dádivas.

O discurso de Thomaz do Amaral sugere que todos estejam “presos” às entidades chamadas clima, e, de uma forma mais abrangente, à natureza amazônica: ambos os algozes por excelência do progresso econômico da região, cada um ao seu modo. Pois bem, os amazônidas, “habitantes desta região”, “não pódem [ser agentes econômicos produtivos em potencial], porque além de outras causas *physicas* e *moraes*, que diminuem a sua energia”, todos estão, portanto, “expostos á acção de um clima ardente”. Falta-lhes [ainda] um dos agentes da produção, o capital, e seu complemento, o credito. É certo, pois, que uma temperatura elevada não provoca, como a “temperatura média, o emprego habil e rigoroso das faculdades productivas, antes enfraquece-as e difficulta a producção economica (...)”, mas se sua ação não é fatal para o homem, pode-se dizer que gera resultados bastante limitados na economia.⁵¹

Em uma “Falla” de 1857, Angelo Thomaz do Amaral viu o clima do Amazonas como um fator de impedimento para que a região alcançasse níveis de produção econômica elevada. Conforme seu discurso, isso ocorreria porque a população da província se encontrava influenciada pela ação de um clima quente, que intimidava o organismo para grandes obras. Deste modo, Thomaz do Amaral se expressa de forma determinista, pois, no seu discurso, os homens estariam presos a um tipo de entidade opressora, por assim dizer, chamada “clima amazônico”.

3.4) Angelo Thomaz do Amaral: clima, mortalidade e habitabilidade no Amazonas

Ainda que “uma elevada temperatura” concorra “para limitar a producção economica”, Thomaz do Amaral, entretanto, pondera: “parece-me que faltam os dados para estabelecer-se como regra geral que em todos os paizes situados na zona torrida, e á medida que se

⁵¹Falla Dirigida á Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas em o 1º de Outubro de 1857 pelo Presidente da Provincia Angelo Thomaz do Amaral. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmer, 1858, p. 37.

aproximam da equinocial, diminuem as probabilidades da existencia”.⁵² Esse trecho citado, que está na sua “Falla Dirigida á Assembléa Legislativa Provincial” de 1857, referia-se à existência daquelas conceituações inventadas por filósofos, cientistas e intelectuais europeus, mais ou menos de 1750 a 1850, relativas ao potencial da habitabilidade das regiões de clima quente do planeta (GERBI, 1996).

Thomaz do Amaral, contudo, não mostra ter alguém em especial em sua mira defensora, seja algum cientista de antanho ou mesmo de sua época que porventura tivesse escrito de forma “negativa” sobre o vale do Amazonas. No entanto, observamos que o presidente critica de maneira geral o discurso dos reprodutores daquela velha perspectiva de De Pauw, Buffon e de outros pensadores congêneres, cujo teor de suas teses já se encontrava enroupado sob outras variações concernentes a estudos climáticos no início da década de 1860. E já alcançara também novos cientistas e intelectuais adeptos que as atualizaram de acordo com as inquietações e justificativas sociais do contexto do século XIX, reverberando, assim, conceituações e preconceitos tanto sobre os climas das Américas como de regiões específicas, como a Amazônia, e mesmo do norte da África (GERBI, 1996).

É esse discurso, enovelador das zonas tórridas e equinociais com o epíteto de abreviadora da vida pelo martírio do clima, portanto, que Thomaz do Amaral alega ser importante “examinar”. Examinar “uma opinião” em vigor, diz o presidente, sobre a “colonisação do valle do Amazonas que importa examinar até que ponto é exacta”.⁵³ A partir de então, a fim de fazer esse “exame”, Angelo Thomaz do Amaral se debruça na construção de uma série de argumentos com o fim de comprovar a habitabilidade da Amazônia por europeus, apartando a ideia de que o nível de mortalidade fosse elevado em virtude do clima. Seu método é a comparação.

Para convencer quanto à viabilidade da colonização do Amazonas por europeus, Thomaz do Amaral aponta o exemplo de diversas regiões de clima quente, e as compara entre si. Lugares que nem por isso os europeus estabelecidos lá morriam definhados, lugares que, mesmo sendo quentes, não apresentavam altíssimos índices de mortalidade que determinados teóricos de gabinete cifravam. Se nesses lugares, tendo climas por vezes até mais quentes que o amazônico, a introdução de colonos europeus obtivera sucesso, por que motivo muitos

⁵²Falla Dirigida á Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas em o 1º de Outubro de 1857 pelo Presidente da Provincia Angelo Thomaz do Amaral. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmer, 1858, p. 43.

⁵³Falla Dirigida á Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas em o 1º de Outubro de 1857 pelo Presidente da Provincia Angelo Thomaz do Amaral. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmer, 1858, p. 42.

haveriam de negar a potencialidade da colonização e da civilização da província do Amazonas?

Baseando-se em autores cujos escritos desconhecemos, Thomaz do Amaral cita estudos feitos sobre Havana, “situada aos 23° 11’ de latitude, á qual attribuirá outr’ora 1 obito sobre 33 habitantes”; ilha de Bourbon, “aos 21° de latitude sul, a mortalidade dos brancos regulava 1 sobre 44,8”; e nos “Estados Romanos e nas antigas provincias venezianas a mortalidade é tambem de 1 sobre 28”; em diversas regiões dos Estados Unidos, “Massachussets, na Virginia, na Carolina do Norte e na Carolina do Sul, e assim por diante”, existem verões “mais ou menos longos, ardentes e suffocantes; em alguns d’estes estados (...) ha lugares insalubres sujeitos a febres biliosas, amarellas e intermittentes, que accommettem de preferencia os colonos recém-chegados”, e nem por isso a colonização foi inviável ou impossível, embora a “estas causas [climáticas]” se atribua a “compleição fraca dos habitantes da Virginia”.⁵⁴

Malgrado essa defesa da habitabilidade amazônica, argumentada pela evocação de regiões climaticamente mais ou menos parecidas com a Amazônia, Thomaz do Amaral ainda busca provar o contrário. Ele quer provar, em verdade, que a propalada longevidade dos habitantes de países frios, como a Islândia e a Rússia, tratava-se de um mal entendido, ou até um sério equívoco. Na Islândia, “em vista de documentos officiaes enviados annualmente a Copenhague”, o óbito é de 1 sobre 30 (cifra de óbito similar aos dos países quentes), e que, na Rússia, morre metade das crianças de dez annos, “o que se conclue das memorias da academia imperial de S. Petersburgo”, diz Thomaz do Amaral.⁵⁵

Ora, lançado o sentido de sua argumentação, Thomaz do Amaral passa a depositar esse método comparativo de seu discurso na observação de outra realidade, em um espaço que conhecia empiricamente em virtude das não poucas viagens que havia feito a serviço do Império. Tratava-se do próprio Brasil. É aí que, de fato, ao presidente importa chegar: no Brasil. Ao fazer isto, ele projeta um país dividido, diferenciado entre Norte e Sul através de uma barreira climática, que tem o “decimo-sexto gráo” como “o limite de expansão dos europêos”.⁵⁶ Portanto, a temperatura de 16 graus aparece como uma barreira climática no

⁵⁴Falla Dirigida á Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas em o 1° de Outubro de 1857 pelo Presidente da Provincia Angelo Thomaz do Amaral. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmer, 1858, p. 43.

⁵⁵Falla Dirigida á Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas em o 1° de Outubro de 1857 pelo Presidente da Provincia Angelo Thomaz do Amaral. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmer, 1858, p. 43.

⁵⁶Falla Dirigida á Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas em o 1° de Outubro de 1857 pelo Presidente da Provincia Angelo Thomaz do Amaral. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmer, 1858, p. 42.

discurso de Thomaz do Amaral. Essa “barreira” que “ahi ergue-se”, diz o presidente (“ahi ergue-se uma barreira”), divide climaticamente Brasil em pelo menos duas partes distintas que o colono europeu “não deve transpor caminhando para o norte”.⁵⁷

Angelo Thomaz do Amaral diz que essa barreira seria o limite de expansão dos europeus no Brasil. Porque, se o imigrante que ia para o Brasil já se dirigia inicialmente para as frias regiões sulistas, dificilmente ousaria ultrapassá-la para o calor nortista. Nesse sentido, a posição geográfica do Amazonas surge enquanto um tipo de paradoxo. Apesar da “proximidade em que se acha da Europa esta região do imperio, á abundancia de seus productos naturaes, á fertilidade de seu solo, á grande vantagem das vias de comunicação por agua, oppõe-se a sua elevada temperatura” que o colono não ousará confrontar.⁵⁸

A proximidade do Amazonas com a Europa e os EUA não era garantia que os imigrantes procurassem a província para se estabelecerem. A despeito da vantagem dessa proximidade, “é provavel que (...) os colonos que emigrarem para o Brazil demandem primeiro o sul, onde já ha muitos nucleos, o clima é mais doce, e a fertilidade paga generosamente o trabalho”, e onde também já se encontravam seus parentes e amigos do país de origem, resultantes de ondas imigratórias anteriores.⁵⁹

Mas não se diga que a colonização do Amazonas “não possa ter lugar”. Sim, a colonização do Amazonas acontecerá, “a questão é de tempo e sacrificios”. A colonização far-se-á em “muitos pontos” da província, e o europeu não morrerá por causa do clima. Para tanto, é necessário preparar o lugar para ele. “O que me parece indispensavel, é que as derribadas [das matas] sejam feitas a principio pelos indios, e só mais tarde pelos colonos aclimatados”. Expor os colonos recém-chegados a esses trabalhos árduos, a tamanha fadiga, é “expol-os (...) ao desanimo e talvez á morte”.⁶⁰ É, pois, do maior mister, “chamar emfim uma torrente de emigração européa que venha civilisar nossas florestas”.⁶¹

⁵⁷Falla Dirigida á Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas em o 1º de Outubro de 1857 pelo Presidente da Provincia Angelo Thomaz do Amaral. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmer, 1858, p. 42.

⁵⁸Falla Dirigida á Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas em o 1º de Outubro de 1857 pelo Presidente da Provincia Angelo Thomaz do Amaral. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmer, 1858, p. 42.

⁵⁹Falla Dirigida á Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas em o 1º de Outubro de 1857 pelo Presidente da Provincia Angelo Thomaz do Amaral. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmer, 1858, p. 44.

⁶⁰Falla Dirigida á Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas em o 1º de Outubro de 1857 pelo Presidente da Provincia Angelo Thomaz do Amaral. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmer, 1858, p. 44.

⁶¹Falla Dirigida á Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas em o 1º de Outubro de 1857 pelo Presidente da Provincia Angelo Thomaz do Amaral. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmer, 1858, p.39.

3.5) Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda: inexatas suposições que correm sobre o clima e os níveis de mortalidade no Amazonas

Na busca de dados biográficos sobre Adolfo Lacerda, muito pouco encontramos. Assim, faltaram-nos dados suficientes sobre esse administrador nos compêndios de biografias que conhecemos. Seu nome, entretanto, aparece de quando em quando enquanto informações esparsas e espalhadas, às vezes relacionado à biografia de outra pessoa. A partir da reunião dessas informações, portanto, é que pudemos traçar algumas linhas gerais sobre sua vida.

Deste modo, sabe-se que Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda advinha da província de Pernambuco, onde nascera em 1834; e faleceu no Rio de Janeiro em 1904. O Amazonas teria sido a primeira província que presidira, em 1864, quando contava com trinta anos de idade. Depois dessa experiência na região, foi nomeado para presidir províncias do Sul do Império. Permaneceu na administração de Santa Catarina durante 1866, 1867 e 1868. Depois foi nomeado para sua província de origem, Pernambuco, presidindo-a entre 1878 e 1879.⁶²

Com uma entonação similar à de Angelo Thomaz do Amaral, Adolfo Lacerda também se colocou na defesa do clima do Amazonas, ainda que as características defensoras da argumentação de seu discurso não apresentem uma expressividade à altura da feita no discurso de Thomaz do Amaral e de outros paladinos.

Adolfo Lacerda também tocou em um tema caro: os níveis de “mortalidade” da região. Entretanto, negou que fosse alto, utilizando-o mesmo como um elemento argumentativo para contrapor o que chamou de errôneas suposições correntes a respeito do clima do Amazonas,

⁶²Reunimos estas informações biográficas de Adolfo Lacerda com base em alguns dados espalhados que se encontram nas seguintes obras e documentos, cf.: *Dicionário Amazonense de Biografias: vultos do passado* (BITTENCOURT, 1973); *A Intelectualidade no Extremo Norte: contribuições para a história da literatura no Amazonas* (JOBIM, 1934); *Dicionário Bibliográfico Brasileiro* (SACRAMENTO BLAKE, 1970 [1883]); além de o **Relatorio Apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Santa Catharina na Sessão Ordinaria do 1.º de Março**; e **Falla Dirigida a mesma Assembléa na Sessão Extraordinaria de 11 de Junho pelo Presidente Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, no anno de 1866**. Desterro: Typ. do Jornal Mercantil, 1866; o **Relatorio Apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Santa Catharina na sua Sessão Ordinaria pelo Presidente Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, no Anno de 1867**. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1867; os **Relatorios Apresentados á Assembléa Legislativa Provincial de Santa Catharina, na sua Sessão Ordinaria, e ao 1.º Vice-Presidente, Commendador Francisco José de Oliveira, por Occasião de Passar-lhe a Administração o Presidente Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda no Anno de 1868**. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1868; e, por fim, os documentos da província de Pernambuco: **Falla com que o Exm. Sr. Dr. Adolpho de Barros Cavalcante de Lacerda, Presidente da Provincia, Abrio a Sessão da Assembléa Legislativa em 19 de Dezembro de 1878**. Recife: Typ. de Manoel Figuerôa de Faria & Filhos, 1879; **Falla com que o Exm. Sr. Dr. Adolpho de Barros Cavalcante Lacerda, Presidente da Provincia, Abrio a Sessão da Assembléa Legislativa em 1 de Março de 1879**. Recife: Typ. de Manoel Figueroa de Faria & Filhos, 1879.

que supunham que o índice de mortes fosse muito elevado. Na mesma direção da incursão de Thomaz do Amaral, o tom do discurso de Adolfo Lacerda indica a existência de opiniões de proveniência externa acerca da insalubridade do clima do Amazonas.

Mesmo também se afastando da atitude dar nomes aos que “supunham” determinadas opiniões consideradas difamatórias com relação à salubridade da região em suas teses e escritos, o discurso de Adolfo Lacerda, todavia, não deixa de citá-los sob o quadro de uma tendência geral, uma sinopse, por assim dizer, que é “De todo o ponto inexacta”, uma “suposição que geralmente corre a respeito da insalubridade do clima do Amazonas”.⁶³

Adolfo Lacerda quer contrariar um discurso que dificilmente ultrapassaria o significado de uma mera “suposição”. O uso desta palavra para demarcar o sentido dos discursos negativos sobre o clima do Amazonas deixa-nos entrever que, para o presidente, tratava-se de opiniões que não deveriam ser levadas a sério. Pois elas careciam, portanto, de sólida fundamentação. Eram construídas através de perspectivas preconceituosas, de conteúdos que não buscavam na empiria, isto é, na observação direta do espaço relatado, os elementos para o seu embasamento.

Portanto, o clima do Amazonas não deveria ser visto como um tipo de assassino de almas, um sorvedor de vidas. E a própria “estatística mortuaria, dado mesmo todo o desconto á grande imperfeição com que é feito semelhante trabalho”, vem corroborar para “protestar contra essa idéa erronea”.⁶⁴ Assim começa a breve defesa da salubridade do clima do Amazonas. Para tanto, Lacerda busca construir seus argumentos. Da evocação das estatísticas mortuárias como dado para comprovar que o índice de mortalidade não era alto, Adolfo Lacerda traz também observações pessoais sobre a manifestação de certas doenças na província.

Como no discurso de outros administradores, Adolfo Lacerda busca também se ater a comparações. Se ninguém pode negar a existência de certas doenças no Amazonas, “febres catharaes e as paludosas”, deve-se ponderar, contudo, que “As molestias graves e communs a quase todos os paizes são aqui pouco observadas”. E mesmo as doenças que acometem a população local não atingem toda a região, sendo “com character endemico em certos lugares, e epidemico em outros”; o que ratifica e retoma a perspectiva de que uma região não era entendida como plenamente insalubre ou salubre, mas que determinadas partes eram mais

⁶³Relatorio Apresentado a’ Assembléa Legislativa da Provincia do Amazonas na Sessão Ordinaria do 1.º de Outubro de 1864, pelo Dr. Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, Presidente da Mesma Provincia. Pernambuco: Typographia de Manoel Figueroa de Faria & Filho, 1864, p. 4.

⁶⁴Relatorio Apresentado a’ Assembléa Legislativa da Provincia do Amazonas na Sessão Ordinaria do 1.º de Outubro de 1864, pelo Dr. Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, Presidente da Mesma Provincia. Pernambuco: Typographia de Manoel Figueroa de Faria & Filho, 1864, p. 4.

sadias que outras, dependendo do clima, da posição geográfica, do solo, e do regime das águas, e assim por diante.⁶⁵

Na verdade, o problema da insalubridade e mortalidade no Amazonas deveria ser explicado por outra via sem que tivesse o clima como principal agente. O problema não era o clima, mas sim os costumes da população. Porque “na pluralidade dos casos esse mal não accomette com intensidade, antes cede facilmente a um tratamento apropriado”.⁶⁶ Este discurso indica que Lacerda vê nas técnicas da ciência médica do período a saída para a resolução do problema. Portanto, era na “a falta d’este” método de tratamento médico, um “tratamento apropriado”, e, sobretudo, em virtude do “despreso da população aos preceitos hygienicos, ainda quando atacada da enfermidade”, que eram “os verdadeiros motivos dos casos [de vítimas] fataes, que raro se dão”.⁶⁷

Para defender a relação entre clima e mortalidade no Amazonas, Adolfo Lacerda mostra que o ambiente não deveria ser alvo de culpa. Em comparação a outros lugares tanto de clima quente quanto frio, a observação direta do espaço e a estatística mortuária do Império comprovavam que o índice de mortalidade não era alto no Amazonas. Mais ainda, o quadro doentio em que certos povoados do Amazonas se encontravam não estava relacionado ao clima, mas aos costumes da população, e, ainda, à falta de um tratamento médico apropriado. Isentando o clima dos discursos detratores, Adolfo Lacerda traz a introdução de técnicas modernas de tratamento da medicina como uma das saídas para a civilização do Amazonas.

⁶⁵Relatorio Apresentado a’ Assembléa Legislativa da Provincia do Amazonas na Sessão Ordinaria do 1.º de Outubro de 1864, pelo Dr. Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, Presidente da Mesma Provincia. Pernambuco: Typographia de Manoel Figueroa de Faria & Filho, 1864, p. 4.

⁶⁶Relatorio Apresentado a’ Assembléa Legislativa da Provincia do Amazonas na Sessão Ordinaria do 1.º de Outubro de 1864, pelo Dr. Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, Presidente da Mesma Provincia. Pernambuco: Typographia de Manoel Figueroa de Faria & Filho, 1864, p. 4.

⁶⁷Relatorio Apresentado a’ Assembléa Legislativa da Provincia do Amazonas na Sessão Ordinaria do 1.º de Outubro de 1864, pelo Dr. Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, Presidente da Mesma Provincia. Pernambuco: Typographia de Manoel Figueroa de Faria & Filho, 1864, p. 4. Outras referências ao clima feitas por Adolfo Lacerda, quanto a clima e salubridade dos ambientes da cadeia da província: “Não só não ha em toda a provincia uma cadêa nas condições recommendadas no § 21 do art. 179 da constituição, como até não ha nenhuma que d’isso possa ter o nome, á excepção da da capital. Mas esta mesma, além de não possuir uma só das condições exigidas para semelhantes estabelecimentos, contém um numero tão desproporcionado de presos de todas as classes, e estes em tal promiscuidade, que, pondo agora de parte os funestos inconvenientes da falta de separação, só por um favor da providencia não se converte ainda em fóco de epidemias durante o forte calor que reina n’esta cidade grande páte do anno. Em quatro quadros acanhados, faltos de ar e de luz, agglomeram-se immundos, macilentos e doentios, 40 presos de condições e classes diversas. Sem ar, sem espaço, sem aceio, sem quase poderem mover-se em tão abafado e humido recinto, esses desgraçados vêm assim a soffrer muito mais do que simplesmente o rigor salutar do castigo, contra todos os preceitos da lei e da humanidade”, p. 8; com este discurso, Lacerda emerge entre os administradores que preconizaram a importância da adoção de uma arquitetura que estivesse em harmonia com o clima da região.

Acusa, ainda, mesmo que implicitamente as práticas de curas tradicionais como um dos principais fatores concorrentes para o estado mórbido de saúde das populações amazônicas. Desse modo, embora reconheça os aspectos do clima amazonense, Adolfo Lacerda compreende que através de métodos médico-científicos apropriados para a realidade da região, tanto as doenças como o clima poderiam ter suas influências dominadas.

3.6) José de Miranda da Silva Reis: o “óptimo” clima amazonense e a ameaça das doenças que vêm de fora da província

Dentre os discursos que temos interpretado, um se sobressai pela sua interessante particularidade. O general José de Miranda da Silva Reis não se debruçou em análises médico-científicas, tampouco acusou teses difamatórias ou se expôs em protestos a favor da habitabilidade do clima do Amazonas. Se não agiu por essas vias, o discurso de José Reis perfaz pelo menos direções curiosas.

José de Miranda da Silva Reis foi uma personagem importante no Império brasileiro. Nascido no Rio de Janeiro em 28 de novembro de 1824, bacharel em “mathematicas pela antiga escola militar, marechal reformado do exercito; ministro do supremo tribunal militar, commendador da ordem da Rosa e da de S. Bento de Aviz (...) socio do Instituto historico e geographico brasileiro”. Exerceu varias comissões importantes no período monárquico, “como a de presidente e commandante das armas de Matto-Grosso e, quando foi proclamada a republica, era gentil-homem do Imperador, d. Pedro II” (SACRAMENTO BLAKE, 1970, vol. 5, p. 100).

José Reis aparece como presidente da província do Amazonas entre 1871 e 1872, período após o qual seguiu para a do Mato-Grosso, presidindo-a entre 1873 e 1874. Em um relatório datado de 1872, ele dedica parte do documento para discorrer sobre a situação da “saúde pública” da província do Amazonas. É nesta seção do relatório que vê o clima da região de forma otimista. É interessante que seu discurso otimista sobre o clima, entretanto, contraponha-se ao do então inspetor de saúde, João Pedro Maduro da Fonseca, que lhe envia um relatório ao estilo daquele feito por Antonio Moreira em 1854 – vendo o clima, por seu turno, a partir da perspectiva da medicina neo-hipocrática, e para quem, mais ainda, o estado sanitário da província estaria longe do lisonjeiro.

Neste sentido, José Silva Reis, muito placidamente, com um discurso diferente ao do inspetor de saúde que lhe envia um relatório sobre os níveis de salubridade locais, “folga” em

comunicar aos seus interlocutores: “folgo em comunicar-vos que o estado sanitario da provincia é actualmente satisfatorio”.⁶⁸ Chama-nos a atenção a maneira como José Reis compreende o clima do Amazonas. Para o presidente, parece haver também aquela relação entre clima e outros elementos do mundo natural, presente no discurso de outros administradores da província. Isso fica evidenciado quando José Reis, no seu discurso sobre a salubridade regional, diz que, apesar de o Amazonas ser uma “Provincia como esta cortada de grandes e caudalosos rios, que em certas epochas do ano crescem e vazam, é de admirar a salubridade que nela se observa e a pouca frequencia de manifestações morbidas revestindo um character assustador”. Essa circunstância seria lisonjeira aos povos que habitavam “esta parte do Imperio”, e a razão deste quadro ambiental favorável estava na “influencia constante e duradoura do seu clima reconhecidamente salubre”.⁶⁹

Sabemos ainda que o clima do Amazonas dividiu opiniões na cabeça de cientistas e intelectuais durante todo o século XIX. José Reis, nesse sentido, mostra-nos que ao lado das opiniões negativas, também havia as opiniões positivas, contrárias à assertiva de que o clima fosse insalubre por essência (COSTA, 2002; GERBI, 1996). José Reis adiante menciona o relatório que lhe enviou o inspetor de saúde pública: João Pedro da Fonseca. Esse documento pôde dar um apanhado geral a Reis sobre a realidade nosológica da região. E nele, segundo Reis, os interlocutores poderiam encontrar dados sobre as doenças que grassavam em certas regiões da província, como as “febres intermitentes entre os habitantes das margens dos nossos rios e lagos e nas guarnições militares de nossas fronteiras, onde elas são endemicas”. Contudo, o “incômodo” dessas doenças facilmente poderia ser remediado quando as ações civilizadoras sobre o espaço fossem executadas, pois era de “crer que tendão a decrescer á proporção que se forem derrubando as mattas e cultivando os ferteis terrenos d’aquellas margens”.⁷⁰

Se no Amazonas havia um clima salubre, um clima, a de se dizer mais ainda, que resistia às ações deletérias da enchente e vazante dos rios e lagos, mantendo-se benigno para

⁶⁸**Relatorio Apresentado a Assembléa Legislativa Provincial do Amasonas na Primeira Sessão da 11.^a Legislatura no dia 25 de Março de 1872 pelo Presidente de Provincia O Exm.^o Sr. General Dr. José de Miranda da Silva Reis.** Manáos: Impresso na Typographia de Gregorio José de Moraes, Rua de Henrique Martins, n. 5, 1872, p. 11.

⁶⁹**Relatorio Apresentado a Assembléa Legislativa Provincial do Amasonas na Primeira Sessão da 11.^a Legislatura no dia 25 de Março de 1872 pelo Presidente de Provincia O Exm.^o Sr. General Dr. José de Miranda da Silva Reis.** Manáos: Impresso na Typographia de Gregorio José de Moraes, Rua de Henrique Martins, n. 5, 1872, p. 11-12.

⁷⁰**Relatorio Apresentado a Assembléa Legislativa Provincial do Amasonas na Primeira Sessão da 11.^a Legislatura no dia 25 de Março de 1872 pelo Presidente de Provincia O Exm.^o Sr. General Dr. José de Miranda da Silva Reis.** Manáos: Impresso na Typographia de Gregorio José de Moraes, Rua de Henrique Martins, n. 5, 1872, p.12.

os povos que nele habitavam, não se poderia negar, entretanto, a incidência das febres de caráter benigno que oscilavam de região a região da província, visto que a incidência dessas febres estava condicionada pela época da mudança de estação climática. Confirmando a existência de doenças próprias de países quentes no Amazonas, José Reis, a nosso ver, passa a fazer, mesmo de maneira implícita, uma afirmação cujo significado nos foi possível alcançar depois de lermos nas linhas do seu discurso. Sim, havia doenças no Amazonas, mas a província estava longe de ser o berço de grande parte das piores doenças que acometiam as pessoas naquele período. José Reis ainda conota que seria errado supor, assim, que o Amazonas fosse o centro difusor de doenças que acometiam a população de outras províncias brasileiras.⁷¹

Assim, se “poucos” ou talvez “ninguém” haveria de duvidar da salubridade do clima amazonense, e “Não obstante as optimas condições climatericas em que vivemos, logo que tive noticia de que se dava casos de febre amarella na Capital do Pará, e nas Villas Bella da Imperatriz e de Serpa d’esta Provincia, (...) fiz alugar uma casa e grande galpão”.⁷² Com efeito, José Reis ainda conota em seu discurso que a relação seria contrária, ou seja, de que as “piores” doenças na verdade transitavam do litoral para o sertão, e não do sertão para o litoral, uma vez que o litoral brasileiro era mais populoso e há muito estabelecia contato direto com portos de grandes metrópoles através da navegação comercial. José Reis pondera que o “mal” vem de outras províncias, sendo necessário, portanto, proteger o Amazonas de tamanha ameaça. Para tanto ele aluga a referida “casa”, e um “grande galpão ou rancho pertencente ao cidadão João Pereira da Silveira”, certo gaúcho que se aventurava por aquelas bandas, “a qual se acha situada na margem opposta do rio, distante e a Sota-vento d’esta Capital, onde fossem recolhidos e convenientemente tratados os atacados da molestia, que por acaso viessem nos vapores precedentes da Capital do Pará”.⁷³

Os inspetores de saúde afirmavam que febre amarela vinha originalmente do Rio de Janeiro, atacando assim a Bahia e Pernambuco. O mal continuara subindo até a Paraíba,

⁷¹ Esta crença, de acordo com Hideraldo Costa, encontrava-se presente sobretudo nas representações que muitos membros das elites brasileiras tinham não apenas sobre o Amazonas, mas sobre toda a Amazônia. Acreditava-se que ali fosse o berço de terríveis doenças, a morada de insetos cuja picada ocasionava morte súbita, um espaço hostil à habitação do europeu, um clima que abreviava, e assim por diante (COSTA, 2002).

⁷² **Relatorio Apresentado a Assembléa Legislativa Provincial do Amasonas na Primeira Sessão da 11.ª Legislatura no dia 25 de Março de 1872 pelo Presidente de Provincia O Exm.º Sr. General Dr. José de Miranda da Silva Reis.** Manáos: Impresso na Typographia de Gregorio José de Moraes, Rua de Henrique Martins, n. 5, 1872, p.12.

⁷³ **Relatorio Apresentado a Assembléa Legislativa Provincial do Amasonas na Primeira Sessão da 11.ª Legislatura no dia 25 de Março de 1872 pelo Presidente de Provincia O Exm.º Sr. General Dr. José de Miranda da Silva Reis.** Manáos: Impresso na Typographia de Gregorio José de Moraes, Rua de Henrique Martins, n. 5, 1872, p.12.

alcançando a província do Ceará, chegando depois ao Maranhão até tocar as ilhargas do Pará e se difundindo já sobre duas vilas amazonenses (Bella da Imperatriz e Serpa) que faziam fronteira com esta província. Em virtude da proximidade de Manaus com essas duas vilas, era preciso evitar que a moléstia chegasse à Capital. A casa e o rancho do gaúcho João da Silveira se encontravam em um lugar estratégico do ponto de vista climático. Pois que, o vento, em vez de correr na direção de Manaus, corria na direção oposta, empurrando assim a doença de volta ao caminho que percorrera, e, assim, ao lugar de origem.

Compreendeis o alcance d'esta medida, que tinha somente por fim affastar de nosso centro de população estes fôcos de infecção que nos poderião trazer as mais funestas consequencias. Felizmente, preparada a caza do melhor modo possivel para o fim a que era destinada, nem um só doente ali foi recolhido, pelo que mandei trez mezes depois suspender o seu aluguel e arrecadar os leitos e ambulancia n'ella dispostos.⁷⁴

Em um relatório de 1872, o presidente de província José de Miranda da Silva Reis se expressou de modo lisonjeiro com relação ao clima do Amazonas. José Reis também defendeu o clima das ideias que o imputavam perspectivas detratadas. No seu discurso, Reis buscou atenuar o discurso de que houvesse no Amazonas doenças de caráter assustador, bem como o de que a província fosse o centro difusor das doenças que acometiam as populações de outras regiões do Império. Pelo contrário, Reis afirmou, embora implicitamente, que na verdade as doenças mais perigosas vinham do litoral para o sertão, e não do sertão para o litoral.

3.7) José Clarindo de Queiroz: a defesa do clima amazônico diante da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré

O discurso conceituador do clima da Amazônia como um problema para a execução da civilização não somente afirmou a ideia de que as doenças ali eram mais devastadoras do que em outros lugares, e se revestiam de um caráter assustador; de que os habitantes da região dificilmente chegariam a se organizar ao estilo de sociedades complexas, ao alcançarem

⁷⁴Relatorio Apresentado a Assembléa Legislativa Provincial do Amasonas na Primeira Sessão da 11.^a Legislatura no dia 25 de Março de 1872 pelo Presidente de Provincia O Exm.^o Sr. General Dr. José de Miranda da Silva Reis. Manáos: Impresso na Typographia de Gregorio José de Moraes, Rua de Henrique Martins, n. 5, 1872, p.12.

padrões sociais, econômicos e políticos civilizados; ou de que os europeus, homens brancos, degenerariam sua constituição física e moral se ali vivessem.

Embora esteja longe de nossa intenção interpretar o máximo de variantes possíveis desse discurso civilizador, não nos furtamos a mencionar, em linhas gerais, o seu caráter classificador em ver toda uma sociedade, ou uma cultura, de forma pessimista sob o prisma da “civilização” e da “evolução”. Isso porque se partia da pressuposição de que as pessoas se encontravam presas à fatalidade de estarem imersas e participarem de um clima nocivo, destruidor de todas as qualidades de força e nobreza, que lhes impediam de realizar grandes façanhas ou atingir um desenvolvimento científico e tecnológico elevados.

A introdução de tecnologia na Amazônia também foi pensada neste sentido. Sob o viés desse discurso considerado ao mesmo tempo pessimista e detrator, a introdução e o desenvolvimento de tecnologia eram considerados de certo modo inviáveis quando pensados para regiões de clima quente e úmido. Foi, pois, debruçando-se sobre essa questão que o presidente de província José Clarindo de Queiroz se referiu à relação entre clima e a construção da ferrovia Madeira-Mamoré em um relatório de 1880.

José Clarindo de Queiroz nasceu “no Ceará a 22 de janeiro de 1841, faleceu no Rio de Janeiro a 28 de dezembro de 1893”. Seguiu a carreira militar. “Marechal reformado, commendador da ordem de S. Bento de Aviz, cavalleiro do Cruzeiro e de Christo, condecorado com a medalha da campanha do Paraguay e a de merito militar”. Exerceu importantes comissões desde o regime da Monarquia. “Foi um dos deportados pelo Marechal Floriano Peixoto para Cucuhy [região fronteira do Amazonas com o Peru]”, escrevendo também livros de natureza militar (SACRAMENTO BLAKE, 1970, vol. 4, p. 383).

No que encontramos do seu discurso, podemos dizer que José Clarindo de Queiroz fez uma defesa não somente da civilização do Amazonas, mas da Amazônia como um todo: pois a construção da ferrovia Madeira-Mamoré envolveu regiões tanto da Amazônia brasileira, como, por exemplo, da Amazônia boliviana. Defendeu não somente o clima, mas também outros elementos do mundo natural, como rios, florestas, e os próprios indígenas.

A querela começa quando a continuidade da construção da ferrovia Estrada de Ferro Madeira-Mamoré parece ameaçada pelo que José Queiroz chama de “Um dos grandes obstaculos, que se tem opposto á construcção d’esta estrada”. Tratava-se do “juizo que sobre a natureza do terreno e suas condições climatericas formam na Europa, onde foi organizada a Companhia concessionaria, os capitalistas interessados”.⁷⁵

⁷⁵Relatorio com que o Exm.º Sr. Tenente Coronel José Clarindo de Queiroz, Presidente da Provincia do Amazonas, Abriu a 1ª Sessão da 15ª Legislatura da Assembléa Legislativa Provincial em 31 de Março de

Se anteriormente interpretamos a relação entre clima e produção econômica no discurso de Angelo do Amaral, no de José Queiroz o clima aparece ligado à introdução tecnologia moderna na Amazônia. Mas José Queiroz, diferente de Angelo do Amaral, parece ser mais otimista, e reprovava aqueles que acreditassem que os problemas pelos quais passavam os trabalhos da Madeira-Mamoré adviessem de ordens ambientais: da natureza do terreno, do clima, e dos indígenas. Vejamos suas palavras quanto aos discursos e ideias que, neste sentido, permeavam a mente dos capitalistas europeus com relação à construção da supracitada ferrovia:

Diz-se ali [na Europa] que a estrada é inexequível por ser o terreno coberto de pantanos e lugares alagadiços que no tempo das enchentes do rio ficam inundados á grande profundidade, e de matas virgens quase impenetraveis; **que o clima é o peor possível e não permite que n'elle se demorem trabalhadores brancos por mais de algumas semanas**, e que além disso a zona que tem de atravessar a estrada é habitada por indios selvagens e ferozes, cujos ataques não permitirão que os trabalhos tenham andamento regular [grifos nossos].⁷⁶

O clima aparece problematizado por José Queiroz. Não se trata apenas do clima no sentido de maiores ou menores sensações térmicas, mas também de outros elementos naturais que dele participam direta ou indiretamente: como o regime das águas: enchente e vazante dos rios; formação de pântanos; e a configuração geral de um ambiente insalubre e intolerante ao trabalhador branco, tendo ainda a própria ferocidade e ataque dos indígenas como um empecilho para o andamento da obra.

São a essas ideias, presentes na mente de muitos capitalistas europeus, que José Queiroz se coloca em contraposição no seu discurso. O presidente da província quer comprovar o equívoco daqueles que se orientavam através delas com a finalidade de inferirem quanto à inviabilidade da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré no meio da floresta Amazônica. Doravante, José Queiroz começa sua defesa pelo caminho de levantar diversos eventos explicativos para o emperramento da obra. Assim, era, pois, graças a essas

1880. Manáos: Impresso na Typ. do Amazonas, de José Carneiro dos Santos, á Praça 28 de Setembro, 1880, p. 19.

⁷⁶**Relatorio com que o Exm.º Sr. Tenente Coronel José Clarindo de Queiroz, Presidente da Provincia do Amazonas, Abriu a 1ª Sessão da 15ª Legislatura da Assembléa Legislativa Provincial em 31 de Março de 1880.** Manáos: Impresso na Typ. do Amazonas, de José Carneiro dos Santos, á Praça 28 de Setembro, 1880, p. 19.

ocorrências que o andamento da Estrada de Ferro se encontrava empacado, e não ao clima, à natureza do terreno, ou aos ataques dos indígenas.⁷⁷

Pois, de fato, a “exploração feita ultimamente pelos engenheiros até o Caldeirão deixa patente a exageração que ha em todas essas allegações, mostrando que o terreno não offerece difficuldades que possam ser consideradas insuperaveis”; e os índios, por mais que não se negue seus ataques, difficilmente “são obstaculo sufficiente para impedir a construcção da estrada”.⁷⁸

O tom de censura do parágrafo anterior também se dirige ao clima. Porque embora o clima da região apresente certas características que possam ser intolerantes para o organismo dos europeus, ou homens brancos, ele também não pode ser visto como um suficiente obstáculo. Em verdade, diz Queiroz, logo depois do estabelecimento da empresa em Santo Antonio⁷⁹ foi que “começou a lutar com sérios embaraços, mas elles provieram de causas estranhas á natureza do terreno e condições climatericas do lugar”.⁸⁰

No entanto, o problema estava na forma como os trabalhadores contratados eram admitidos pela companhia encarregada pela construção da ferrovia, e não nas condições do espaço local. De acordo com a documentação, os trabalhadores vinham dos EUA nesse período inicial da obra; contratados por tempo limitado, “findo o qual deveriam ser de novo transportados para o seu paiz pela empreza”. Este serviço não pôde ser satisfeito em “tempo opportuno” pela empresa, pelo que muitos trabalhadores, descontentes, abandonavam o

⁷⁷ A construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré foi alvo de muitas críticas por parte de políticos e intelectuais da época. Muitos acreditavam que tal empreitada representava um projeto inviável do ponto de vista econômico, uma vez que não traria resultados à altura dos esforços e recursos que estavam sendo dispendidos pelo governo. Na verdade, a ferrovia representou uma ação com aspectos políticos que deveriam estreitar laços entre Brasil e Bolívia. A ferrovia deveria ajudar na escoação da borracha boliviana e peruana para o Atlântico. Outros personagens, entretanto, viam a efetivação da construção da ferrovia como uma vitória da civilização sobre a barbárie, como um exemplo de que a técnica e a ciência poderiam suplantar a força da natureza amazônica. Ademais, entre outras críticas sobre a empreitada estavam a destruição do habitat natural de diversas espécies, a dizimação de muitas tribos indígenas, bem como o alto índice financeiro e de almas de trabalhadores de diversos países que morreram e foram enterrados no decurso da ferrovia. Sobre o tema, cf., por exemplo, CRUZ; CHAGAS; PEIXOTO, (1972); SCHWEICKARDT, (2007). Há ainda uma abundante bibliografia sobre o tema.

⁷⁸ **Relatorio com que o Exm.º Sr. Tenente Coronel José Clarindo de Queiroz, Presidente da Provincia do Amazonas, Abriu a 1ª Sessão da 15ª Legislatura da Assembléa Legislativa Provincial em 31 de Março de 1880.** Manáos: Impresso na Typ. do Amazonas, de José Carneiro dos Santos, á Praça 28 de Setembro, 1880, p. 19.

⁷⁹ Isto é, depois que a construção da ferrovia já alcançava aquele povoado situado no sul da província, chamado Santo Antonio.

⁸⁰ **Relatorio com que o Exm.º Sr. Tenente Coronel José Clarindo de Queiroz, Presidente da Provincia do Amazonas, Abriu a 1ª Sessão da 15ª Legislatura da Assembléa Legislativa Provincial em 31 de Março de 1880.** Manáos: Impresso na Typ. do Amazonas, de José Carneiro dos Santos, á Praça 28 de Setembro, 1880, p. 19.

trabalho, e “desde então começaram á procurar todos os meios de deixar o serviço e sahir de Santo Antonio”.⁸¹

Além disso, José Queiroz defende e desculpa ainda o clima ao dizer que a falta de pagamento dos salários, a “irregularidade de fornecimento de viveres, que iam escaceando”, tornavam os trabalhadores cada vez mais descontentes, diminuindo consideravelmente o número dos que se apresentavam ao serviço, aumentando, sim, pelo contrário, a entrada de muitos no hospital, já adoecidos em virtude de tamanhas privações.⁸² Embora a posterior chegada dos “cearenses” tenha dado “novo impulso aos trabalhos”, tomou-lhes também os mesmos descontentamentos que reinavam entre os outros trabalhadores. E, unido a isso, a indisciplina e a falta de organização destes mantiveram empacado o andamento da obra. Assim ficaram paralisadas as obras “por se haver retirado a maior parte dos trabalhadores americanos, (...) e porque logo depois retirou-se tambem o contractante dos trabalhadores cearenses”.⁸³

Assim, pois, José Queiroz faz sua breve defesa do clima da Amazônia no concernente à introdução de tecnologia moderna. O discurso que afirmava acerca da impossibilidade, ou inviabilidade, da execução de tais serviços em países de clima quente e úmido remontava ao século XVIII, quando as teses de Buffon e De Pauw retomaram e impulsionaram a tradição de um discurso filosófico sobre a potencialidade do desenvolvimento dos povos em detrimento dos espaços nos quais estavam inseridos, levando em conta, sobretudo, o tipo de clima que regia o mundo natural.

Evidentemente, essa discussão encontrava-se atualizada ao discurso científico da segunda metade do século XIX, quando José Queiroz se pôs contrário, podendo ser vista na chave teórica do determinismo geográfico, através dos discursos dos discípulos de Ratzel (GERBI, 1996). Com a finalidade de desfazer a ideia de que a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré era inexequível em virtude do clima e de outros fatores espaciais da Amazônia, o presidente José de Queiroz, em 1880, fez uma breve defesa da introdução desta

⁸¹**Relatorio com que o Exm.º Sr. Tenente Coronel José Clarindo de Queiroz, Presidente da Provincia do Amazonas, Abriu a 1ª Sessão da 15ª Legislatura da Assembléa Legislativa Provincial em 31 de Março de 1880.** Manáos: Impresso na Typ. do Amazonas, de José Carneiro dos Santos, á Praça 28 de Setembro, 1880, p. 19.

⁸²**Relatorio com que o Exm.º Sr. Tenente Coronel José Clarindo de Queiroz, Presidente da Provincia do Amazonas, Abriu a 1ª Sessão da 15ª Legislatura da Assembléa Legislativa Provincial em 31 de Março de 1880.** Manáos: Impresso na Typ. do Amazonas, de José Carneiro dos Santos, á Praça 28 de Setembro, 1880, p. 19-20.

⁸³**Relatorio com que o Exm.º Sr. Tenente Coronel José Clarindo de Queiroz, Presidente da Provincia do Amazonas, Abriu a 1ª Sessão da 15ª Legislatura da Assembléa Legislativa Provincial em 31 de Março de 1880.** Manáos: Impresso na Typ. do Amazonas, de José Carneiro dos Santos, á Praça 28 de Setembro, 1880, p. 20.

tecnologia na Amazônia. Para isentar o clima, o terreno, e, relativamente, os índios dos discursos detratores e pessimistas, José Queiroz coloca a responsabilidade na própria empresa concessionária do serviço, na sua gestão e na falta de pagamento dos trabalhadores, fazendo-lhes abandonar o serviço e voltar para seus países de origem. Para Queiroz, era essa a razão que estava atrapalhando a obra, e não o que os capitalistas europeus diziam: o clima, o terreno, os pântanos e os indígenas.

3.8) Clima e povoamento do Amazonas em Torquato Tapajós: é “necessario esmagar a calumnia, a audacia dos escriptores de francaria”

Dentre os defensores da salubridade do clima do Amazonas que conhecemos – muitos dos quais não puderam ter seus escritos interpretados neste trabalho – está um interessante e polêmico “filho” da elite amazonense chamado Torquato Tapajós.

Sem dúvida, Tapajós a nosso ver é um personagem que tem um discurso bastante interessante diante dos outros incluídos até aqui nesta dissertação. Podemos dizer que, de início, e pelo que conhecemos sobre Tapajós a partir da obra de alguns biógrafos; sua vida esteve voltada para as letras científicas e literárias, sendo um dos que mais abertamente se envolveram em polêmicas relacionadas à defesa do clima do Amazonas (BITTENCOURT, 1973).

Torquato Xavier Tapajós nasceu em Manaus a 3 de dezembro de 1853. Membro da mais prestigiosa família do Amazonas da época, “fez seus estudos primários em escolas públicas de Manaus, e o curso do Liceu, na mesma cidade” (BITTENCOURT, 1973, p. 488). Prosseguiu seus estudos no Rio de Janeiro, matriculando-se na Escola Politécnica. Formou-se em engenharia, especializando-se em engenharia sanitária. Tornou-se, assim, “Engenheiro Geógrafo, Sócio da grande Empresa Melhoramentos do Brasil e Diretor da Companhia de Construções Civis do Rio de Janeiro (...)”, ingressando ainda na Sociedade Nacional de Medicina (BITTENCOURT, 1973, p. 489-490).

Entre os inúmeros escritos de Tapajós que possuímos, dos literários aos de matéria científica, escolhemos interpretar um datado de 1897, ano de seu falecimento (12 de novembro de 1897), provavelmente sua última “obra” publicada. Trata-se de um relatório que Tapajós teria feito, conforme nos informa Agnello Bittencourt, sobre a “Colonização e Imigração” do Amazonas a convite de Fileto Pires Ferreira, à época governador do Estado

do Amazonas (BITTENCOURT, 1973, p. 491). Apesar de o presente documento extrapolar a temporalidade delimitada para nossa dissertação, podemos dizer que é em Tapajós, como também em outros personagens das letras literárias e científicas amazônicas da passagem do século XIX para o XX, que o tema relacionado à defesa climática da Amazônia alcança o primeiro momento de seu ápice.⁸⁴

Como vimos em nosso trabalho, a rigor, essa questão esteve presente no discurso de personagens ligados à província do Amazonas desde o início da década de 1850 em diante. Mas parece ser principalmente a partir mais ou menos das duas últimas décadas do final do século XIX que a “defesa do clima” parece atingir um maior número de cientistas que tinham a Amazônia como objeto de estudo. Neste sentido, Tapajós pode ser considerado, de certa maneira, um tipo de “ponto de interseção” entre duas gerações de intelectuais amazonenses: entre a geração daqueles que escreviam no início da década de 1860 e aquela geração pós 1870 (SEVCENKO, 1995; COSTA, 2002).

Ao herdar as inquietações relacionadas ao clima que a geração de intelectuais e dos administradores públicos que lhes foram anterior deixara e que Tapajós denota, em seus escritos, estar a par -, tanto no que concerne à existência dos discursos e teses detratoras e difamatórias como do seu significado em face dos projetos civilizadores que as elites amazônicas do seu tempo planejavam executar na região, este intelectual buscou exprimir e imprimir outra representação acerca da região. (DAOU, 2000; CATIVO, 2009; COSTA, 2000).

O objetivo geral de “Colonização e Imigração: o povoamento do Estado do Amazonas”, como o próprio título indica, versa sobre “ideias que tenho como mais acertadas e que conveniente sejam postas em pratica”, a ver com um “empreendimento a encaminhar pratica e definitivamente, que a todos os demais sobrepuja (...) Refiro-me ao povoamento do vasto territorio do Estado”, diz Tapajós.⁸⁵ Com essas expressões, Tapajós inicia seu “officio” ao governador, destacando o povoamento como um elemento muito importante para a civilização das terras do Estado.

O povoamento deveria ser alcançado pela execução de um projeto imigratório. E depois de discutir a imigração sob o aspecto de ordem econômica: “importação de trabalho, de capital e de intelligencia”; política: “uma diffusão pacifica do sangue, da lingua, dos

⁸⁴De acordo com nossas observações sobre outras fontes que possuímos, o segundo ápice da questão ocorre a partir da segunda metade do século XX.

⁸⁵TAPAJÓZ, Dr. Torquato. **Colonização e Imigração, Povoamento do Estado do Amazonas**: relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Fileto Pires Ferreira pelo Dr. Torquato Tapajóz. Manáos: Imprensa Official – Rua Municipal, 1897, p. 4,5.

sentimentos, dos costumes, das idéas”; etnográfica: “o desdobramento do povo” dos países de origem; Tapajós chega “Na ordem humanitária”, dizendo:

a imigração é a exploração da terra desembaraçada de seus flagellos, tanto no reino animal, como no vegetal: dessecam se os pantanos, os rios entram em seus leitos, desertos cobrem-se de culturas; o clima e salubridade melhoram; eternisa-se a vida (...).⁸⁶

No presente trecho, podemos nos aproximar em entender o porquê de Tapajós encarar o povoamento como um “empreendimento” que “a todos os demais sobrepuja”.⁸⁷ Uma vez que havia estreitas relações entre povoamento e imigração, um complementaria o outro no sentido de que, para povoar, era necessário estabelecer efetivas diretrizes migratórias. A execução de projetos migratórios resultaria assim no desdobramento e irradiação de forma contingencial sobre a civilização de uma série de fatores naturais da Amazônia.

Em Tapajós a execução da imigração estava diretamente relacionada ao desembaraço dos flagelos da terra, tanto no sentido animal como no vegetal. Isso porque, com o agir do homem sobre o espaço, os pântanos seriam dessecados, os rios “entram em seus leitos”, terras inférteis passariam a dar frutos, e, por fim, “como todas as forças tende a equilibra-se”, o clima e a salubridade, conseqüentemente, melhorariam, e a vida seria eternizada na região, com famílias que se fixariam ao solo.⁸⁸

No entanto, para que o Estado do Amazonas pudesse alcançar a civilização do clima através da imigração, pelo menos três coisas deveriam ser feitas como requisito à realização dos interesses das elites amazônicas. A primeira delas seria o “Conhecimento completo e perfeito do seu systema hydrographico, do seu solo e de suas condições climatologicas [da região]”. A este respeito, Tapajós ainda repreende os membros da própria elite política amazonense da qual fazia parte, ao enunciar: “Como trazer (...) o homem forte de outras

⁸⁶TAPAJÓZ, Dr. Torquato. **Colonização e Imigração, Povoamento do Estado do Amazonas**: relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Fileto Pires Ferreira pelo Dr. Torquato Tapajóz. Manáos: Imprensa Oficial – Rua Municipal, 1897, p. 7.

⁸⁷TAPAJÓZ, Dr. Torquato. **Colonização e Imigração, Povoamento do Estado do Amazonas**: relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Fileto Pires Ferreira pelo Dr. Torquato Tapajóz. Manáos: Imprensa Oficial – Rua Municipal, 1897, p. 5.

⁸⁸TAPAJÓZ, Dr. Torquato. **Colonização e Imigração, Povoamento do Estado do Amazonas**: relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Fileto Pires Ferreira pelo Dr. Torquato Tapajóz. Manáos: Imprensa Oficial – Rua Municipal, 1897, p. 4, 5, 7.

zonas, se começamos ignorando as condições reais do meio em que o convidamos a viver (...)?”.⁸⁹

Tapajós convida as elites políticas dirigentes a conhecerem as “condições reais” do Estado. Isto se daria a partir de estudos que teriam como objetivos gerais o “levantamento hydrographico de todo o Estado e o reconhecimento de seu clima”.⁹⁰ Após o conhecimento das condições ambientais de todo o Estado, Tapajós traça linhas de como “receber e agasalhar o imigrante”. Para tanto, seria necessário instalar uma hospedaria que deveria ficar localizada “em um ponto muito proximo á cidade, sem que nesta esteja. Isto era para se evitar “os males que (...) poderiam advir (...) elementos máos, superabundantes em todos os centros civilizados”.⁹¹

Projetada para estar situada em uma área ao alcance da vigilância pública, embora ao mesmo tempo distante do centro urbano, os males inoculados no imigrante que porventura dessem entrada na hospedaria seriam neutralizados tanto por uma espessa floresta que a separava de Manaus, “um manto de densas florestas”, quanto pela “mais poderosa das causas da salubridade do valle [do Amazonas]”, que “lavarão constantemente a hospedaria”: os ventos alísios que “penetram profundamente a bacia do Amazonas e vem até o Rio Negro, reinando nestas regiões todo o anno (...)”.⁹² Em terceiro lugar, a fim de que o povoamento de todo o território amazonense se tornasse uma realidade, Tapajós entra em um tema caro que inflamou discursos de parlamentares de diversas províncias/estados do país durante toda a segunda metade do século XIX, que era a escolha do imigrante ideal (AZEVEDO, 1987). Já falamos da preferência dada aos alemães, “mineiros” e “gaúchos” pelo presidente João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha em 1852. Mas Tapajós, em 16 de julho de 1897, diz: “Pensamos que devemos procurar trazer ao Amazonas, principalmente o japonês e o armenio”.⁹³

⁸⁹TAPAJÓZ, Dr. Torquato. **Colonização e Imigração, Povoamento do Estado do Amazonas**: relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Fileto Pires Ferreira pelo Dr. Torquato Tapajoz. Manáos: Imprensa Oficial – Rua Municipal, 1897, p. 7,9.

⁹⁰TAPAJÓZ, Dr. Torquato. **Colonização e Imigração, Povoamento do Estado do Amazonas**: relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Fileto Pires Ferreira pelo Dr. Torquato Tapajoz. Manáos: Imprensa Oficial – Rua Municipal, 1897, p. 8.

⁹¹TAPAJÓZ, Dr. Torquato. **Colonização e Imigração, Povoamento do Estado do Amazonas**: relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Fileto Pires Ferreira pelo Dr. Torquato Tapajoz. Manáos: Imprensa Oficial – Rua Municipal, 1897, p. 9, 10.

⁹²TAPAJÓZ, Dr. Torquato. **Colonização e Imigração, Povoamento do Estado do Amazonas**: relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Fileto Pires Ferreira pelo Dr. Torquato Tapajoz. Manáos: Imprensa Oficial – Rua Municipal, 1897, p. 10.

⁹³TAPAJÓZ, Dr. Torquato. **Colonização e Imigração, Povoamento do Estado do Amazonas**: relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Fileto Pires Ferreira pelo Dr. Torquato Tapajoz. Manáos: Imprensa Oficial – Rua Municipal, 1897, p. 12.

Depois da entrada neste tema, o engenheiro sanitarista faz um discurso de definição do japonês, ao qual chama de “grande povo”, detentor de “fortes elementos de poder e de vigor”. Igualmente, Tapajós busca definir também os armênios, aos quais chama de “povo laborioso, forte, bello typo (...) excellentes cultivadores do solo (...) e que trazem na sua força de vitalidade e no seo poder de fecundidade admiraveis factores de mestiçagem”.⁹⁴ Tapajós repousa, entretanto, sua preferência e interesse nos armênios, ao declarar que, “A não ser a lingua, todos os demais factores constitucionaes do povo armenio, são de muito indenticos aos nossos”.⁹⁵ Mas na visível preferência de Tapajós pelos armênios subjazem alguns pontos cruciais. Trazer esse povo de características “morigeradas e doceis como são”, na verdade, correspondia a superar algumas barreiras com as quais as elites políticas amazonenses teriam de lidar. A introdução dos armênios representaria, assim, um subterfúgio para transpor esses obstáculos. Acompanhemos então as palavras de Torquato Tapajós, e vejamos o que ele nos diz:

Demais, sendo o Estado do Amazonas o **primeiro territorio do Brazil, senão da America**, que os receberá em numero avultado, **não poderão elles d’aqui ser desencaminhados por suggestões de patricios, parentes, amigos e conhecidos**, como inevitavelmente se dará com o italiano, por exemplo, que jamais fixará residencia entre nós, como não tem fixado em outros estados, **não porque sejam elles incompatíveis com o nosso clima** que ahiestá a colonia [?]⁹⁶, n’um dos pontos mais ardentes do globo e em que elles vivem e prosperam (...) [grifos nossos].⁹⁷

Podemos identificar o objetivo subjacente de Tapajós para com a introdução de armênios no Amazonas. Pelo que seu discurso nos conduz, não havia colônia de armênios em toda a América, e o Brasil passaria a ser o primeiro país do continente a recebê-los através de sua introdução no território do Amazonas. A escolha dos armênios impossibilitaria que eles fossem redirecionados para outros Estados e Regiões do Brasil ou de outros países vizinhos depois de assentados no Amazonas. Porque não haveria, assim, a sugestão de amigos, de

⁹⁴TAPAJÓZ, Dr. Torquato. **Colonização e Imigração, Povoamento do Estado do Amazonas**: relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Fileto Pires Ferreira pelo Dr. Torquato Tapajóz. Manáos: Imprensa Official – Rua Municipal, 1897, p. 12, 13.

⁹⁵TAPAJÓZ, Dr. Torquato. **Colonização e Imigração, Povoamento do Estado do Amazonas**: relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Fileto Pires Ferreira pelo Dr. Torquato Tapajóz. Manáos: Imprensa Official – Rua Municipal, 1897, p. 13.

⁹⁶Não conseguimos entender a palavra que dá nome à colônia mencionada por Tapajós. A versão da fonte que temos se acha um pouco rasurada nesta parte. Mas acreditamos o desconhecimento do nome da colônia não prejudica o contexto do discurso.

⁹⁷TAPAJÓZ, Dr. Torquato. **Colonização e Imigração, Povoamento do Estado do Amazonas**: relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Fileto Pires Ferreira pelo Dr. Torquato Tapajóz. Manáos: Imprensa Official – Rua Municipal, 1897, p. 13.

contrerrâneos, de parentes que os fizessem abandonar a região por outra propagandeada como mais próspera ou de clima agradável.⁹⁸ Tal medida impediria a mobilidade como acontecia, por exemplo, com os italianos.

No entanto, essa “tendencia (...) para a mobilidade” poderia ser vista no imigrante italiano, que, conforme Tapajós, jamais se fixaria ao solo do Amazonas pela razão inversa a dos armênios.⁹⁹

Tanto no Brasil como em outros países do continente americano, as colônias italianas não eram poucas. No contexto histórico em que Tapajós escreveu seu relatório, os italianos já estavam em expressivo número, por exemplo, em outras regiões brasileiras, sobretudo no Centro-Sul: como em São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Mesmo que a condição natural fosse usada como justificativa, o que os tirariam da região amazônica seria a possibilidade de chegar-se aos compatriotas, estimulados pela quimera de melhores condições de vida. Assim, para que seus interlocutores não atribuam ao clima a razão dos italianos serem um povo de difícil fixação ao solo do Amazonas, Tapajós logo deixa escapar sua defesa do clima. “Não porque sejam elles incompatíveis com o nosso clima”. Com esta frase, Tapajós defende e “isenta” o clima do Amazonas perante a excessiva mobilidade dos italianos na região. Esta mobilidade, portanto, estava ligada a outros fatores, e não a intolerância das condições ambientais.

Similarmente a José Clarindo de Queiroz na defesa do clima diante da introdução de tecnologia na Amazônia, que coloca na gestão da empresa concessionária a culpa pelo emperramento da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, Tapajós, para defender a habitabilidade do clima do Amazonas, coloca a culpa nos próprios italianos. Em outros termos, não se tratava do clima, mas de um comportamento dos italianos. Para argumentar sua afirmação contra o problema de fixação dos imigrantes italianos, aos quais lança certa ojeriza, Tapajós explica o inconveniente que esse povo acarretava até para São Paulo, um estado próspero e climaticamente propício aos europeus, mas que, lá, os italianos exportavam suas riquezas para sua pátria de origem, “e prejudicando a terra em que vivem, em que trabalham a seu modo, mas na qual não empregam senão excepcionalmente as suas economias”, ao fazer

⁹⁸Quanto a esta questão, cf., entre outras obras, Barbara Weinstein, *A Borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*, quando a autora diz que certos amazônidas “frequentemente acusavam os brasileiros de outras regiões de ‘difamar’ a Amazônia – exagerando a respeito de suas condições climáticas e taxas de mortalidade, procurando assim desviar os imigrantes para as áreas cafeeiras do Centro-Sul” (1993, p. 140).

⁹⁹TAPAJÓZ, Dr. Torquato. **Colonização e Imigração, Povoamento do Estado do Amazonas**: relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Fileto Pires Ferreira pelo Dr. Torquato Tapajóz. Manáos: Imprensa Oficial – Rua Municipal, 1897, p. 14.

até de um estado “dos mais preparados espiritos, dos que cuidam das cousas praticas que interessam ao nosso paiz” senão “lantejoulas douradas em vestes de belboutina...”¹⁰⁰

Além do conhecimento “real” das condições ambientais; da instalação de hospedarias para “agasalhar” os imigrantes; da escolha do tipo do imigrante conforme sua semelhança com a cultura da região, bem como sua propensão a se adaptar ao clima do Amazonas; a fim de que o povoamento do Amazonas fosse realizado, em quarto e último lugar Tapajós se refere aos discursos que existiam sobre a região, principalmente no concernente às características do clima.

Era preciso mudar a imagem que as pessoas tanto de outros países quanto de regiões e estados brasileiros tinham da Amazônia. O conhecimento real do clima também serviria para derrubar discursos detratores. Conviria, então, “espalhar profusamente” folhetos entre os lavradores, “não muito longos, escriptos (...) sem exaggeros, em que se contenham todas as informações e dados sobre as condições (...) do Estado (...) sobre as vantagens que offerece (...) aos estrangeiros que nelle se localisam”.¹⁰¹ O Estado do Amazonas deveria levar novas “destas ricas terras com toda a lealdade, na quase nudez das cousas verdadeiras”, a todos os centros “emigrassionistas” da Europa. Porque era “necessario esmagar a calumnia, a audacia dos escriptores de francaria, que explorando a ignorancia dos concidadãos (...) lançam sobre nós as mais revoltantes inverdades”.¹⁰²

Com a entonação de um discurso de protesto, Tapajós irrompe em defender o Amazonas dos discursos caluniadores do escritor Eugene Poiré, que, no seu livro “pomposamente intitulado” *L’emigration francaise aux colonies*, dizia:

‘Il est d’usage vanter autre mesure, la salubrité de climat. Certain Guide de l’emigrant au Bresil, par exemple, vous informera mensongerement que dans la plupart des provinces de ce pays, la mortalité est de beaucoup inférieure a celle de n’importe quelle contrée d’Europe, que non seulement on s’y acclimate avec aisance, mais encore que nombre de colons y ont attemt une longévité invraisemblable. On promet de la sort, pour amorcer les emigrants, la satisfaction des souhaits les plus natureis a l’homme: devenir riche e vivre longtemps!’¹⁰³

¹⁰⁰TAPAJÓZ, Dr. Torquato. **Colonização e Imigração, Povoamento do Estado do Amazonas**: relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Fileto Pires Ferreira pelo Dr. Torquato Tapajóz. Manáos: Imprensa Oficial – Rua Municipal, 1897, p. 14.

¹⁰¹TAPAJÓZ, Dr. Torquato. **Colonização e Imigração, Povoamento do Estado do Amazonas**: relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Fileto Pires Ferreira pelo Dr. Torquato Tapajóz. Manáos: Imprensa Oficial – Rua Municipal, 1897, p. 16.

¹⁰²TAPAJÓZ, Dr. Torquato. **Colonização e Imigração, Povoamento do Estado do Amazonas**: relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Fileto Pires Ferreira pelo Dr. Torquato Tapajóz. Manáos: Imprensa Oficial – Rua Municipal, 1897, p. 16.

¹⁰³De acordo com nosso conhecimento em francês, e através de material de apoio para entender certas expressões do francês do período, podemos traduzir esta citação da seguinte maneira: ‘A salubridade do clima é

A primeira coisa a identificar neste trecho é o tom de ironia deixado pelo escritor francês. Eugene Poiré duvidaria que todas aquelas benesses prometidas no referido “*Guia*” para os imigrantes eram verdades: como os níveis de salubridade do clima, de mortalidade e promessa de riqueza e vida longa. Mas Tapajós, enlevado por certa fúria, também com ironia convida o “ignorante escriptor” a conhecer “os elementos demographicos das varias cidades do Brazil, como nós conhecemos os da Europa, não viria tão perversamente duvidar de nossas afirmações, que são verdadeiras”.¹⁰⁴

No entanto, o que ainda nos chama a atenção é, talvez, a “abrangência nacional” da defesa de Tapajós. Pelo que observamos, Tapajós defende todo o Brasil dos discursos considerados caluniadores de Eugene Poiré, tanto mais porque esse discurso queria atingir todo o país, e não apenas uma região em particular, como o Amazonas.

Essa característica evidencia que Tapajós se engajava pela defesa da civilização brasileira como um todo; pensava o país em sua totalidade, embora encontremos alguns posicionamentos regionalistas no seu discurso, presentes, sobretudo, em outras de suas obras. Aliás, Tapajós transita entre o geral e o particular ao se tratar de Brasil. E apesar dessa perspectiva de “abrangência nacional”, de compreender o Brasil como um todo, o engenheiro sanitaria também se inclina de forma diferente pela defesa do clima de sua província/estado natal. Ele, assim, pondera que, ao longo da história, “poderemos colher os nossos melhores auxiliares na obra do engrandecimento do Amazonas”. Tapajós prospecta a emergência de futuras gerações de pensadores engajados pela defesa do Amazonas. Intelectuais que usarão da verdade para defender a civilização do clima do Amazonas perante as inverdades das calúnias europeias.

Mas essas calúnias e detrações não se encontravam somente nos discursos dos intelectuais europeus. Elas se encontravam também no Brasil, “no nosso proprio paiz”, que “quasi totalmente” desconhecia as “verdadeiras condições de habitabilidade” do Amazonas. A precariedade de conhecimento sobre a Amazônia orientava a muitos cientistas e intelectuais

usualmente ostentada em outra medida. Em certo *Guide de l'emigrant* ao Brasil, por exemplo, vos informa falsamente que na maioria das províncias deste país, a mortalidade é muito menor do que em qualquer país da Europa, e não apenas se pode aclimatar com facilidade, mas ainda que muitos colonos são afetados por uma longevidade inacreditável. Para iniciar os imigrantes, ele [o *Guia*] promete a sorte de satisfação dos desejos mais naturais de um homem: tornar-se rico e viver por muito tempo!'; cf. TAPAJÓZ, Dr. Torquato. **Colonização e Imigração, Povoamento do Estado do Amazonas**: relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Fileto Pires Ferreira pelo Dr. Torquato Tapajoz. Manáos: Imprensa Oficial – Rua Municipal, 1897, p. 16.

¹⁰⁴TAPAJÓZ, Dr. Torquato. **Colonização e Imigração, Povoamento do Estado do Amazonas**: relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Fileto Pires Ferreira pelo Dr. Torquato Tapajoz. Manáos: Imprensa Oficial – Rua Municipal, 1897, p. 16-17.

brasileiros de renome, sobretudo das regiões do Centro-Sul, a escreverem equívocos sobre a Amazônia, e atuarem, assim, como um tipo de empecilho para o processo da construção do conhecimento científico, bem como na formulação de políticas civilizatórias para a região.¹⁰⁵

Em 16 de julho de 1896, o engenheiro sanitaria Torquato Tapajós, um dos filhos diletos da elite amazonense, escreveu um relatório para o então governador do Amazonas Fileto Pires. O documento apresentava caminhos, ou metodologias, que o Governo deveria adotar a fim de executar políticas migratórias no território do Estado. Para que isso ocorresse, Tapajós indicou que, antes, seriam necessários alguns requisitos: a) conhecer todas as condições do espaço do Amazonas, principalmente o seu clima; b) a instalação de hospedarias para melhor agasalhar os imigrantes; c) a escolha do imigrante que mais se encaixasse com a cultura local; d) a destruição de discursos que difamavam o clima da região, de modo a atrapalhar os projetos civilizadores. Todos esses fatores estavam interligados e na órbita do êxito do povoamento do Estado. Deste modo, a defesa e transformação do discurso sobre o clima dialoga diretamente com os interesses das elites locais no sentido de estabelecer elementos vistos como civilizadores no Amazonas.

¹⁰⁵TAPAJÓZ, Dr. Torquato. **Colonização e Imigração, Povoamento do Estado do Amazonas**: relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Fileto Pires Ferreira pelo Dr. Torquato Tapajóz. Manáos: Imprensa Oficial – Rua Municipal, 1897, p. 16,17,18.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação objetivou apresentar um problema ao leitor. Através dela, quisemos apresentá-lo, mediante uma interpretação nossa, questões ligadas aos discursos sobre o clima do Amazonas. A questão do clima que expomos neste trabalho dialoga de maneira surpreendente com a realidade amazônica atual. Pois, hoje, percebemos a existência de discursos, enroupados de diversas semânticas, sobre o clima do Amazonas.

Que amazônida nunca presenciou a fala de um turista estrangeiro ou nacional que ora elogia ora detrata o clima da região? E, mais ainda, quem nunca presenciou também a relação de amor e ódio, por assim dizer, do próprio amazonense para com o clima de seu Estado?

Esse problema nos fecundou no presente, fazendo, a partir desse norte, olharmos para as fontes com uma “problematização”. Existindo relações de continuidade e ruptura entre passado e presente, o clima do Amazonas, assim, esteve vinculado a tipos específicos de questionamentos no período das fontes que interpretamos.

Como vimos no capítulo segundo, a existência de uma querela sobre o clima da região amazônica como um todo originava de assuntos na pauta do próprio contexto da província do Amazonas, como: civilização; habitabilidade; projetos colonizadores de imigração europeia e compressão da etiologia das doenças através de teorias que tinham no ambiente seu principal causador.

Esses elementos estavam diretamente relacionados ao discurso civilizador local. Ao atribuir ao clima da região um aspecto ameaçador para a execução civilizatória desses elementos na província, com efeito, o clima foi defendido pelos administradores provinciais, de modo a fazer crer que a civilização do Amazonas, em termos gerais, dificilmente seria ameaçada pela existência dos discursos negativos que acompanhamos ao longo do trabalho.

Em geral, podemos dizer que o discurso considerado detrator alcançou diversas variações de meados do século XVIII até o final do século XIX. A partir de uma concepção evolucionista, media-se o potencial civilizatório de uma região em virtude de elementos espaciais, tendo o clima como o principal fator.

O presente discurso emergiu institucionalmente, por assim dizer, com a filosofia natural de Buffon e De Pauw, entre outros pensadores. Com a entrada do século XIX, os cientistas, sobretudo médicos adeptos da medicina neo-hipocrática, reorientam esse discurso, que ainda se baseou de certa maneira nas prerrogativas do determinismo geográfico ao estilo de Ratzel e Buckle.

Essas formas de pensar viam uma região como a Amazônia de maneira pessimista, acreditando na inviabilidade da região para a execução de projetos civilizadores à forma dos que eram feitos na Europa. Sendo um discurso já institucionalizado e detentor de poder de voz em meados do século XIX, muitos administradores de uma nova província criada no meio da floresta amazônica, a do Amazonas, diante da tarefa de colocá-la na dita marcha da civilização, viram suas intenções às vezes serem ameaçadas pela força desse discurso detrator, e, assim, atuaram em prol da defesa do clima da região, afastando o Amazonas de conceitos que o atribuíam uma fama de inóspito, intolerável e obstáculo da civilização em razão de seu clima.

Ora, talvez tenha sido um tanto inapropriado definir de “defensores” aqueles administradores que se sensibilizaram pela questão do clima do Amazonas. Mas foi esse caminho que pudemos encontrar diante de nossas possibilidades atuais no concernente à forma que a pesquisa tomou através das orientações que nos foram passadas ao longo do mestrado, bem como através da própria bibliografia existente sobre o tema (GERBI, 1996; COSTA, 2002).

Embora não interpretemos teses, mas discursos fragmentados e esparsos direcionados ao governo provincial/estadual no período estudado, foi inegável o sentido de protesto, de reclame, e às vezes talvez de defesa por parte desses personagens. Cada qual, a seu modo, os administradores da Província do Amazonas, em seus discursos, negaram aquilo que a filosofia e a ciência europeia diziam sobre o clima da região. Aqueles discursos não se aproximavam da “verdade”, sendo necessário desfazer de algum modo aquelas perspectivas equivocadas.

Neste sentido, podemos dizer ainda que a execução desta pesquisa nos levou às seguintes observações. A primeira é a de que o discurso detrator do clima dos espaços americanos, e, por extensão, amazônicos, que tinha Buffon, De Pauw, Ratzel e Buckle entre seus principais autores, foram utilizados pelos administradores da província tanto no sentido de defender, como no de confirmar sua aplicação sobre a realidade da região. Nesse exercício, visualizamos o que podemos chamar de “sintomas do forjamento” de uma identidade climática no fenômeno de uma relação dialética do discurso.

Em segundo lugar, que havia, na grande maioria dos casos, uma tendência a um estreitamento de vínculo entre os defensores do clima da região e as elites políticas locais, pois defender o clima da investida dos discursos detratores dos intelectuais europeus estava diretamente ligado à aceitação do Amazonas como um lugar propício para o recebimento de investimentos imperiais, legitimando-o também assim como um lugar que era potencialmente civilizável.

Mais ainda, podemos perceber que o discurso detrator europeu, que na verdade, no geral, buscava abranger o continente americano como um todo, ao atingir o Brasil foi redirecionado para o “Norte”, leia-se Norte e Nordeste, pelas elites intelectuais do Sul do Império. Pela diferenciação espacial entre espaços frios e quentes no Brasil, muitos intelectuais nacionais da segunda metade do século XIX afirmaram que dar atenção para lugares de clima quente não seria uma ação pertinente do ponto de vista civilizador, pois, para eles, o clima quente era sinônimo de “não civilização”; deslocando-se, assim, a atenção para as colônias temperadas do Sul.

Por fim, e quarto lugar, que a defesa do clima assume conotações diferenciadas de acordo com cada personagem. Assim, o clima aparece ligado a incidência de doenças e níveis de salubridade ou insalubridade, a número de óbitos, ao povoamento colonização e imigração, bem como a introdução de ciência e tecnologia na Amazônia.

Um dos fascínios de se fazer História é encontrado no caráter inesgotável das fontes. Dependendo da cultura histórica, das inquietações e perguntas que cada historiador pode lançar sobre uma fonte, o resultado vai trazer conclusões e, conseqüentemente, uma pesquisa diferente. Assim, podemos dizer que as fontes são inesgotáveis, uma vez que é o historiador que lança sobre elas uma pergunta que lhe é particular, retirando dali a seiva para a construção de sua interpretação (BLOCH, 2001).

Neste sentido, assim como nos baseamos em alguns trabalhos historiográficos que tangenciaram questões correlatas ao clima do Amazonas, acreditamos na possibilidade que outros trabalhos possam ser feitos através da interpretação e pesquisa empregadas nesta dissertação. Apenas nestes dois anos de mestrado pudemos perceber a surpreendente fecundidade do problema que aqui lhes trouxe, bem como a rotunda quantidade e variedades de fontes que podem ser incorporadas a essa temática (COMMAGER, 1967).

Se optamos pela interpretação de documentos da província do Amazonas, é porque esse caminho que nos foi possível percorrer consoante a fatores vinculados ao momento em que estávamos fazendo a pesquisa.

Parafraseando o que Agnello Bittencourt disse em seu “O Homem Amazonense e o Espaço”, muito ainda é preciso fazer para romper com as balelas, com os discursos preconceituosos e difamatórios que rotulam a Amazônia, seja os homens e mulheres, seja seu clima, fauna e flora, entre outras coisas (BITTENCOURT, 1969).

REFERÊNCIAS

- ABREU, Martha. “Civilização”. In: VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- ARAÚJO, Hermete Reis de. “Da Mecânica ao Motor: a ideia de natureza no Brasil no final do século XIX”. **Proj. História**. São Paulo, (23), nov. 2001, p. 151-167.
- AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda Negra, Medo Branco: o negro no imaginário das elites – século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BARROS, José D’assunção. **O Campo da História: especialidades e abordagens**. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.
- BATISTA, Djalma. **Da Habitabilidade da Amazônia**. Caderno Amazônia. Manaus: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA, 1963.
- BATISTA, Djalma. **Amazônia – Cultura e Sociedade**. Organização de Tenório Telles. Manaus: Valer/Governo do Estado do Amazonas/Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2003.
- BERTOLLI FILHO, Claudio. **História da Saúde Pública no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2008.
- BITTENCOURT, Agnello. **O Homem Amazonense e o Espaço**. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1969.
- BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário Amazonense de Biografias: vultos do passado**. Rio de Janeiro: Conquista, 1973.
- BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. **Diccionario Bibliographico Brasileiro pelo Doutor Augusto Vitorino Alves Sacramento Blake, Natural da Bahia**. 7 volumes. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883.
- BLOCH, Marc L. B. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BRAGA, Genesino. **Chão e Graça de Manaus**. Coleção Pindorama, vol. IV. Manaus: Fundação Cultural do Amazonas, 1975.
- CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. **How to Write the History of the New World: histories, epistemologies, and identities in the eighteenth-century atlantic world**. Stanford, California: Stanford University Press, 2001.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. “Mudanças Históricas e Revisões Historiográficas”. In: PASSETI, Edson; QUEIROZ, J. José; CAPELATO, Maria Helena R. (et. al). **Modernidade: globalização e exclusão**. São Paulo: USF/Editora Imaginário, 1996, p. 15-36.
- CARR, Edward Hallet. **O que é História?** Conferências George Macaulay Trevelyan proferidas por E. H. Carr na Universidade de Cambridge, janeiro-março de 1961. 3. Ed. Tradução de Lúcia Maurício de Alverga. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CATIVO, Liviane Azevedo. **O Povoamento da Amazônia na Obra de Torquato Tapajós**. Relatório de Iniciação Científica. Manaus: PIBIC/UFAM/DAP/PIB-H 0082, 2009.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

COMMAGER, Henry Steele. **Iniciação ao Estudo da História**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

COSTA, Hideraldo Lima da. **Cultura, Trabalho e Luta Social na Amazônia** – discurso dos viajantes (século XIX). Dissertação de Mestrado. PUC-SP: 1995.

COSTA, Hideraldo Lima da. **Questões à Margem do “Encontro” do Velho com o Novo Mundo**: saúde e doença no país das Amazonas (1850-1889). Tese de Doutorado. PUC-SP: 2002.

COSTA, Hideraldo Lima da. “Clima, Salubridade e Povoamento da Amazônia no Século XIX”. **XXIV Simpósio Nacional de História**. São Leopoldo: ANPUH, 2007.

COSTA, Maria de Fátima. “Paisagens Narrativas do Espaço Amazônico”. In: RAMOS, Alcides Freire; PATRIOTA, Rosângela; PESAVENTO, Sandra Jatahy (orgs.). **Imagens na História**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008, pp. 64-77.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. “Teorias médicas e gestão urbana: a seca de 1877-79 em Fortaleza.” **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, vol. 11(1): 57-74, jan. – abr. 2004.

COSTA, Kelerson Semerene. **Homens e Natureza na Amazônia Brasileira**: dimensões (1616-1920). Tese de doutorado em História. Brasília: UNB, 2002.

COSTA, Kelerson Semerene. “Quadros da Amazônia”. **Revista USP**. São Paulo, n. 91, setembro/novembro 2011, p. 171-180.

CRUZ, Oswaldo; CHAGAS, Carlos; PEIXOTO, Afrânio. **Sobre o Saneamento da Amazônia**. Manaus: Philipe Daou, 1972.

DAOU, Ana Maria. “Instrumentos e Sinais da Civilização: origem, formação e consagração da elite amazonense”. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Vol. VI (suplemento). Setembro de 2000, p. 867-888.

DAOU, Ana Maria. **A Belle Époque Amazônica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

EDLER, Flavio Coelho. “De olho no Brasil: a geografia médica e a viagem de Alphonse Rendu”. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, vol. VIII (suplemento), 2001, p. 925-943.

EDLER, Flavio Coelho. **A Medicina no Brasil Imperial**: clima, parasitas e patologia tropical. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. Trad. de Ruy Jungman. 2. ed. Vol. 1 (uma história dos costumes). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FAULHABER, Priscila; TOLEDO, Peter Mann (eds.). **Conhecimento e Fronteira: história da ciência na Amazônia**. Belém: MPEG, 2001.

FAULHABER, Priscila. “‘As estrelas eram terrena’: antropologia do clima, da iconografia e das constelações Ticuna”. **Revista de Antropologia**. São Paulo: USP, v. 47, nº 2, 2004, p. 379-426.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem Filosófica ao Rio Negro**. Belém: MPEG, 1983.

- FERREIRA, Luiz Otávio. “Introdução: José Francisco Xavier Sigaud e a tradução local do higienismo”. In: SIGAUD, J. F. X. **Do Clima e das Doenças do Brasil ou a Estatística Médica deste Império**. Trad. de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.
- FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem Filosófica ao Rio Negro**. Belém: MPEG, 1988.
- FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 8. ed. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: FORENSE, 2012.
- FREITAS, M.; MEUNIER, O.; ALLOUFA, J.; SILVA FREITAS, M. (et al.). **Amazônia: a natureza dos problemas e os problemas da natureza**. Manaus: EDUA, 2005.
- FREYRE, Gilberto. **Nôvo Mundo nos Trópicos**. Trad. de Olívio Montenegro e Luiz de Miranda Corrêa. (Coleção Brasileira, vol. 348). São Paulo: Editora Nacional/Editora da USP, 1971.
- FRITZEN, Celdon. **Mito e Luzes em Representações da Amazônia**. Tese de Doutorado em Teoria e História Literária. Campinas, SP: Unicamp, 2000.
- GERBI, Antonello. **La Naturaleza de las Indias Nuevas: de Cristóbal Colón a Gonzalo Fernández de Oviedo**. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.
- GERBI, Antonello. **O Novo Mundo: História de uma polêmica (1750-1900)**. Tradução de Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- GERBI, Antonello. **La Disputa del Nuevo Mundo: história de una polémica (1750-1900)**. Tradução de A. Alatorre. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.
- GOELDI, Emilio A. **Alexandre Rodrigues Ferreira**. Brasília, Editora da UNB, 1982.
- GONDIM, Neide. **A Invenção da Amazônia**. 2. Ed. Manaus: Valer, 2007.
- HOLANDA, Sergio Buarque de. **Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000.
- KURY, Lorelai. “Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem”. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, vol. VIII (suplemento), 2001, p. 865.
- LA CONDAMINE, Charles-Marie de. **Viagem na América Meridional Descendo o Rio das Amazonas**. (Coleção O Brasil Visto por Estrangeiros). Brasília: Senado Federal, 2000.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1994.
- LIMA, Regina Márcia. **A Província do Amazonas e o Sistema Político do Segundo Reinado**. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1978.
- LIMA, Araújo. **Amazônia – a terra e o homem**. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 2001.
- LIMA, Carla Oliveira de. **Natureza, Cultura e Imaginário nos Relatos de Alfred Russel Wallace, Louis Rodolph Agassiz e Elizabeth Cabot Cary Agassiz**. Dissertação de Mestrado em História. Manaus: UFAM, 2008.
- JOBIM, Anísio. **A Intelectualidade no Extremo-Norte: contribuição para a história da literatura no Amazonas**. Manaus: Livraria Clássica, 1934.
- MELLO E SOUZA, Laura de. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz. Feitiçaria e Religiosidade Popular no Brasil Colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

MOOG, Clodomir Vianna. **O Ciclo do Ouro Negro**: impressões da Amazônia. Porto Alegre: Livraria Globo, 1936.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia**: pequena história crítica. 14. ed. São Paulo: HUCITEC, 1995.

MORAIS, Rosa Helena de Santana Girão de. “Raça, clima e doença: a viagem de Alphonse Rendu para o Brasil (1844-1845)”. **Revista Territórios & Fronteiras**. Cuiabá, vol. 6, n. 2, jul.-dez., 2013, p. 35-59.

MURARI, Luciana. **Natureza e Cultura no Brasil (1870-1922)**. São Paulo: Alameda, 2009.

PINTO, Renan Freitas. “As Representações Científicas da Amazônia: o lugar das etnociências”. In: FREITAS, Marcílio (org.). **Amazônia: a natureza dos problemas e os problemas da natureza**. Volume 1. Manaus: Editora da UFAM, 2005, p. 169-193.

PINTO, Renan Freitas; BASTOS, Élide Rugai (orgs.). **Vozes da Amazônia**: investigação sobre o pensamento social brasileiro. Manaus: Editora da UFAM, 2007.

PINTO, Renan Freitas. **Viagem das Ideias**. 2. Ed. Manaus: Valer, 2008.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Trad. de Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 1998.

PRATT, Mary Louise. **Ojos Imperiales**: literatura de viajes y transculturación. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2011.

PRATT, Mary Louise. **Olhos do Império**: relatos de viagem e transculturação. São Paulo: Edusc, 1999.

RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar** – a utopia da cidade disciplinar, Brasil (1890-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAMINELLI, Ronald. “Ciência e Colonização – Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira”. **Tempo**. Volume. 3., n. 6. 1998, p. 157-182.

RAMINELLI Ronald. “Charles de La Condamine”. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

REIS, Arthur César Ferreira Reis. **Temas Amazônicos**. Manaus: s/ed.: 1983.

ROOSEVELT, Anna C. “Arqueologia Amazônica”. Tradução de John Manuel Monteiro. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1992, p. 53-86.

RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica**. Teoria da história: fundamentos da ciência histórica. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora UNB, 2010.

SAFIER, Neil. “Como era ardiloso o meu francês: Charles-Marie de La Condamine e a Amazônia das Luzes”. Trad. de Manuel Amaral Bueno. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 29, nº 57, 2009, p. 91-114.

SAFIER, Neil. **Measuring the New World: enlightenment science and South America**. Chicago: University of Chicago Press, 2008.

SANTOS, Roberto. **História Econômica da Amazônia (1890-1920)**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças**: cientistas, instituições e questão racial. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SCHWEICKARDT, Julio. **Ciência, Nação e Região**: as doenças tropicais e o saneamento do Estado do Amazonas (1890-1930). Tese de Doutorado. Manaus: Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz, 2009.

SCHWEICKARDT, Julio; LIMA, Nísia Trindade. “Do ‘inferno florido’ à esperança do saneamento: ciência, natureza e saúde no estado do Amazonas durante a Primeira República (1890-1930)”. **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi**. (Ciências Humanas). Belém, v. 5, n. 2, maio-agosto 2010, p. 399-415.

SCHWEICKARDT, Julio; LIMA, Nísia Trindade. “Os cientistas brasileiros visitam a Amazônia: as viagens científicas de Oswaldo Cruz e Carlos Chagas (1910-1913)”. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, vol. 14, suplemento, dezembro de 2007, p. 15-50.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 4. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

SIGAUD, J. F. X. **Do Clima e das Doenças do Brasil ou a Estatística Médica deste Império**. Trad. de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

SILVA, Adriano Wagner da; SIMONINI, Yuri; FERREIRA, Angela Lúcia. “Engenheiros Criadores de Chuva: a ‘Escola Plurívera’ e o ‘Gargalheiras’”. **III Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico. I Encontro Nacional de Geografia Histórica, 5 a 10 de Novembro de 2012**. S/L., S/Ed., S/D.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **Republicanism e Federalismo**. Brasília: UFPB, 1978.

SIMONINI, Yuri. **Ribeira, Técnica Versus Natureza**: transformações em prol de um projeto de modernização (1860-1932). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Natal, RN: 2010.

STAROBINSKI, Jean. **As Máscaras da Civilização**. Trad. de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

UGARTE, Auxiliomar Silva. **Sertões de Bárbaros**: o mundo natural e as sociedades indígenas da Amazônia na visão dos cronistas ibéricos – séculos XVI-XVII. Manaus: Valer, 2009.

VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical**: história cultural e polêmicas literárias no Brasil (1870-1914). São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

VILLANOVA, Simone. “Entre a Barbárie e a Civilização: o teatro de palha na visão do viajante Robert Avé-Lallement”. In: CARVALHO JUNIOR, Almir Diniz de; NORONHA, Nelson Matos de (orgs.). **A Amazônia dos Viajantes**: história e ciência. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2011a, p. 105-123).

VILLANOVA, Simone. “Pescas, Piqueniques, Banhos, a Cultura e os Lazeres Locais no Olhar dos Viajantes do Século XIX”. In: CARVALHO JUNIOR, Almir Diniz de; NORONHA, Nelson Matos de (orgs.). **A Amazônia dos Viajantes**: história e ciência. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2011b, p. 125-145).

WEINSTEIN, Bárbara. **A Borracha na Amazônia**: expansão e decadência (1850-1920). São Paulo: Hucitec, 1993.

<http://bleacherreport.com/articles/1876975-mayor-in-brazil-doesnt-want-england-in-city-for-worldcupslams-roy-hodgson/>>. Acesso em 10/01/2014.

FONTES

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Falla com que o Snr. Vice Presidente da Provincia o Doutro Manoel Gomes Corrèa de Miranda, Installou no Dia 1º de Outubro de 1852, a Sessão Extraordinaria da Assembleia Legislativa da Provincia do Amazonas. Capital do Amazonas. – Typ. de M. da S. Ramos, rua de Manaus caza n.º -; 1852.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Relatorio que, em Seguida ao do Exm.º Snr. Presidente da Provincia do Pará, e em Virtude da Circular de 11 de Março de 1848, Fez sobre o Estado da Provincia do Amazonas, Depois da Installação della, e de haver tomado posse o seu 1.º Presidente o Exm.º Snr. Joaõ Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha. Amazonas. – Typ. de M. da S. Ramos. – 1852.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Exposição Apresentada ao Exm.º Presidente da Provincia do Amazonas, João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha por Occasião de Seguir para a Mesma Provincia, pelo Exm.º Presidente da do Grão Pará, Dr. Fausto Augusto de Aguiar, em 9 de Dezembro de 1851. Pará: Typ. de Santos & Filhos, 1851.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Falla Dirigida a’ Assembleia Legislativa da Provincia do Amazonas, na Abertura da Primeira Sessão Ordinaria da Primeira Legislatura pelo Exm.º Vice-Presidente da Mesma Provincia, o Dr. Manoel Gomes Corrèa de Miranda, em 5 de Setembro de 1852. Capital do Amazonas: Typ. de M. de S. Ramos, rua de Manaus, 1852.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Falla Dirigida á Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas, no Dia 1.º de Outubro de 1853, em que se Abrio a sua 2.ª Sessão Ordinaria, pelo Presidente da Provincia, o Conselheiro Herculano Ferreira Penna. Amazonas. – Typographia de M. S. Ramos, 1853.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Relatorio Apresentado ao Illm.º Exm.º Sñr. Conselheiro Herculano Ferreira Penna, Presidente da Provincia do Amazonas, pelo 1.º Vice-Presidente o Illm.º e Exm.º Snr. Dr. Manoel Gomes Corrêa de Miranda, em Virtude do Aviso da Secretaria D’Estado dos Negocios do Imperio de 11 de Março de 1848. Capital do Amazonas: Typographia de Manoel da Silva Ramos, Rua de Manáus: 1853.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Falla Dirigida a’ Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas, no Dia 1.º de Agosto de 1854, em que se Abrio a sua 3.ª Sessão Ordinaria, pelo Presidente da Provincia, o Conselheiro Herculano Ferreira Penna. Barra do Rio Negro: Typographia de M. S. Ramos, Rua da Palma, 1854.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Exposição Feita ao Exm.º 1.º Vice-Presidente da Provincia do Amazonas o Dr. Manoel Gomes Corrêa de Miranda, pelo Presidente o Conselheiro Herculano Ferreira Penna, por Occasiao de Passar-lhe a Administração da Mesma Provincia, em 11 de Março de 1855. Cidade da Barra: Typographia de Manoel da Silva Ramos – Rua da Palma, 1855.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Falla Dirigida a Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas, no Dia 3 de Maio de 1855, em que Abrio a sua 4.ª Sessão Ordinaria, pelo

Vice-Presidente da Provincia, o Doutor Manoel Gomes Correa de Miranda. Cidade da Barra: Typographia de Manoel da Silva Ramos – Rua da Palma, 1855.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Exposição Feita ao Excellentissimo Senhor Presidente da Provincia do Amazonas, o Doutor João Pedro Dias Vieira, pelo 1.º Vice Presidente Doutor Manoel Gomes Correa de Miranda, por Occasião de Passar-lhe a Administração da Mesma Provincia em 28 de Janeiro de 1856. Cidade de Manáos: Typographia de F. J. da S. Ramos, 1856.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Relatorio Apresentado á Assembleia Legislativa Provincial, pelo Excellentissimo Senhor Doutor João Pedro Dias Vieira, Dignissimo Presidente desta Provincia, no dia 8 de Julho de 1856, por Occasião da Primeira Sessão Ordinaria da Terceira Legislatura da Mesma Assembléa. Barra do Rio Negro: Typ. de F. J. S. Ramos, 1856.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Exposição Feita ao Exm.º Snr. 1.º Vice-Presidente da Provincia do Amazonas o Dr. Manoel Gomes Corrêa de Miranda, pelo Presidente o Doutor João Pedro Dias Vieira por Occasião de Passar-lhe a Administração da Mesma Provincia em 26 de Fevereiro de 1857. Manáos: Typ. de Francisco José da Silva Ramos, s/d.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Exposição Feita ao Exm.º Snr. Angelo Thomas do Amaral, Presidente da Provincia do Amazonas, pelo 1.º Vice Prezidente da Mesma, Dr. Manoel Gomes Correa de Miranda, por Occasião de Passar-lhe a Administração da Mesma Provincia, em 12 de Março de 1857. Cidade de Manáos: Typographia de Francisco José da Silva Ramos, s/d.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Falla Dirigida á Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas em o 1.º de Outubro de 1857 pelo Presidente da Provincia Angelo Thomaz do Amaral. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1858.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Relatorio que a' Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas Apresentou na Abertura da Sessão Ordinaria em o Dia 7 de Setembro de 1858. Francisco José Furtado, Presidente da Mesma Provincia. Manaus: Typographia de Francisco José da Silva Ramos, 1858.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Relatorio que a' Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas Apresentou na Abertura da Sessão Ordinaria em o Dia 3 de Maio de 1859. Francisco José Furtado, Presidente da Mesma Provincia. Manáos: Typographia de Francisco José da Silva Ramos, 1859.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Exposição Apresentada ao Exmo. Sñr. Dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha, Presidente do Amazonas pelo 1.º Vice Presidente da Mesma o Exm.º Senr. Dr. Manoel Gomes Corrêa de Miranda, por Occasião de Passar-lhe a Administração da Mesma Provincia em 24 de Novembro de 1860. Manáos: Typographia de Francisco José da Silva Ramos, s/d.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Falla Dirigida a Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas na Abertura da 1.ª Sessão Ordinaria da 5.ª Legislatura no Dia 3 de Novembro de 1860 pelo 1.º Vice Presidente em Exercicio o Exm.º Senr. Dr. Manoel Gomes Corrêa de Miranda. Manáos: Typographia de Francisco José da Silva Ramos, s/d.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Falla Dirigida a a' Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas na Abertura da 2.ª Sessão Ordinaria da 5.ª Legislatura no Dia 3 de Maio de 1864 pelo Presidente da Mesma o Exm.º Senr. Dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha. Manáos: Typographia de Francisco José da Silva Ramos, s/d.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Relatório Apresentado a' Assembleia Legislativa da Provincia do Amazonas pelo Exm.º Senr. Dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha Presidente da Mesma Provincia na Sessão Ordinaria de 3 de Maio de 1862. Pará: Impresso na Typographia de Frederico Carlos Rhossard, Travessa de S. Matheus, Casa n.º 22, 1862.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Relatório Apresentado na Abertura da 2ª Sessão da Assembléa Legislativa Provincial da Provincia do Amasonas pelo Exm. Snr. Dr. Sinval Odorico de Moura, Presidente da Mesma Provincia. s/l; s/ed; s/d.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Relatórios com que o Exm. Sr. Dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha, Presidente da Provincia Passou a Administração ao Primeiro Vice-Presidente Exm. Snr. Dr. Manoel Gomes C. de Miranda, e com que o Exm. Snr. Dr. Sinval Odorico de Moura Abriu a Segunda Sessão da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas, 1864.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Relatório Apresentado a' Assembléa Legislativa da Provincia do Amazonas na Sessão Ordinaria do 1.º de Outubro de 1864, pelo Dr. Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, Presidente da Mesma Provincia. Pernambuco: Typographia de Manoel Figueroa de Faria & Filho, 1864.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Relatório com que o Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Dr. Adolpho de Barros Cavalcanti de A. Lacerda Entregou a Administração da Provincia do Amazonas ao Illm. E Exm. Sr. Tenente Coronel Innocencia Eustaquio Ferreira de Araujo. Recife: Typ. do Jornal do Recife, 1865.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Discurso com que o Exm. Sr. 1.º Vice-Presidente da Provincia Tenente Coronel Sebastião Joze Bazilio Pyrrho Abriu a Assembléa Legislativa Provincia do Amazonas no Dia 15 de Maio de 1867. Manaos: Typographia do Amazonas de A. da C. Mendes, Rua da Palma, canto da Travessa da União – Ao Aterro, 1868.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Exposição com que o Presidente da Provincia do Amazonas Dr. Antonio Epaminondas de Mello Passou a Administração ao 1.º Vice-Presidente Tenente-Coronel Sebastião Jozé Bazilio Pyrrho em 30 de Abril de 1867. Manaos: Typographia do Amazonas de A. da C. Mendes, Rua da Palma, canto da Travessa da União – Ao Aterro, 1868.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Exposição com que o Exm.º Sr. 2.º Vice Presidente da Provincia do Amazonas, Tenent-Coronel Joze Bernardo Michiles Passou a Administração da Mesma ao Exm.º Sr. Presidente Dr. José Coelho da Gama e Abreo no Dia 25 de Novembro de 1867. Manaos: Typographia do Amazonas de A. da C. Mendes, Rua da Palma, Canto da Travessa da União, Ao Aterro, 1868.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Relatório com que o Exm.º Sr. 1.º Vice Presidente da Provincia do Amazonas, Tenente Coronel Sebastião Joze Bazilio Pyrrho Passou a Administração da Mesma ao Exm. Sr. 5.º Vice-Presidente João Ignacio Rodrigues do Carmo no dia 9 de Setembro de 1867. Manaos: Typographia do Amazonas de A. da C. Mendes, Rua da Palma, Canto da Travessa da União – Ao Aterro, 1868.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Relatório com que o Exm.º Sr. 5.º Vice-Presidente da Provincia do Amazonas João Ignacio Rodrigues do Carmo Passou a Administração da Mesma ao Exm.º Sr. 2.º Vice-Presidente Tenente-Coronel Joze Bernardo Michiles, no Dia 25 de Setembro de 1867. Manaos: Typographia do Amazonas de A. da C. Mendes, Rua da Palma, Canto da Travessa da União – Ao Aterro, 1868.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Exposição com que o Exm.º Snr. Dr. Jacintho Pereira do Rego Passou a Administração da Provincia do Amazonas no Dia 24 de Agosto de 1868 o Exm.º Sr. Coronel Leonardo Ferreira Marques 1.º Vice-Presidente da Mesma Provincia. Manaos: Typographia do Amazonas de Antonio da Cunha Mendes, 1869.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Expozição com que o Exm.º Presidente Provincia do Amazonas Dr. Jozé Coelho da Gama e Abreo Passou a Administração da Mesma ao Exm.º Sr. Presidente Jacintho Pereira do Rego no Dia 9 de Fevereiro de 1868. Manaos: Typographia do Amazonas de A. da C. Mendes, Rua da Palma, Canto da Travessa da União – Ao Aterro, 1868.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Relatorio com que o Exm.º Sr. Presidente da Provincia Dr. Jacintho Pereira do Rego Abriu a Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas no Dia 1.º de Junho de 1868 Manaos: Typographia do Amazonas de A. da C. Mendes, Rua da Palma, Canto da Travessa da União – Ao Aterro, 1868.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Relatorio com que o Exm.º Sr. 1.º Vice-Presidente Coronel Leonardo Ferreira Marques Passou a Administração da Provincia do Amazonas ao Exm.º Sr. Presidente da Mesma Tenente-Coronel João Wilkens de Mattos no Dia 26 de Novembro de 1868. Manaos: Typographia do Amazonas de Antonio da Cunha Mendes, 1869.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Relatorio com que o Exm.º Sr. Presidente da Provincia do Amazonas, Tenente-Coronel João Wilkens de Mattos, Abrio a Assembléa Legislativa Provincial no Dia 4 de Abril de 1869. Manáos: Typographia do Amazonas de Antonio da Cunha Mendes, Rua da Palma, Canto da Travessa da União – Ao Aterro, 1869.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Exposição Lida pelo Exm. Snr. Tenente-Coronel João Wilkens de Mattos ao Passar a Administração da Provincia ao Exm. Sr. 3.º Vice-Presidente Clementino José Pereira Guimarães em 8 de Abril de 1870. Manaos: Typographia do Amazonas de A. da C. Mendes, Rua da Palma, Canto da Travessa da União – Ao Aterro, 1870.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Relatorio Lido pelo Exm.º Sr. Presidente da Provincia do Amazonas Tenente-Coronel João Wilkens de Mattos na Sessão D'Abertura da Assembléa Legislativa Provincial a' 25 de Março de 1870. Manaos: Impresso na Typographia do Amazonas de Antonio da Cunha Mendes, 1870.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Relatório Apresentado ao Illm. e Exm. Sr. Presidente da Provincia do Amasonas, Dr. José de Miranda da Silva Reis, pelo Director das Obras Publicas da Mesma Provincia, Luiz Martins da Silva Coutinho. Manáos: Impresso na Typographia de Gregorio José de Moraes, 1871.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Relatorio que a' Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas Apresentou, no Acto da Abertura das Sessões Ordinarias de 1871, o Presidente B,el Jose' de Miranda da Silva Reis. Manáos: Impresso na Typographia do Amazonas de Antonio da Cunha Mendes, Rua da Palma, Canto da Travessa da União, 1871.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Exposição com que ao Exm. Sr. Dr. Domingos Monteiro Peixoto Passou a Administração da Provincia do Amazonas o Exm. Sr. General Dr. José de Miranda da Silva Reis no Dia 8 de Julho de 1872. Manáos: Impresso na Typ. de Gregorio Jose de Moraes, Rua Henrique Martins, 1872.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Relatorio Apresentado a Assembléa Legislativa Provincial do Amasonas na Primeira Sessão da 11.ª Legislatura no Dia 25 de Março de 1872 pelo Presidente da Provincia o Exm.º Sr. General Dr. José de Miranda da Silva

Reis. Manáos: Impresso na Typographia de Gregorio José de Moraes, Rua de Henrique Martins N. 5, 1872.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Falla Dirigida á Assembléa Legislativa Provincial do Amasonas na Segunda Sessão da 11.^a Legislatura, em 25 de Março de 1873 pelo Presidente da Provincia Bacharel Domingos Monteiro Peixoto. Manáos: Impresso na Typ. do Commercio do Amazonas de Gregorio Joze de Moraes, 1873.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Relatorio Apresentado ao Exm. Sr. Presidente da Provincia Domingos Monteiro Peixoto pelo Dr. Aprigio Martins de Menezes, Encarregado da Enfermaria dos Variolosos. Manáos: Impresso na Typographia do Commercio do Amazonas, 1874.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Relatorio Apresentado ao Exm. Sr. Dr. Presidente da Provincia Domingos Monteiro Peixoto pelo Director das Obras Publicas Joaquim Leovigildo de Souza Coelho. Manáos: Impresso na Typographia do Commercio do Amazonas, 1874.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Falla Dirigida á Assembléa Provincial do Amasonas na Primeira Sessão da 12.^a Legislatura, em 25 de Março de 1874 pelo Presidente da Provincia Bacharel Domingos Monteiro Peixoto. Manáos: Impresso na Typ. do Commercio do Amazonas, 1874.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Falla Dirigida a Assembleia Legislativa Provincial do Amasonas na Segunda Sessão da 12.^a Legislatura em 29 de Março de 1875 pelo Exm.^o Sr. 1.^o Vice-Presidente Capitão de Mar e Guerra Nuno Alves Pereira de Mello Cardoso, Acompanhado do Relatorio com que no Dia 16 de Março de 1875 lhe Passou a Administração da Provincia o Exm.^o Snr. Dr. Domingos Monteiro Peixoto. Manáos: Impresso na Typographia do Commercio do Amazonas de Gregorio José de Moraes, 1875.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Relatorio com que o Exm. Sr. Dr. Domingos Monteiro Peixoto Entregou a Administração da Provincia ao Exm. Sr. 1.^o Vice-Presidente Capitão de Mar e Guerra Nuno Alves Pereira de Mello Cardoso em 16 de Março de 1875. Manáos: Impresso na Typ. do Commercio do Amazonas, 1875.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Relatorio Apresentado ao Presidente da Provincia Exm. Sr. Dr. Antonio dos Passos Miranda, pelo 1.^o Vice-Presidente Capitão de Mar e Guerra Nuno Alves Pereira de Mello Cardoso, por Occasião do Passar a Administração da Provincia, em 7 de Julho de 1875. Manaus: Impresso na Typographia do Jornal do Amazonas, 1875.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Relatorio Apresentado ao Exm.^o Sr. Presidente da Provincia do Amasonas Dr. Domingos Monteiro Peixoto pelo Inspector do Tesouro Publico Provincial Thomas Luiz Sympson, em 27 de Fevereiro de 1875. Manáos: Impresso na Typ. do Commercio do Amazonas de G. J. de Moraes, 1875.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Exposição que Fez o Exm.^o Snr. Vice Presidente da Provincia do Amazonas Nunes Alves Pereira de Mello Cardoso ao Exm.^o Sñr. Presidente Dr. Domingos Jacy Monteiro Entregando-lhe a Administração em 26 de Julho de 1876. Manáos: Impresso na Typographia do Jornal do Amazonas a rua do Imperador, 1876.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Relatorio Apresentado a Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas na 1.^a Sessão da 13.^a Legislatura em 25 de Março de 1876 pelo Excellentissimo Senhor Presidente da Provincia Dr. Antonio dos Passos Miranda. Pará: Typ. do Diario do Gram-Pará – Imp. Raymundo Gonçalves, 1876.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Falla com que o Exm.^o Señor. Presidente da Provincia do Amazonas Dr. Agesilão Pereira da Silva Abrio os Trabalhos da 2.^a Sessão da 13.^a Legislatura da Assembléa da Mesma Provincia em 4 de Junho de 1877. Manáos: Impresso na Typographia do Jornal do Amazonas á Rua do Imperador, 1877.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Relatorio ao Exm.^o Sr. Dr. Agesilão Pereira da Silva, Presidente da Provincia do Amazonas, pelo Dr. Domingos Jacy Monteiro Depois de Ter Entregue a Administração da Provincia em 16 de Maio de 1877. Manáos: Typ. do Amazonas de José Carneiro dos Santos, 1878.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Exposição com que o Exm. Sr. 2.^o Vice-Presidente da Provincia Major Gabriel Antonio Ribeiro Guimarães Passou a Administração da Mesma ao Exm.^o Sr. 1.^o Vice Presidente, Capitão Guilherme José Moreira, Acompanhada da com que Este a Passou ao Exm.^o Sr. Barão de Maracajú. Manáos: Typ. do Amazonas. Imp. Hildebrando Luiz Antony, 1878.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Exposição Apresentada ao Exm. Señor. 2.^o Vice-Presidente da Provincia do Amazonas, Major Gabriel Antonio Ribeiro Guimarães, pelo Dr. Agesilão Pereira da Silva. Manáos: Impresso na Typographia do Jornal do Amazonas, 1878.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Falla com que Abrio no Dia 25 de Agosto de 1878 a 1.^a Sessão da [restante ilegível] da Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas o Exm.^o Sr. Barão de Maracajú, Presidente da Provincia. Manáos: Impresso na Typ. do Amazonas por Hildebrando Luiz Antony, 1878.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Exposição com que o Exm.^o Sr. Dr. Romualdo de Souza Paes d'Andrade, 1.^o Vice-Presidente da Provincia do Amazonas, Entregou a Administração ao Exm.^o Sr. Tenente-Coronel José Clarindo de Queiroz, em 15 de Novembro de 1879. Manáos: Impresso na Typographia do Amazonas de José Carneiro dos Santos, por Hildebrando Luiz Antony, Rua de Marcilio Dias, casa n.^o 11, 1879.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Exposição com que o Exm.^o Sr. Barão de Maracajú, Presidente da Provincia do Amazonas, Entregou a Administração em 28 de Agosto de 1879 ao Exm.^o Sr. Dr. Romualdo de Souza Paes d'Andrade. Manáos: Impresso na Typographia do Amazonas, de José Carneiro dos Santos, por Hildebrando Luiz Antony, Ruade Marcilio Dias, casa n.^o 11, 1879.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Exposição com que o Exm.^o Sr. Tenente Coronel José Clarindo de Queirós, Passou a Administração da Provincia em 26 de Junho de 1880 ao Exm. Snr. Dr. Satyro de Oliveira Dias, Presidente do Amazonas. Manáos: Impresso na Typ. do Commercio do Amazonas, Rua Henrique Martins, n.^o 18, 1880.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Falla com que o Exm. Sr. Dr. Satyro de Oliveira Dias, Presidente da Provincia do Amazonas, Abriu a Sessão Extraordinaria da Assembléa Legislativa Provincial em 1.^o de Outubro de 1880. Manáos: Typographia do Amazonas de José Carneiro dos Santos, á praça 28 de Setembro, Impressor Hildebrando Luiz Antony, 1881.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Relatorio com que o Exm.^o Sr. Tenente Coronel José Clarindo de Queiroz, Presidente da Provincia do Amazonas, Abriu a 1.^a Sessão da 15.^a Legislatura da Assembléa Legislativa Provincial, em 31 de Março de 1880. Manáos: Impresso na Typ. do Amazonas, de José Carneiro dos Santos, á Praça 28 de Setembro, 1880.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Relatorio com que o Exm.^o Sr. Tenente Coronel José Clarindo de Queiroz, Presidente da Provincia do Amazonas, Abriu a Sessão Extraordinaria da Assembléa Legislativa Provincial, em 14 de Janeiro de 1880. Manáos:

Impresso na Typographia do Amasonas, de José Carneiro dos Santos, por Manoel Clarismundo do Nascimento, Rua de Marcilio Dias, n. 11, 1880.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Exposição com que o Exm.º Sr. Dr. Satyro de Oliveira Dias, Ex-Presidente da Provincia do Amazonas, Passou a Administração da Mesma ao Exm.º Sr. Dr. Alarico José Furtado, em 16 de Maio de 1881. Manáos: Typ. do Amazonas de José Carneiro dos Santos, Praça 28 de Setembro, 1882.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Falla com que o Exm. Sr. Dr. Satyro de Oliveira Dias, Presidente da Provincia do Amazonas, Abriu a 2.ª Sessão da 15.ª Legislaturada Assembléa Provincial em 4 de Abril de 1881. Manáos: Typographia do Amazonas de José Carneiro dos Santos, á Praça 28 de Setembro – Impressor Hildebrando Luiz Antony, 1881.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Falla com que o Exm.º Senr. Dr. Alarico José Furtado Abrio a Sessão Extraordinaria da Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas, em 27 de Agosto de 1881. Manáos: Typ. do Amazonas de José Carneiro dos Santos, á Praça 28 de Setembro, 1882.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Relatorio com que em 17 de Março de 1882 o 2.º Vice-Presidente da Provincia do Amazonas Dr. Romualdo de Souza Paes de Andrade Entregou a Administração ao Dr. José Lustosa da Cunha Paranaguá. s/l; s/ed; s/d.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Exposição com que o Ex-Presidente do Amazonas, Exm. Sr. Dr. Alarico José Furtado Passou a Administração da Provincia ao 2.º Vice-Presidente Exm. Sr. Dr. Romualdo de Sousa Paes de Andrade. s/l; s/ed; s/d.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Relatorio Apresentado a Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas na Abertura da Segunda Sessão da Decima Sexta Legislatura em 25 de Março de 1883 pelo Presidente José Lustosa da Cunha Paranaguá. Manáos: Impresso na Typ. do Amazonas de José Carneiro dos Santos, Praça Vinte e Oito de Setembro, 1883.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Exposição Apresentada a Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas na Abertura da Primeira Sessão da Decima Setima Legislatura em 25 de Março de 1884 pelo Presidente Dr. Theodoreto Carlos de Faria Souto. Manáos: Impresso na Tip. do Amazonas de José Carneiro dos Santos, Praça Vinte Oito de Setembro, 1884.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Exposição com que o Coronel Guilherme José Moreira, 1.º Vice-Presidente da Provincia do Amazonas, Entregou a Administração da Mesma ao Presidente Dr. Theodoreto Carlos de Faria Souto em 11 de Março de 1884. Manáos: Imp. Na Typ. do Amazonas de J. C. dos Santos, Praça Vinte e Oito de Setembro, 1884.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Exposição com que o Ex-Presidente da Provincia do Amazonas, Dr. Theodoreto Carlos de Faria Souto, Entregou a Administração da Mesma ao Tenente-Coronel Joaquim José Paes da Silva Sarmento, em 12 de Julho de 1884. Manáos: Imp. Na Typ. do Amazonas de J. C. dos Santos, Praça Vinte e Oito de Setembro, 1885.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Exposição com que o Tenente Coronel Joaquim José Paes da Silva Sarmento, 2.º Vice Presidente da Provincia do Amazonas, Entregou a Administração da Mesma, ao Dr. Jose Jansen Ferreira Junior em 11 de Outubro de 1884. Manáos: Typ do Amazonas de José Carneiro dos Santos, Praça 28 de Setembro, 1885.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Relatorio com que o Presidente da Provincia do Amazonas, Dr. José Lustosa da Cunha Paranaguá, Entregou a Administração da

Mesma Província ao 1.º Vice-Presidente Coronel Guilherme José Moreira em 16 de Fevereiro de 1884. Manáos: Imp. Na Typ. do Amazonas de J. C. dos Santos, Praça Vinte e Oito de Setembro, 1884.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Exposição com que o Ex-Presidente do Amazonas Exm. Sr. Dr. José Jansen Ferreira Junior Passou a Administração da Província ao 1.º Vice-Presidente Exm. Sr. Tenente-Coronel Clementino José Pereira Guimarães em 21 de Setembro de 1885. s/l; s/ed; s/d.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Exposição com que o Exm. Sr. 1.º Vice-Presidente Tenente-Coronel Clementino José Pereira Guimarães Passou a Administração da Província ao Exm. Sr. Dr. Ernesto Adolpho de Vasconcellos Chaves em 28 de Outubro de 1885. s/l; s/ed; s/d.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Falla que o Exm. Sr. Dr. José Jansen Ferreira Junior, Presidente da Província do Amazonas, Dirigiu á Assembléa Legislativa Provincial por Occasião da Installação da 2.ª Sessão da 17.ª Legislatura, em 25 de Março de 1885. Manáos: Typ. do Amazonas de José Carneiro dos Santos, Praça Vinte e Oito de Setembro, 1885.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Relatorio com que o Exm. Sr. Dr. Ernesto Adolpho de Vasconcellos Chaves, Presidente da Província do Amazonas, Installou a 1.ª Sessão da 18.ª Legislatura da Assembléa Legislativa Provincial no Dia 25 de Março de 1886. Manáos: Impresso na Typographia do Jornal do Amazonas de Antonio Fernandes Bugalho, 1886.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Exposição com que o Exm. Sr. Dr. Ernesto Adolpho de Vasconcellos Chaves Passou a Administração da Província do Amazonas ao Exm. Sr. Tenente-Coronel Clementino José Pereira Guimarães, 1.º Vice-Presidente da Mesma, em 10 de Janeiro de 1887. Manáos: Impresso na Typographia do Jornal do Amazonas de Antonio Fernandes Bugalho, 1887.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Exposição com que o Exm. Sr. 1.º Vice-Presidente Commendador Clementino José Pereira Guimarães Devia Installar no Dia 10 de Março de 1887 a Sessão Extraordinaria da Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas. s/l; s/ed; s/d.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Exposição com que o Exm. Sr. 1.º Vice-Presidente da Província Commendador Clementino José Pereira Guimarães Passou a Administração no Dia 23 de Março de 1887 a S. Exc. O Sr. Coronel de Engenheiros Conrado Jacob de Niemeyer. s/l; s/ed; s/d.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Relatorio com que o Exm. Sr. Coronel Conrado Jacob de Niemeyer, Presidente da Província do Amazonas, Installou a 2.ª Sessão da 18.ª Legislatura da Assembléa Legislativa Provincial em 25 de Março de 1887. Manáos: Impresso na Typographia do Jornal do Amazonas de Antonio Fernandes Bugalho, 1887.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Exposição com que o Exm. Sr. Coronel Conrado Jacob de Niemeyer Passou a Administração da Província do Amazonas ao Exm. Sr. Coronel Francisco Antonio Pimenta Bueno em 10 de Janeiro de 1888. Manáos: Impresso na Typ. do Commercio do Amazonas, 1888.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Exposição com que o Exm. Sr. Coronel Francisco Antonio Pimenta Bueno Passou a Administração da Província do Amazonas ao Exm. Sr. 2.º Vice-Presidente Tenente-Coronel Antonio Lopes Braga em 12 de Junho de 1888.

Manáos: Impresso na Typographia do Jornal do Amazonas de Antonio Fernandes Bugalho, 1888.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Exposição com que o Exm. e Rvdm. Sr. Conego Raymundo Amancio de Miranda Passou a Administração da Provincia do Amazonas ao Exm. Sr. Dr. Joaquim Cardoso de Andrade em 12 de Junho de 1888. Manáos: Impresso na Typographia do Jornal do Amazonas de Antonio Fernandes Bugalho, 1888.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Exposição com que ao Exm. e Rvdm. Sr. Conego Raymundo Amancio de Miranda, 3. Vice-Presidente, Passou a Administração da Provincia do Amazonas ao Exm. Sr. 2.º Vice-Presidente Tenente Coronel Antonio Lopes Braga em 2 de Julho de 1888. Manáos: Impresso na Typographia do Jornal do Amazonas de Antonio Fernandes Bugalho, 1888.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Relatorio com que o Exm. Sr. Dr. Joaquim Cardoso de Andrade Abrio a 1.ª Sessão da 19.ª Legislatura da Assembléa Provincial do Amazonas em 5 de Setembro de 1888. Manáos: Typ. do Commercio do Amazonas, Rua da Instalação, 1888.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Exposição com que o Presidente da Provincia do Amazonas Exm. Senr. Dr. Joaquim de Oliveira Machado Passou a Administração da Provincia ao Exm. Sr. Dr. Manuel Francisco Machado em 1.º de Julho de 1889. Manáos: Impresso na Typographia do Amazonas, por Manuel Clarismundo do Nascimento, Rua Guilherme Moreira, 1889.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Relatorio com que o Exm. Sr. Dr. Joaquim de Oliveira Machado, Presidente da Provincia do Amazonas, Installou a Sessão Extraordinaria da Assembléa Legislativa Provincial no Dia 2 de Junho de 1889. Manáos: Impresso na Typographia do Commercio do Amazonas, Rua da Instalação, 1889.

ESTADO DO AMAZONAS. Mensagem do Exm. Sr. Dr. Gregorio Thaumaturgo de Azevedo, Presidente do Estado, Lida Perante do Congresso Amazonense na Sessão de 15 de Setembro de 1891. Manáos: Typ. do Commercio do Amazonas, Rua da Instalação, 1891.

ESTADO DO AMAZONAS. Mensagem do Exm. Sr. Dr. Gregorio Thaumaturgo de Azevedo, Presidente do Estado, Lida Perante o Congresso Amazonense na Sessão de 25 de Novembro de 1891. Manáos: Typ. do Commercio do Amazonas, Rua da Instalação, 1891.

TAPAJÓZ, Dr. Torquato. Colonisação e Imigração, Povoamento do Estado do Amazonas: relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Fileto Pires pelo Dr. Torquato Tapajóz. Manáos: Imprensa Official – Rua Municipal, 1897.